

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE**

**TOMAS MATHEUS GIACOMEL DE OLIVEIRA**

**Gestão Fiscal e Bem-Estar Social: uma análise sob a ótica do federalismo fiscal  
e dos ciclos políticos nos governos locais**

**CASCATEL-PR**

**2020**

**Tomas Matheus Giacomel de Oliveira**

**Gestão Fiscal e Bem-Estar Social: uma análise sob a ótica do federalismo fiscal  
e dos ciclos políticos nos governos locais**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Contabilidade  
(PPGC) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Estadual  
do Oeste do Paraná (Unioeste), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre  
em Contabilidade, área de concentração: Controladoria.**

**ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR. DENIS DALL'ASTA**

**Cascavel-PR**

**2020**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Oliveira, Tomas Matheus Giacomel de  
Gestão Fiscal e Bem-estar Social : uma análise sob a  
ótica do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos  
governos locais / Tomas Matheus Giacomel de Oliveira;  
orientador(a), Denis Dall' Asta, 2020.  
114 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste  
do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Ciências Sociais  
Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, 2020.

1. Federalismo Fiscal. 2. Ciclos Políticos. 3. Bem-estar  
Social. 4. Gestão Fiscal. I. Dall' Asta, Denis. II. Título.



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65  
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110  
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

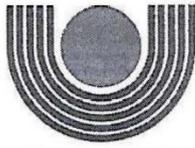
### Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE TOMAS MATHEUS GIACOMEL DE OLIVEIRA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 22 dia(s) do mês de outubro de 2020 às 20h00min, no(a) Prédio de Sala de aulas, sala B 204, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Tomas Matheus Giacomel de Oliveira, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade - nível de Mestrado, na área de concentração em Controladoria. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Denis Dall'asta, Vinicius Costa da Silva Zonatto, Vinicius Abilio Martins. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Denis Dall'asta. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Gestão fiscal e bem-estar social: uma análise sob a ótica do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos governos locais". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Vinicius Costa da Silva Zonatto, Vinicius Abilio Martins. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Cascavel, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

  
Orientador(a) Denis Dall'asta

  
Vinicius Costa da Silva Zonatto



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65  
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110  
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

### Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE TOMAS MATHEUS GIACOMEL DE OLIVEIRA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Vinicius Abilio Martins

Tomas Matheus Giacomel de Oliveira  
Aluno(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

## **Agradecimentos**

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida e pela oportunidade de estar concluindo mais este projeto.

Aos meus pais Antonio e Eliane, a meus irmãos Laerte e Tiego e a todos os meus familiares, por todo o apoio e compreensão ao longo desses anos de estudo. A todos meus agradecimentos por todo suporte dado para a conclusão de mais uma jornada.

Ao meu orientador Prof. Dr. Denis Dall'Asta e ao Prof. Clóvis Fiirst pelas orientações e auxílio durante o mestrado que possibilitaram a realização desta pesquisa.

A todos os professores e professoras, que ao longo destes anos de estudos contribuíram para minha formação profissional e para o crescimento pessoal, motivando e compartilhando conhecimentos, fundamentais para que esse momento fosse possível.

A todos os colegas e gestores do meu local de trabalho, pela compreensão e cooperação durante esse período em que estive ausente por alguns momentos.

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa, por terem aceitado o convite de fazerem parte desta construção e pelas ricas contribuições para a conclusão desta pesquisa.

Aos colegas de mestrado que contribuíram significativamente para a conclusão deste mestrado, partilhando todos as dificuldades e conquistas, assim como

A todos aqueles que de alguma parte fizeram parte e contribuíram para execução desta pesquisa.

## RESUMO

Oliveira, T. M. G. (2020) *Gestão Fiscal e Bem-Estar Social: uma análise sob a ótica do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos governos locais*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar quais os determinantes da gestão fiscal municipal e do bem-estar social sob a ótica da teoria do federalismo fiscal e da teoria dos ciclos políticos. Cabe destacar, que análise conjunta de diferentes fatores das teorias de federalismo fiscal e ciclos políticos, na análise dos pilares da gestão fiscal e da destinação de recursos para a promoção de bem-estar social, são fatores que diferenciam e justificam a elaboração do presente estudo. Com base nos estudos sobre o tema, era esperado que as variáveis do federalismo fiscal e ciclos políticos influenciassem as variáveis representativas da gestão fiscal municipal e bem-estar social (hipóteses H2 e H3), com sinal negativo esperado para as variáveis de condição financeira e grau de dependência e positivo, para as demais variáveis, igualmente as hipótese H1 previa que as variáveis de bem-estar social e gestão fiscal municipal possuem relação e a hipótese H4, esperava diferenças médias nas variáveis de acordo com o porte populacional dos entes públicos. Para atingir os objetivos propostos e testar as hipóteses, a pesquisa é caracterizada como descritiva, documental e quantitativa, com dados dos municípios paranaenses para o período de 2013 a 2018, utilizando como procedimento de análise um modelo econométrico para dados em painel e complementarmente, análises de correlação e Teste ANOVA para diferenças médias. Os resultados da pesquisa sugerem a existência de relação entre as variáveis de gestão fiscal municipal e do bem-estar social, sendo que os principais achados são as relações negativas, para o gastos com investimentos (despesa de capital) e as demais variáveis (correntes) e a relação dos gastos com pessoal, positiva, comparadas as demais variáveis correntes. No que se refere aos resultados das regressões, foi possível observar algumas tendências, como a relação negativa dos indicadores de grau de dependência, com os índices de gastos nas áreas sociais e positiva para os índices de gestão fiscal, ao passo que as variáveis representativas das necessidades de recursos apresentaram variações de acordo com cada uma das variáveis. Como principais contribuições do estudo, destacam-se as para a prática na gestão pública, já que permite aos gestores compreenderem a melhor forma de alocar os recursos para as áreas de interesse social, com a manutenção de bons índices de gestão fiscal, além de contribuir para os órgãos de controle externo e sociedade, já que possibilita a análise dos fatores que impactam os resultados da gestão. Para dar continuidade às pesquisas, sugere-se aprofundar

as discussões em assuntos específicos, como nas áreas de saúde e/ou educação, contemplando contextos e variáveis diferentes.

**Palavras-chave:** Federalismo Fiscal; Ciclos Políticos; Bem-estar Social; Gestão Fiscal; Governos Locais.

## ABSTRACT

Oliveira, T. M. G. (2020). *Fiscal Management and Social Well-Being: an analysis under the optic of fiscal federalism and political cycles on local governments*. Master's dissertation, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (State University of Western Paraná), Cascavel, PR, Brazil.

The current research has the objective of analysing which are the determinants of the management of city tax and social well-being under the optic of the theory of fiscal federalism and the theory of political cycles. It should be noted, that joint analysis of different factors of the theory of fiscal federalism and political cycles, in the analysis of the pillars of fiscal management and the destination of resources for the promotion of social well-being, are factors which differentiate and justify the elaboration of the current study. on the basis of the studies on the subject, it was expected that the variables of fiscal federalism and political cycles would influentiate the representative variables on the management of city tax and social well-being (hypotheses H2 and H3), with a negative sign expected for the financial condition variables and degree of dependency and positive, for the remaining variables, equally to the H1 hypothesis, which anticipated that the variables of social well-being and management of city tax have a relation and the H4 hypothesis, which expected different averages on the variables according to the population size of the public entities. In order to achieve the proposed objectives and test the hypotheses, the research is characterized as descriptive, documentary, and quantitative, provided with data from the cities of the state of Paraná in the period between 2013 and 2018, utilizing as an analysis procediment an econometric model for the panel data and complementary, correlation analysis and the ANOVA Test for average differences. The research results suggest the existence of a relation between the variables of management of city tax and social well-being, given that the main findings are the negative relations, for the investment expenses (capital expenditure) and the remaining variables(current expenditures) and the relation to expenses with personal are positive, when compared to the other current variables. When it comes to the results of the regressions, it was possible to observe some tendencies, such as the negative relation of the indicators of the degree of dependency, with the expense indexes on social areas and positive for the fiscal management indexes, meanwhile the representative variables of the necessities of resources presented variations according to each one of the variables. As the main contributions of the study, are highlighted the ones for practical usage on the public administration, since it allows the administrators to comprehend the best way to allocate the

resources for the areas of social interest, with the maintenance of good fiscal management indexes, alongside contributing to the organizations of external control and society, since it allows the analysis of the factors which impacted the results of the administration. In order to continue the research, it is suggested giving further focus to the discussions about specific subjects, such as the health and/or educational areas, contemplating different contexts and variables.

**keywords:** Fiscal Federalism; Political Cycles; Social Well-being; Fiscal Management; Local Governments.

## Lista de figuras

Figura 1. Ideologia Partidária dos Gestores Municipais.....	56
Figura 2. Alinhamento Ideológico/Partidário com o Governo Federal.....	56
Figura 3. Alinhamento Ideológico/Partidário com o Governo Estadual. ....	57
Figura 4. Índice constitucional de gastos com educação.....	59
Figura 5. Índice constitucional de gastos com saúde.....	60
Figura 6. Índice de gastos com pessoal. ....	61
Figura 7. Análise do porte populacional.....	89

## Lista de tabelas

Tabela 1 Variáveis da Pesquisa .....	48
Tabela 2 Análise descritiva das variáveis dependentes do estudo.....	58
Tabela 3 Análise descritiva das variáveis explicativas do estudo .....	62
Tabela 4 Análise descritiva das variáveis socioeconômicas do estudo .....	63
Tabela 5 Relação entre as variáveis de bem-estar social e de gestão fiscal .....	64
Tabela 6 Análise da Regressão .....	68
Tabela 7 Influência das variáveis explicativas no índice de gasto com educação .....	70
Tabela 8 Influência das variáveis explicativas no índice de gasto com saúde .....	73
Tabela 9 Influência das variáveis explicativas no índice de gasto com investimento.....	76
Tabela 10 Influência das variáveis explicativas no índice da dívida consolidada líquida ...	80
Tabela 11 Influência das variáveis explicativas no índice de gasto com pessoal.....	83
Tabela 12 Teste Anova para diferenças médias com base no porte populacional .....	89
Tabela 13 Diferenças médias no gasto com educação .....	91
Tabela 14 Diferenças médias no gasto com saúde .....	92
Tabela 15 Diferenças médias no gasto com investimentos .....	94
Tabela 16 Diferença média na dívida consolidada líquida.....	95
Tabela 17 Diferença média no gasto com pessoal.....	96

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1</b>	<b>Problema de pesquisa.....</b>	<b>16</b>
<i>1.1.1</i>	<i>Questão de pesquisa .....</i>	<i>17</i>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos.....</b>	<b>18</b>
<i>1.2.1</i>	<i>Geral.....</i>	<i>18</i>
<i>1.2.2</i>	<i>Específicos .....</i>	<i>18</i>
<b>1.3</b>	<b>Delimitação para o estudo .....</b>	<b>18</b>
<b>1.4</b>	<b>Justificativa e contribuição do estudo .....</b>	<b>19</b>
<b>1.5</b>	<b>Estrutura da dissertação.....</b>	<b>21</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1</b>	<b>Federalismo fiscal .....</b>	<b>24</b>
<i>2.1.1</i>	<i>Evolução histórica .....</i>	<i>25</i>
<i>2.1.2</i>	<i>Federalismo fiscal no Brasil .....</i>	<i>27</i>
<i>2.1.3</i>	<i>Descentralização fiscal e autonomia arrecadatória .....</i>	<i>28</i>
<i>2.1.4</i>	<i>Condição financeira governamental .....</i>	<i>30</i>
<b>2.2</b>	<b>Ciclos políticos .....</b>	<b>32</b>
<b>2.3</b>	<b>Gestão fiscal .....</b>	<b>35</b>
<b>2.4</b>	<b>Bem-estar social.....</b>	<b>38</b>
<b>2.5</b>	<b>Definição das variáveis e formulação de hipóteses.....</b>	<b>40</b>
<b>3</b>	<b>MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA .....</b>	<b>45</b>
<b>3.1</b>	<b>Delineamento da pesquisa.....</b>	<b>45</b>
<b>3.2</b>	<b>Unidade de análise, população e amostra .....</b>	<b>46</b>
<b>3.3</b>	<b>Constructo da pesquisa .....</b>	<b>47</b>
<b>3.4</b>	<b>Procedimentos de coleta dos dados.....</b>	<b>50</b>

<b>3.5</b>	<b>Procedimentos e análise de dados .....</b>	<b>51</b>
<b>3.6</b>	<b>Limitações dos métodos e técnicas de pesquisa .....</b>	<b>52</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>54</b>
<b>4.1</b>	<b>Considerações iniciais sobre dados e análises.....</b>	<b>54</b>
<i>4.1.1</i>	<i>Características políticas/eleitorais .....</i>	<i>55</i>
<i>4.1.2</i>	<i>Análise descritiva das variáveis.....</i>	<i>58</i>
<b>4.2</b>	<b>Bem-estar-estar social x gestão fiscal municipal .....</b>	<b>64</b>
<b>4.3</b>	<b>Análise e discussão das regressões .....</b>	<b>67</b>
<i>4.3.1</i>	<i>Pressupostos do modelo.....</i>	<i>67</i>
<i>4.3.2</i>	<i>Discussão dos resultados da regressão com indicadores do bem-estar social ....</i>	<i>69</i>
<i>4.3.3</i>	<i>Discussão dos resultados da regressão com índices da gestão fiscal .....</i>	<i>79</i>
<b>4.4</b>	<b>Análise das variáveis dependentes por estratos.....</b>	<b>88</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>98</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>103</b>
	<b>ANEXO – DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS E NORMAS .....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os pressupostos teóricos do federalismo fiscal possibilitam a compreensão de diversos fatores, que vão além do contexto econômico e da saúde financeira dos entes públicos, tais como a questão da justiça fiscal na distribuição das receitas e da maximização do bem-estar social, promovido pela oferta e demanda dos serviços públicos (Oates, 1999). Um bom governo, para gerir os recursos públicos de forma eficaz, precisa atender aos anseios de toda a sociedade (Brueckner, 2005).

No contexto da teoria do federalismo fiscal, o fornecimento de bens e serviços é limitado à jurisdição dos entes públicos, contudo, não se tem num cenário de descentralização, um delineamento preciso daquilo que deve ser oferecido por cada nível de governo (Oates, 1999). Desta forma, percebe-se que a ausência de tal modelo pode fazer com que determinados entes tenham dificuldades de gestão para suprir as demandas da sociedade.

Conforme destaca Brueckner (2005) o federalismo fiscal, no qual a provisão de bens públicos é descentralizada nos governos locais, oportuniza que a oferta de bens e serviços públicos seja direcionada a atender especialmente os anseios da população local. Um dos fatores preponderantes na discussão do federalismo são os problemas relacionados ao compromisso e esforços intergovernamentais, tanto para a arrecadação e distribuição de receitas como para ofertas de bens e serviços (Rodden, 2001).

Assim, ao observar o cenário brasileiro, as complexas normativas tributárias, fazem com que os governos locais não tenham condições necessárias e nem suficientes para atender os anseios da população local, sendo em diversas vezes extremamente dependentes das transferências intergovernamentais, para manutenção de suas atividades e oferta de bens e serviços aos cidadãos (Suzart, Zuccolotto & Rocha, 2018).

Além disso, ao tratar da alocação dos recursos para sanar as necessidades de bens e serviços da população, é notável a busca por atender as preferências e circunstâncias de suas circunscrições eleitorais (Oates, 1999). Weingast (2007) ressalta, dentro do contexto do federalismo fiscal, que os governos locais subsistem através de fatores políticos, constitucionais e econômicos, os quais acabam afetando o desempenho dos entes.

A segunda geração da teoria do federalismo deixa de preocupar-se apenas com os fatores econômicos, abrindo o leque para outras abordagens, como a política (Oates, 2005). Tal abordagem pode ser entendida por meio da teoria dos ciclos políticos, que segundo Vicente e Nascimento (2012), tratam justamente dos interesses eleitoreiros dos gestores na gestão dos entes públicos.

Entre os problemas elencados por Feld, Kirchgässner e Schaltegger (2004) relacionados ao federalismo fiscal estão a crescente corrupção, oriunda da descentralização, e a concorrência fiscal entre os entes. Além disso, a descentralização em conjunto com a concorrência fiscal, implica num alto nível de dependência intergovernamental, especialmente nos governos locais (Queiroz, Araújo, Morais & Martins, 2015).

Diante disso, para a boa execução dos gastos públicos para promoção do bem-estar social, conforme destacado por Oates (1999), além da observância dos fatores políticos e fiscais, é imprescindível que os governos possuam ferramentas de controles em suas finanças públicas. Tal controle pode ser observado no cenário brasileiro a partir da promulgação da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), que estabelece normas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal (Brasil, 2000).

A gestão fiscal possui como características essenciais a responsabilidade na execução dos gastos públicos, o planejamento, a transparência e o controle na gestão (Cruz & Afonso, 2018). Assim, presume-se que esses fatores são impactados pela realidade local, no que se refere aos condicionantes do federalismo fiscal e dos ciclos políticos.

Diante disso, narrados o contexto que se encontram os governos locais, em virtude das características oriundas da abordagem do federalismo fiscal e dos ciclos políticos, em composição com a necessidade de controle das finanças públicas e da promoção do bem-estar social, destaca-se a seguir a problemática da pesquisa.

## **1.1 Problema de pesquisa**

Como observado na seção anterior, a gestão pública de governos locais é afetada por diversos fatores, tais como os relacionados à autonomia na arrecadação tributária, à descentralização fiscal dos governos e em virtude disto, à saúde financeira dos entes e à guerra fiscal entre os diferentes poderes (Calsamiglia, Garcia-Milà e McGuire, 2013; Grisorio & Prota, 2015; Suzart et al., 2018; Dantas Junior, Diniz & Lima, 2019), assim como, as circunstâncias políticas e eleitorais (Sáez, 2014; Castro & Martins, 2018).

Por ocasião dos diversos fatores que afetam a gestão pública municipal é perceptível que os governos locais, em especial aqueles com menos condição financeira e menor estrutura arrecadatória de seus tributos e com fortes influências das questões políticas/eleitorais, encontrem dificuldades para alocar os recursos para oferta de bens e serviços públicos de acordo com a demanda e as necessidades de sua população (Oates, 1999; Rodden, 2001; Suzart et al. 2018).

Não obstante ao exposto, as estruturas quanto ao federalismo fiscal e os ciclos políticos e orçamentários potencialmente afetam a gestão fiscal responsável nos entes, relacionadas a despesas com pessoal, aquisição de dívida pública e alocação de recursos de forma consciente em áreas de amplo interesse social (Cavalcante, 2016; Queiroz et al., 2015; Caldeira, Wilbert, Moreira & Serano, 2016; Segatto & Abrucio, 2018). Destarte, uma boa gestão fiscal tende a impactar no desenvolvimento socioeconômico dos entes públicos e, assim, no bem-estar da população (Louzano, Abrantes, Ferreira & Zuccolotto, 2019).

Diante dos estudos que embasam a discussão e problemática proposta é oportuno e pertinente destacar a relevância de se explorar os referidos temas no cenário brasileiro, tendo em vista as particularidades federativas, fiscais e políticas. Além disso, os governos subnacionais, em especial os municípios, são propícios para o modelo de análise proposto, uma vez que se permite observar a realidade no que se refere à gestão controlada e a alocação dos recursos públicos, juntamente com a análise da arrecadação tributária, saúde fiscal, dependência intergovernamental e dos fatores políticos locais.

Como visto, os estudos apresentados analisam conjuntamente ou isoladamente, algumas das variáveis relacionadas a bem-estar social, gestão fiscal, governos locais, federalismo fiscal e ciclos políticos. Cabe destacar, a lacuna observada na literatura quanto à análise dos fatores determinantes da gestão fiscal municipal, pautada em seus diferentes pilares, e do bem-estar social, orientado pela alocação adequada dos serviços públicos, a partir das abordagens teóricas do federalismo fiscal e dos ciclos políticos.

Assim sendo, destaca-se a seguir, baseado na discussão proposta, a questão norteadora da pesquisa.

### ***1.1.1 Questão de pesquisa***

Diante do que foi exposto nas seções anteriores, percebe-se a relevância de compreender os fatores que determinam a gestão fiscal e de avaliar a qualidade na utilização dos recursos públicos para promover o bem-estar social. Desta forma, com o estudo pretende-se responder: ***Quais os fatores que influenciam a gestão fiscal municipal e bem-estar social, sob a ótica do federalismo fiscal e ciclos políticos?***

Definida a questão norteadora da pesquisa, destaca-se a seguir os objetivos que direcionam a construção do estudo.

## **1.2 Objetivos**

Com base no problema de pesquisa e da conseqüente necessidade de se obter soluções para a questão levantada, assim como da pertinência da abordagem e da temática pesquisada, destacadas na justificativa da pesquisa foram estabelecidos os objetivos, divididos em geral e específicos, que nortearão a execução da pesquisa.

### **1.2.1 Geral**

O objetivo geral da pesquisa é analisar os fatores que influenciam a gestão fiscal e do bem-estar social sob a ótica da teoria do federalismo fiscal e da teoria dos ciclos políticos nos governos locais.

### **1.2.2 Específicos**

Com base no objetivo geral proposto elaborou-se objetivos específicos que possibilitam a resolução do problema apresentado:

1. Relacionar as variáveis representativas do bem-estar social e da gestão fiscal municipal.
2. Analisar a influência do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos gastos nas áreas de interesse social, que potencializam o bem-estar social da população;
3. Analisar a influência do federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos indicadores da gestão fiscal municipal;
4. Comparar os resultados dos indicadores de gastos e gestão fiscal, por grupos definidos a partir do porte populacional.

Visto os objetivos da pesquisa é pertinente destacar as delimitações para o estudo.

## **1.3 Delimitação para o estudo**

O estudo será delimitado a área de finanças públicas municipais, especialmente no que se refere à gestão fiscal, embasadas nas premissas da Lei de Responsabilidade Fiscal, e a oferta de bens e serviços públicos, capazes de prever o bem-estar social da população.

Ademais, destaca-se a utilização das abordagens do federalismo fiscal e dos ciclos políticos para a construção da pesquisa.

O estudo se delimitou aos entes do poder executivo municipal situados no estado do Paraná, tendo em vista que a discussão teórica do federalismo remete à análise de entes subnacionais, pois estes possuem responsabilidades específicas na oferta de bens e serviços públicos e são os principais receptores das transferências intergovernamentais. Destarte, a escolha pelos entes de uma unidade da federação se deu pela possibilidade de análise de realidades distintas, mas consideradas as particularidades locais.

Além da delimitação pela unidade da federação, optou-se por um recorte temporal de sete anos, (2013 a 2019), sendo este período o mais oportuno para análise, já que há padronização dos dados disponibilizados, são os dados mais recentes a disposição para coleta e potencializam a análise de diferentes ciclo políticos, objeto de análise no estudo. Além disso, é delimitado a fatores contábeis, políticos, socioeconômicos e de gestão nos diferentes entes.

#### **1.4 Justificativa e contribuição do estudo**

O estudo é relevante para o aprofundamento das pesquisas contábeis na área pública, buscando compreender a realidade fiscal dos municípios que afetam a gestão dos entes. Dessa maneira, os resultados encontrados, além de serem relevantes em termos científicos, serão de interesse dos gestores e da sociedade como um todo ao ponderarem a respeito dos determinantes da gestão fiscal, que comprometem a gestão pública e a oferta de bens e serviços para a população, que direciona o bem-estar social.

Assim, buscar compreender os problemas descritos é relevante para o cenário público local, ao tratar de diversos fatores, financeiros, políticos e socioeconômicos, que afetam a gestão dos entes públicos, comprometendo inclusive a formulação das políticas públicas municipais relativas à oferta de bens e serviços públicos, e que, conseqüentemente afetam o bem-estar dos cidadãos. Ademais, com o estudo é possível compreender o cenário brasileiro e paranaense, especialmente em relação ao modelo federativo, inerentes à arrecadação e distribuição de receitas e fatores políticos, com o objetivo de promoção de uma gestão fiscal responsável e do bem-estar da população local.

Com base no que pressupõem o estudo de Suzart et al. (2018) de que novas variáveis devem ser empregadas na discussão da teoria do federalismo fiscal, os estudos de Louzano et al. (2019) e Silva e Crisóstomo (2019), que expõem a importância da gestão fiscal e da

oferta de bens e serviços para a promoção do bem-estar social, e os estudos de Gonçalves, Funchal e Bezerra Filho. (2017), Gerigk e Ribeiro (2018) de que fatores políticos têm potencial de interferir na gestão dos gastos públicos, devendo ser observado em diferentes aspectos, o estudo contribuirá para o avanço de ambas as teorias por acrescentar novos parâmetros de discussão.

Por outra via, o estudo apresenta contribuições práticas a gestores públicos locais ao possibilitar a previsibilidade de bons índices de gestão fiscal, a partir da análise de sua capacidade e autonomia arrecadatória e sua condição financeira. Além dos índices de gestão fiscal, a análise permite fazer previsões sobre a alocação adequada dos recursos públicos em diferentes áreas de interesse social, partindo das mesmas premissas expostas.

Como contribuição social, o estudo permite à população dos municípios, conhecerem quais os principais fatores que estão impactando positiva ou negativamente a alocação dos recursos públicos para a promoção do bem-estar social. Para tanto, ao tratar do federalismo fiscal, permite-se compreender e discutir a respeito da alocação adequada ou não dos tributos pagos pela população, assim como ao tratar dos ciclos políticos, avaliar se os interesses eleitorais dos gestores se sobrepõem aos da população em geral.

Além disso, as entidades de controle social e outros interessados podem fazer ponderações a respeito da efetiva gestão fiscal responsável, em termos de controle de gastos, dívida, restos a pagar e planejamento, igualmente a análise da alocação de recursos para áreas de interesse social. Por fim, poder-se-á observar até que ponto a influência política e financeira (transferências intergovernamentais) de outros entes da federação impactam na gestão pública dos governos municipais.

Ao estratificar os municípios de acordo com seu porte populacional para análises complementares, pode-se fazer inferências a respeito das características de gestão dos municípios separadamente por porte, o que permite contribuir para os diferentes interessados, ao apresentar qual a tendência de alocação de recursos dos municípios de pequeno, médio e grande porte, e os possíveis impactos disto para a gestão local. Tais resultados podem prever os principais serviços requeridos pela população e/ou decisões dos gestores, nos diferentes estratos de municípios.

Com base na relevância e oportunidade de se explorar o referido tema sob os enfoques teóricos já descritos, a próxima etapa trata-se da definição da estrutura que comporá a elaboração do estudo.

## 1.5 Estrutura da dissertação

O trabalho está estruturado em cinco capítulos dos quais se destaca a introdução, a base teórica, os métodos da pesquisa, a discussão e análise dos resultados da pesquisa e as conclusões. Cada capítulo apresenta as etapas da pesquisa a fim da obtenção dos resultados almejados.

Nesta seção destinada à introdução da pesquisa foi apresentada a contextualização do tema a ser explorado, a problematização da pesquisa, inclusive a questão, os objetivos gerais e específicos, a delimitação da pesquisa e a estrutura da dissertação. Esta seção conduz para a compreensão do que será efetivamente abordado ao longo da dissertação.

A seção dois destina-se à base teórica da pesquisa, subdividida na discussão do federalismo fiscal, especialmente no que se refere à construção histórica da teoria descrita, o modelo federativo brasileiro, a autonomia de arrecadação, a saúde fiscal ou condição financeira governamental. Além disso, tem-se a discussão teórica dos ciclos políticos, baseados nas características políticas/eleitorais que afetam a gestão dos entes públicos; a gestão fiscal municipal, com ênfase nos pilares da responsabilidade na gestão fiscal e, por fim, discute-se o bem-estar social, com enfoque na alocação dos recursos para oferta de bens e serviços nas diferentes áreas de interesse social.

Na seção seguinte, são apresentados os procedimentos metodológicos, que contempla o delineamento da pesquisa, a unidade de análise, população e amostra, os procedimentos de coleta e análise dos dados, o constructo de pesquisa e as limitações. Por esta seção é possível compreender a forma como serão construídas e direcionadas as diferentes etapas da pesquisa, que possibilitam a testagem das hipóteses, resposta ao problema e consecução dos objetivos propostos para a pesquisa.

A quarta seção é destinada à apresentação das discussões e análise dos resultados, na qual inicia-se com a apresentação das principais características dos dados a serem analisados, seguidos das estatísticas descritivas, análise da correlação das variáveis de bem-estar social e gestão fiscal, municipal., análise das regressões, sendo os pressupostos do modelo, a análise da influência das variáveis do federalismo fiscal e ciclos políticos sobre os indicadores de bem-estar social e gestão fiscal municipal e, por fim, análise das diferenças médias das variáveis de acordo com os portes populacionais dos entes analisados.

A parte textual do estudo se encerra com a apresentação das conclusões, na qual faz-se uma breve análise sobre os achados da pesquisa com relação aos objetivos propostos e

hipóteses formuladas, além de apresentar as principais contribuições, limitações do estudo e as sugestões para as futuras pesquisas.

A seguir apresenta-se a base teórica do estudo, na qual se discute as principais contribuições da literatura anterior sobre as temáticas em discussão.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica proposta para este estudo está pautada nos principais assuntos que regem a proposta. Assim, compõem esta base, as seções relacionadas ao federalismo fiscal, aos ciclos políticos, a gestão fiscal municipal, bem-estar social e por fim, os estudos anteriores similares à proposta, que auxiliam na formulação das hipóteses da pesquisa.

Na subseção que trata do federalismo fiscal, baseado nas principais abordagens percebidas na literatura, tratou-se, além da conceituação inicial da primeira e segunda geração, do federalismo fiscal no Brasil, das transferências intergovernamentais e arrecadação tributária e da saúde fiscal dos governos locais.

No que se refere aos ciclos políticos, buscou-se compreender um pouco desta vertente teórica, dando ênfase às questões relacionadas ao cenário político municipal e aos chamados ciclos eleitorais. Estes fatores apresentam grande potencial de influenciar a realidade dos entes públicos, especialmente, em termos de gestão.

A seção relativa à discussão do bem-estar social foi proposta para discutir como as variáveis das teorias propostas impactam na oferta de bens e serviços públicos e na realidade dos cidadãos. Cabe destacar, que a ênfase desta seção se concentra na oferta de bens e serviços públicos nas áreas de interesse da população local, que potencializam o bem-estar social.

Por fim, na seção relacionada à gestão fiscal, apresenta-se os pilares que compõem a abordagem, notadamente, a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase na Lei de Responsabilidade Fiscal, e as questões relacionadas ao planejamento, à transparência e ao controle na gestão pública municipal. Os estudos permitem a definição dos principais indicadores da gestão fiscal.

Por fim, na sucessão destinada a definição das variáveis e apresentação das hipóteses da pesquisa foram apresentados os estudos anteriores similares, que abordaram as temáticas discutidas, permitindo definir as variáveis mais adequadas para representar as abordagens teóricas, de gestão fiscal e bem estar social, assim como embasar as hipóteses formuladas, de acordo com a problemática e objetivos.

Desta forma, inicia-se a discussão nesta base teórica, com o federalismo fiscal.

## 2.1 Federalismo fiscal

A ideia central oriunda das discussões da teoria do federalismo fiscal contempla fatores da economia e política, que presume que a oferta de bens e serviços públicos à população é diretamente afetada pelas características arrecadatórias, notadamente, modelos centralizados ou descentralizados de arrecadação e distribuição dos recursos arrecadados entre governos multiníveis (Oates, 2005; Brueckner, 2005, Weingast, 2007).

O federalismo fiscal pressupõe que a descentralização de oferta de bens e serviços públicos para governos subnacionais, permite uma alocação capaz de satisfazer as necessidades de determinada população (Brueckner, 2005). As vantagens do federalismo fiscal e da adoção de modelos de descentralização são fatores recorrentes nas discussões da literatura econômica e de ciências políticas (Feld et al. 2004).

Sua essência está pautada, especialmente, em governos multiníveis, onde se observa um governo central, e outros níveis de governos denominados subnacionais, igualmente relevantes e dotados de responsabilidades, seja em termos de arrecadação ou distribuição dos recursos públicos, o que permite analisar as relações entre os diferentes níveis de governos e seu impacto na gestão pública dos entes (Keen, 1998).

Presume-se que os diferentes níveis de governo agem de forma a atender aos interesses dos seus cidadãos, e, conseqüentemente, cada governo irá decidir a respeito dos bens e serviços públicos a oferecer, de quais tributos e como serão cobrados, assim como das fontes de financiamento para manutenção das atividades do ente, com base na realidade local e independente dos demais governos (Gordon, 1982).

Algumas condições necessárias para o federalismo são destacadas por Weingast (2007), das quais se tem a hierarquia entre os governos com escopo de autoridade delineado, o que requer uma observação a respeito da autonomia subnacional, a existência de um mercado comum, das restrições orçamentárias e da existência de autoridade institucionalizada. Segundo o autor, as cinco condições descritas auxiliam a compreender pressupostos implícitos na abordagem tradicional do federalismo.

Assim, é pertinente analisar a evolução histórica da abordagem do federalismo fiscal, com vistas a compreender as principais contribuições dos autores da primeira e segunda geração do federalismo fiscal, para a sua discussão no cenário atual.

### **2.1.1 Evolução histórica**

O surgimento do federalismo, conforme Conti (2004) ocorreu nos Estados Unidos da América, onde foi possível observar as primeiras elaborações doutrinárias, baseadas nos artigos de Alexander Hamilton e com a colaboração de John Jay e James Madison, datados dos anos 1787 e 1788, e publicados na imprensa de Nova York. Segundo o autor, o principal objetivo desses artigos era convencer a população local sobre os benefícios de federalismo, e não necessariamente, conceituá-lo.

Em termos teóricos, o federalismo fiscal, teve como contribuição inicial a percepção de Tiebout (1956), o qual argumentou que boas provisões por governos locais em vez de governos nacionais, possibilitam melhor alocação de recursos públicos, para satisfazer os anseios da sociedade (Brueckner, 1999). Assim, percebe-se com base no federalismo fiscal, uma preocupação com a realidade local, tanto na arrecadação como na distribuição dos recursos.

Ao tratar da teoria do federalismo fiscal, Oates (2005) apresenta três autores que têm papel chave nesta discussão: Kenneth Arrow, Richard Musgrave e Paul Samuelson. Com base no que expõe o autor, Samuelson contribui ao tratar da natureza dos bens públicos, Arrow, contribui ao conceituar os papéis dos setores públicos e privados, e especialmente Musgrave ao tratar sobre as finanças públicas.

Conforme o que se extrai do estudo de Oates (1999), estudos que contribuíram para o entendimento e para o avanço das discussões sobre o federalismo fiscal, em seu modelo tradicional, em que se pressupõe uma estrutura normativa, que prevê a distribuição de funções para diferentes níveis de governos e os instrumentos necessários para estas funções, foram os de Musgrave em 1959 e Oates em 1972.

Baseado na visão destes diferentes autores que podem ser considerados os precursores das discussões teóricas, o avanço dos estudos sobre federalismo pode ser dividido em duas gerações distintas, conforme expõe Oates (2005). Na primeira geração, segue o modelo tradicional, defendido inicialmente pelos autores supracitados, e posteriormente, considerando aspectos implícitos na primeira geração, estudos como os de Oates (2005) e Weingast (2009), avançaram para discussão de uma segunda geração do federalismo.

A linha principal da discussão sobre federalismo fiscal, oriunda da primeira geração, foi solidamente incorporada na visão das finanças públicas que prevaleceram nas décadas de 1950 e 1960 (Oates, 2005). Nesta visão, segundo o autor, a atenção estava voltada à

estabilização macroeconômica, redistribuição de renda, tributação e oferta de bens e serviços públicos em diferentes níveis governamentais.

Uma das prerrogativas da abordagem do federalismo fiscal é a justiça social na alocação dos recursos. Tal perspectiva pode ser comprovada pelo que defende Oates (1999), o qual destaca que o governo central deve ser responsável pela estabilização macroeconômica e redistribuição de renda na forma de assistência aos pobres, e deve ainda oferecer certos bens e serviços a todos os seus cidadãos.

Contudo, neste sistema observa-se determinadas restrições para os governos de níveis inferiores ao central, e, no contexto de descentralização, o fornecimento de bens e serviços é limitado à sua jurisdição (Oates, 1999). A descentralização na provisão de bens e serviços públicos para governos subnacionais possibilita que estes sejam adaptados às preferências da população (Brueckner, 2005).

Além desse modelo tradicional do federalismo fiscal, destacado nos estudos apresentados anteriormente, tem-se uma segunda abordagem para o assunto. Enquanto a primeira geração do federalismo fiscal pautava-se na descentralização dos governos, sob a perspectiva de planejadores fiscais benevolentes, a segunda geração aborda questões políticas num contexto subnacional, com destaque para as transferências intergovernamentais e os incentivos fiscais (Weingast, 2007).

De acordo com Oates (2005) a segunda geração do federalismo fiscal atinge além dos campos da economia, outras ciências, como a política. Com base no que expõe o autor, duas questões básicas ajudam a compreender a segunda geração: as escolhas públicas e economia política que trata dos processos políticos, o comportamento dos agentes e os problemas de informação.

Assim, a nova abordagem sobre o federalismo fiscal permite a compreensão do funcionamento dos governos em seus diferentes níveis, como instituições políticas e fiscais, onde as informações, normalmente, são assimétricas, e assim, a centralização ou descentralização das atividades públicas passa a ser percebida num contexto diferente, onde os incentivos e comportamento dos participantes devem ser observados (Oates, 2005).

A abordagem da segunda geração do federalismo fiscal dá ênfase às receitas próprias tributárias como mecanismo para promover o avanço econômico local, tendo em vista que o aumento na oferta de bens públicos está diretamente relacionada aos avanços na arrecadação tributária local, onde o modelo das transferências intergovernamentais não devem diminuir os incentivos para fomentar a economia, pautando-se, inclusive na justiça social (Weingast, 2007).

Com isso, a literatura econômica e política discutem amplamente as vantagens e desvantagens do federalismo fiscal, no qual uma das principais controvérsias está centrada na organização adequada em países subdesenvolvidos (Feld et al., 2004). Com isso, vê-se que é pertinente conhecer a realidade local, em termos de federalismo fiscal, ao procurar discutir o tema, num dado cenário específico.

Na seção a seguir é discutido, com base nos estudos nacionais, a evolução histórica e principais características do federalismo fiscal brasileiro.

### **2.1.2 *Federalismo fiscal no Brasil***

A gênese do federalismo brasileiro, diferentemente de outros países, originou-se de maneira não voluntária entre as partes constituintes, mas sim através da determinação de uma junta militar, adquirindo desde seu início um cunho de hierarquia de poder da união e busca por autonomia de governos subnacionais (Peppe, Pereira, Brito & Macedo, 1997).

O pacto federativo brasileiro é fortemente marcado pela influência de questões políticas (Peppe et al, 1997). Para os autores, as competências tributárias e de gastos públicos definidos aos Estados, Municípios e à União, pressupõem certa autoridade e centralidade na União, quanto à formulação e controle de políticas públicas nacionais, brechando maior autonomia de governos subnacionais.

As mudanças ocorridas no país, especialmente a partir dos anos de 1980, relaciona-se ao federalismo fiscal brasileiro (Soares & Melo, 2016). Os autores elencam que a trajetória brasileira passou por mudanças relacionados à distribuição de receitas e gastos públicos, entre os entes nacionais e subnacionais, nos meados dos anos 1990, na qual a União assume papel crucial na redefinição de receitas e gastos públicos.

A promulgação da constituição federal em 1988 estabeleceu uma nova era para o federalismo brasileiro, pois os entes subnacionais passaram a exercer poderes mais significativos, deixando de concentrar-se na união, assim como a autonomia política e administrativa dos entes locais parece ter sido resolvida, e estes, passaram a ter relevante papel na oferta de bens e serviços públicos (Suzart et al., 2018).

O modelo de federalismo fiscal onde se observa a distribuição de competência entre o governo central e governos locais refletem num processo de descentralização (Caldeira, et al., 2016). Assim sendo, o federalismo fiscal brasileiro, pode ser compreendido como a combinação entre a autonomia e interdependência (Segatto & Abrucio, 2018).

Nota-se, contudo, que no modelo de federalismo municipalista, no qual está organizado o estado brasileiro, à medida que se aumenta as responsabilidades dos municípios quanto à distribuição de bens e serviços públicos para a população, é necessário que os mesmos possuam condições em termos de receitas, proporcional aos gastos (Silva & Passador, 2016). Assim, o equilíbrio entre a distribuição de bens e serviços públicos locais torna-se um dos principais problemas das finanças públicas no cenário nacional (Queiroz, et al., 2015).

Um dos problemas do federalismo municipalista brasileiro, especialmente no que se refere a pequenos municípios, reside justamente na baixa capacidade tributária destes entes, altos índices de dependência de transferências e a rigidez das despesas vinculadas, o que impossibilita, por vezes, a realização de investimentos para desenvolver políticas públicas de forma autônoma (Fernandes & Wilson, 2013).

Queiroz et al. (2015) destacam que o desequilíbrio entre a arrecadação tributária e a necessidade de executar serviços públicos, faz com que países como o Brasil, sejam marcados pela grande dependência dos governos locais por transferências intergovernamentais, com o objetivo de buscar mitigar tal desequilíbrio nas finanças dos governos subnacionais.

Assim, um relevante fator relativo ao modelo federativo brasileiro, está relacionado à dependência destes aos recursos oriundos de outros entes da federação e a baixa capacidade e esforço para arrecadação nos entes subnacionais (Suzart et al., 2018). Diante disso, é pertinente observar a questão das transferências intergovernamentais e da arrecadação tributária local, num contexto de federalismo fiscal.

A seguir, destacam-se estudos nacionais e internacionais, que contribuíram na discussão dos temas de descentralização fiscal e autonomia arrecadatória.

### ***2.1.3 Descentralização fiscal e autonomia arrecadatória***

A discussão sobre a abordagem do federalismo fiscal evolui para a discussão dos gastos públicos descentralizados e o crescimento econômico (Brueckner, 2005). Para suprir a necessidade de gastos públicos nos governos locais, a maioria dos países adotam modelos de subsídios intergovernamentais, no qual governos nacionais transferem recursos para governos locais, para que os mesmos ofereçam bens e serviços a sua população (Oates, 2005).

A existência de diferentes sistemas de tributação e de transferências intergovernamentais afetam diretamente o comportamento governamental e a escolha

política dos gestores (Weingast, 2007). Assim sendo, estudos nacionais e internacionais estão sendo desenvolvidos recentemente, aproximando as variáveis próprias da gestão dos entes públicos como as características arrecadatórias e modelos descentralizados.

Calsamiglia et al. (2013) exploram as implicações de um grau ótimo de descentralização e as preferências das pessoas por bens e serviços públicos. Como evidências mais relevantes, destaca-se que quando governos nacionais fornecem o nível mínimo de bens à população e os governos locais têm autonomia para alocar seus recursos próprios para fornecer um nível mais alto de bens e serviços apresenta um maior nível de eficiência.

O estudo de Grisorio e Prota (2015) discute a relação entre a descentralização fiscal e a composição das despesas públicas. Entre as principais contribuições para a discussão teórica, o estudo desenvolvido no contexto italiano apresenta que existe um equilíbrio de longo prazo na relação entre descentralização e a composição das despesas, elencando a influência nos gastos de interesse social, o comportamento estratégico e a eficiência alocativa.

O estudo de Bloch e Zenginobuz (2015) aborda as questões da descentralização oriundas da teoria do federalismo fiscal e a mobilidade da população local. Os resultados sugerem haver uma competição fiscal entre as jurisdições, nos cenários de descentralização e que os níveis tributários são fatores que determinam a movimentação da população para outras jurisdições e impactam nos índices de bem-estar social.

O estudo de Borger e Proost (2016) tem entre as temáticas centrais a tomada de decisão descentralizada, em comparação com a centralizada, nas políticas de preços e investimentos em bens públicos locais. Os resultados indicam uma tendência de maior promoção de bem-estar quando se adota o modelo de descentralização e nos cenários onde os não usuários dos bens e serviços forem a maioria, os efeitos são similares em cenários centralizados e descentralizados.

Kuhlmeier e Hintermann (2019) apresentam, entre outros assuntos, uma relação entre o fornecimento de bens públicos e os custos de bem-estar, baseados nas proposições de Tiebout. As fontes de perdas de bem-estar identificadas no estudo são a redistribuição imperfeita, a livre circulação interjurisdicional e a ineficiência nas escolhas residencial. Por fim, o estudo apresenta como resultado as características da oferta de bens e serviços como determinantes para os custos sociais da descentralização.

No cenário nacional o estudo de Suzart et al. (2018) teve como objetivo identificar se as transferências têm sido capazes de melhorar a eficiência na alocação dos recursos públicos nos municípios brasileiros. Os achados da pesquisa sugerem uma baixa autonomia

arrecadatória dos governos locais, mas que as transferências intergovernamentais possibilitam a justiça social, estimulando o desenvolvimento de regiões menos favorecidas.

O estudo de Vieira, Abrantes, Ferreira e Lopes (2017) teve o objetivo de analisar as implicações do esforço fiscal municipal, mensurado a partir da representação da arrecadação própria na receita disponível dos governos municipais, sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Os resultados evidenciaram que municípios que demonstraram maiores níveis de arrecadação de recursos tendem a possuir maior desenvolvimento socioeconômico.

Grin, Nascimento, Abrucio e Fernandes (2018) analisam a relação existente entre a gestão pública e o desempenho fiscal na execução de funções e serviços públicos essenciais. As contribuições do estudo para a discussão do federalismo fiscal se relacionam aos achados relativos às limitações das capacidades administrativas, técnica, institucional e política, dos governos locais, para influenciar a gestão fiscal.

Outros estudos como os de Queiroz et al. (2015), que abordou a despesa com pessoal e receitas específicas do Fundeb e SUS, Caldeira et al. (2016) que trata da sustentabilidade da dívida pública estadual e Segatto e Abrucio (2018) que trata das relações intergovernamentais nas políticas municipais de educação, abordam variáveis relativas à eficiência da gestão fiscal, tendo como abordagem norteadora o federalismo fiscal e contribuem para o avanço das discussões relacionadas às duas temáticas.

Além da questão tributária discutida nesta seção, outra característica importante no cenário dos governos locais, especialmente considerando modelos descentralizados de gestão é a saúde financeira dos entes. Essa análise pode contemplar a disponibilidade de recursos para execução das atividades e a ocorrência de estresse fiscal.

#### ***2.1.4 Condição financeira governamental***

Além da oferta de bens e serviços públicos à sociedade, percebe-se que o federalismo fiscal também se relaciona à condição financeira governamental (Dantas Junior et al., 2019). Segundo os autores, a limitação de recursos nos governos locais e a dependência por recursos intergovernamentais, tende a aumentar a instabilidade econômica e o estresse fiscal, comprometendo a saúde financeira desses entes públicos.

Carroll (2005) salienta que a diversificação das receitas tributárias, além das características políticas e econômicas, dos governos subnacionais é determinante da condição

financeira. Como principal contribuição do estudo exposto, tem-se a proposição de uma nova abordagem para a teoria dos determinantes da estrutura tributária estadual.

Estudos como os de Hendrick (2004) e Cabaleiro, Buch e Vaamonde (2013), propuseram índices alternativos para avaliação da saúde financeira dos entes públicos. Além da proposição dos índices, tais estudos contribuem para o avanço teórico ao permitir a comparação de índices alternativos e compreender quais os principais fatores que regem a condição financeira governamental.

O estudo de Winarna, Widagdo e Setiawan (2017) relaciona características, infraestrutura e condição financeira do governo local com os problemas financeiros destes entes. Como contribuição principal, o estudo elenca que as variáveis testadas, relacionadas aos constructos descritos (Características, Infraestrutura e Condição financeira) associam-se às dificuldades financeiras dos governos, comprometendo a oferta de bens e serviços aos cidadãos.

Um fator que pode impactar a saúde fiscal dos entes públicos é a concorrência fiscal entre os governos, que resulta num processo de descobertas, nas quais ações bem sucedidas são copiadas e as malsucedidas recusadas pelas jurisdições concorrentes, fazendo com que as mesmas experimentem novas alternativas à política econômica, e por vezes, pode significar o progresso do setor público (Feld et al., 2004).

Contudo, seja em decorrência da concorrência fiscal entre as jurisdições, ou seja, em decorrência de modelos de federalismo falhos, especialmente quanto à arrecadação tributária, alguns governos locais podem não arrecadar recursos suficientes para arcar com as demandas da população local por bens e serviços públicos, ocasionando assim o chamado estresse fiscal (Dantas Junior et al., 2019). As falhas na prestação de serviços públicos mitigam o bem-estar social da população e comprometem a boa gestão (Dantas Junior et al., 2019).

O estresse fiscal foi objeto de estudo dos autores López-Hernandez, Zafra-Gómez, Plata-Días e Higuera-Molina (2018). Os resultados da pesquisa sugerem que a análise da condição financeira governamental a longo prazo permite uma melhor compreensão a respeito da relação entre a terceirização e estresse fiscal, em decorrência da probabilidade de redução da contratação de serviços públicos pelos governos locais.

Não obstante, os estudos elencam fatores associados às receitas orçamentárias e a alocação dos recursos públicos como representativos de uma boa condição financeira nos governos locais, sendo que, juntamente com as variáveis representativas da necessidade de recursos para manutenção dos passivos financeiros, podem resultar num estresse fiscal, comprometendo a gestão dos recursos públicos, e conseqüentemente impactar no

atendimento dos interesses da população local e também na manutenção de uma gestão fiscal responsável (Dantas Junior et al., 2019; López-Hernandez et al., 2018; Winarna et al., 2017).

Assim, para identificar os aspectos orçamentários atrelados à condição financeira dos entes públicos, optou-se por trabalhar com as variáveis relativas aos graus de realização da receita e execução do orçamento corrente e no aspecto de cumprimento dos passivos utilizou-se a variável de necessidade de recursos.

Visto as principais características do federalismo fiscal, assim como os estudos relacionados à autonomia arrecadatória e a condição financeira governamental, destaca-se a seguir a abordagem teórica dos ciclos políticos.

## **2.2 Ciclos políticos**

Uma importante teoria, bastante difundida na literatura sobre a gestão pública é a chamada teoria das escolhas públicas, inicialmente discutidas por autores como James Buchanan e Joseph Schumpeter (Oliveira & Carvalho, 2009). Segundo os autores, nas décadas de 70 e 80 houve uma intensificação nas contribuições relacionadas aos ciclos políticos econômicos, nos quais se pressupõem que as políticas são fundamentadas para não desagradar ao eleitorado.

Uma crença comum observada na literatura é que os resultados macroeconômicos são determinantes dos resultados eleitorais, já que os governantes direcionam suas políticas para sua preferência de manter-se no cargo (Castro & Martins, 2018). Nas pesquisas descritas, observa-se a evolução dos estudos sobre a temática e as diversas contribuições da literatura que dão forma à chamada Teoria dos Ciclos Políticos.

O estudo de Willian Nordhaus, realizado no ano de 1975, fruto de pesquisas e discussões anteriores como seus pares é considerado o primeiro a evidenciar a influência das questões políticas na realidade econômica, até então, o governo era considerado um planejador social benevolente, que objetivava a construção do bem-estar social (Dubois, 2016; Castro & Martins, 2018). Segundo Dubois (2016), a partir da discussão proposta por Nordhaus é que as pesquisas passaram a atentar-se para a discussão dos interesses políticos dos gestores na realização de suas atividades.

Destarte, estudos anteriores como Kalecki, realizados em 1943, Akerman de 1947, os dois estudos de Downs de 1957, além dos estudos de Frey e Lau, desenvolvidos em 1968 e 1971 e alguns outros, conjuntamente com o trabalho de Nordhaus (1975), contribuíram para o início da discussão sobre os ciclos políticos (Dubois, 2016). Além desses autores já citados,

outra contribuição importante para a teoria dos ciclos políticos é o modelo proposto por Roggof e Silbert (1988) e Roggof (1990) os quais incrementaram a discussão à tendência aos governos adotar expectativas racionais com o objetivo de conseguir resultados eleitorais (Dubois, 2016; Castro & Martins, 2018).

De acordo com Sidorkin e Vorobyev (2018) observa-se um comportamento sistemático dos políticos, com uma propensão para aumento de gastos, composição das despesas, estimular a criação de empregos, prever recursos econômicos de forma excessivamente otimista e aumentar as atividades anticorrupção. Extrai-se do texto citado, que o comportamento oportuníssimo tem como finalidade projetar um bom governo ao eleitorado.

Assim, pela segunda fase da teoria dos ciclos políticos, ao admitir a ação racional dos agentes e o fato de os eleitores possuírem maiores conhecimentos para a escolha de seus governantes, observa-se que os gestores que visam à manutenção do poder, passam a agir de forma a demonstrar suas competências administrativas, mesmo que através da manipulação das políticas públicas (Oliveira & Carvalho, 2009; Castro & Martins, 2018). Resultados de pesquisas apontam que a simetria informacional, a democracia e a conscientização dos eleitores reduzem os impactos dos ciclos políticos na gestão (Akhmedov & Zhuravskaya, 2004).

Higuera-Molina, Plata-Díaz, López-Hernández e Zafra-Gómez (2019) destaca que as formas de gastos para a prestação de serviços públicos são afetadas pela presença de ciclos políticos e por fatores econômicas e orçamentárias e outras variáveis políticas, que influenciam a decisão e a fase na qual esta é tomada, seja no pré-eleitoral ou pós-eleitoral. Com vistas a discutir o impacto dos ciclos políticos nos gastos públicos, alguns estudos recentes discutem a temática e apresentam pertinentes contribuições à literatura.

Sáez (2014) ao trabalhar no cenário indiano destaca que variáveis como os ciclos de orçamentos políticos, e a ideologia partidária, alternância de poder e proximidade ideológica entre os governos locais e nacionais impactam diretamente nos gastos com as dívidas subnacionais da nação. Tais fatores se assemelham às variáveis de gestão fiscal no cenário brasileiro.

Turyna, Kula, Balmas e Waclawska (2016) ao tratarem do cenário polonês, abordam os ciclos políticos e a descentralização fiscal nas categorias de gastos dos governos locais. As evidências de pesquisas direcionam o entendimento de que os ciclos políticos impactam em quase todas as categorias de despesas, especialmente as relacionadas à infraestrutura e programas sociais.

O estudo de Castro e Martins (2018) destaca a importância de se estudar os ciclos políticos nos diversos níveis dos gastos governamentais, para aproximar-se das realidades das escolhas e políticas fiscais. As evidências dos estudos demonstram oportunismos político em diferentes níveis da despesa pública, podendo impactar na obtenção de vantagens políticas através da gestão dos recursos realizada.

Igualmente ao exposto, os estudos de Sidorkin e Vorobyev (2018) elenca a questão das despesas públicas, planejamento quanto à aquisição de recursos e níveis de gastos como sendo impactados pelos ciclos políticos. Contudo, sua principal temática reside na discussão do fator corrupção, afetada pelos ciclos políticos, o que tende a estar atrelados à falta de transparência e controle na gestão.

O estudo de Bellido, Olmos e Román-Aso (2018) aborda a influência dos fatores políticos nos gastos públicos com saúde. Dentre as principais contribuições do estudo, elenca-se a descoberta de um efeito partidário nos gastos para a referida ação, incluindo a ideologia e a coalizão partidária, não comprovando, contudo, a existência de comportamento oportunístico no período eleitoral.

Similarmente ao exposto, o estudo de Higuera-Molina et al. (2019) discutiu os ciclos políticos e os gastos com a prestação de serviços públicos, num cenário dos governos locais da Espanha. Como principal achado do estudo, confirmou-se a hipótese da presença de dinâmica oportunista na contratação de serviços públicos locais.

No cenário nacional, estudos como os de Gerigk e Ribeiro (2018), Gonçalves et al. (2017) e Dias, Nossa e Monte-Mor (2018) buscaram relacionar os ciclos políticos com os gastos com investimentos. Como principais achados das pesquisas, observa-se a tendência à ação oportunista na alocação dos recursos públicos para investimentos em infraestrutura e a premiação aos gestores que apresentam maiores gastos com as referidas ações.

O estudo de Vicente e Nascimento (2012) busca analisar como os indicadores contábeis podem se relacionar ao comportamento oportunista dos gestores. Dos achados, observa-se que os resultados orçamentários reduzem a probabilidade de recondução, enquanto que a geração de caixa, resultados financeiros e investimentos elevam a possibilidade de recondução, assumindo que a assimetria informacional influência nos ciclos políticos e na manutenção do poder.

Cabe destacar que os estudos expostos nesta seção e nas seções anteriores são apenas uma breve descrição da aproximação existente entre as teorias e a gestão pública, especialmente no se refere à gestão fiscal e a alocação de recursos públicos para a promoção do bem-estar social. Diversos outros estudos podem ser verificados na literatura nacional e

internacional sobre as temáticas descritas e apresentam significativas contribuições para a área pesquisada.

Assim sendo, destaca-se na seção a seguir os principais pilares que norteiam a discussão da gestão fiscal municipal no cenário brasileiro, aproximando-a da abordagem do federalismo fiscal e dos ciclos políticos.

### **2.3 Gestão fiscal**

A Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, também conhecida como lei de responsabilidade fiscal, estabelece as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (Brasil, 2000). De acordo com o primeiro parágrafo, do artigo 1º da referida lei alguns elementos compõe a responsabilidade na gestão fiscal, conforme segue:

Art. 1º [...] § 1o A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar (Brasil, 2000).

Melo, Monteiro e Fadul (2007) destacaram que a Lei de Responsabilidade Fiscal consiste num conjunto de normas que permite a adequada gestão dos recursos públicos, a fim de evitar desequilíbrios fiscais e orçamentários e altos níveis de endividamento, alterando o regime fiscal brasileiro. Os autores elencam seis fatores relativos à lei de responsabilidade fiscal: prevenção de déficits, redução da dívida, valorização do planejamento, política tributária, transparência na gestão dos recursos e preservação do patrimônio público.

Além disso, cabe destacar que a lei afeta a liberdade fiscal dos governos subnacionais, tendo em vista que além da estabilidade macroeconômica, o controle fiscal dos governos subnacionais e a recomposição das receitas da União, fortalece o papel de coordenação federativa, aproximando-se, do contexto do federalismo fiscal, ao dispor maiores investimentos no campo social e aumentar a dependência dos governos subnacionais (Machado, 2014).

O estudo de Cruz e Afonso (2018) apresenta os pilares da gestão fiscal, relacionando os indicadores de cumprimento de metas e limites fiscais com as variáveis de planejamento, transparência e controle. Os resultados apresentaram baixa associação, o que, segundo os autores tende a estar relacionado aos diferentes incentivos dos gestores em cumprir limites e metas e atender aos outros pilares.

Assim, é pertinente analisar os estudos que abordaram os diferentes pilares da responsabilidade fiscal, para compreender as contribuições e avanços das discussões na área. Além do estudo de Cruz e Afonso (2018), que aborda conjuntamente os quatro pilares da gestão fiscal, outros abordam cada um deles de forma separada.

Um dos pilares da gestão fiscal municipal, bastante explorado nos estudos nacionais é o da responsabilidade no cumprimento dos limites (Cruz & Afonso, 2018). O cumprimento dos limites e metas da gestão fiscal, que compreendem a base da responsabilidade fiscal, em geral são obtidos através de aspectos quantitativos, conforme determinados na lei de responsabilidade fiscal (Cruz & Afonso, 2018).

Wakim, Wakim e Lima (2019) objetivaram, em seu estudo, verificar o perfil de arrecadação dos municípios mineiros, antes e depois do advento da lei de responsabilidade fiscal. Os achados da pesquisa convergem para a análise de que a lei impactou positivamente nos municípios, apresentando melhora nos níveis de arrecadação própria de tributos.

Já o pilar da transparência está diretamente associado à *accountability* democrática (Zuccolotto & Teixeira, 2014). Como resultados da pesquisa citada, que tinha o objetivo de relacionar variáveis fiscais, socioeconômicas e políticas com a transparência nos governos subnacionais, observa-se que o nível de transparência dos entes analisados pode ser explicado pelas variáveis fiscais e socioeconômicas, demonstrando-se incipiente no cenário subnacional brasileiro.

O estudo de Leite Filho, Colares e Andrade (2015) teve como objetivo analisar a disponibilização de informações sobre a execução orçamentária e financeira e qual o nível de transparência da gestão fiscal pública municipal no cenário mineiro. Entre os resultados, observa-se a associação do nível de transparência ao tamanho do município e a seu nível de desenvolvimento econômico e social.

No que se refere ao planejamento, ressalta-se que o orçamento é resultado de ações coletivas e, com isso, tem associado os diferentes interesses dos envolvidos (Cruz & Afonso, 2018). As variáveis utilizadas no estudo estão relacionadas à acurácia da ação orçamentária, que apresentam a relação entre as previsões realizadas e os resultados efetivamente obtidos com a arrecadação das receitas e execução das despesas.

No que se refere ao controle social, Coelho, Cruz e Platt Neto (2011) tinham como objetivo estudar a informação contábil como ferramenta de controle social. Dentre as conclusões obtidas com o estudo exposto, os autores ressaltam que a informação contábil pode ser considerada como um mecanismo que possibilita a participação popular, permitindo que sejam alcançados a gestão fiscal responsável e o exercício do controle social.

Para uma gestão fiscal responsável e eficiente é necessário que mecanismos de controle, fiscalização e participação cidadã sejam implantados nos órgãos públicos (Cruz & Afonso, 2018). Beuren e Zonatto (2014) destacam que, no intuito de maximizar os benefícios com a aplicação de recursos públicos, a LRF estimula os entes públicos a adotar novas ações similares às desenvolvidas no setor privado.

O estudo de Azevedo, Gatsio, Silva e Lima (2015) apresenta importantes reflexões sobre os indicadores de gastos com pessoal, elencando que os próprios gastos municipais são os principais fatores capazes de explicar a variação dos índices de gastos com pessoal, e não os indicadores de receita. Destarte, os autores concluem que as decisões dos gestores devem direcionar a obtenção dos melhores resultados a fim de cumprir os pressupostos da responsabilidade fiscal.

Os restos a pagar, foram associados à credibilidade e transparência orçamentária, por Aquino e Azevedo (2017). Seus achados sugerem que a flexibilização, a anualidade orçamentária, possibilitada pela inscrição de restos a pagar, abre espaço para o endividamento e compromete a credibilidade e transparência do orçamento público, o que pode comprometer a gestão dos entes.

No que se refere à dívida pública, o estudo de Carvalho, Oliveira e Santiago (2010), analisaram os indicadores nos estados nordestinos. Os achados demonstram que estes estados estão buscando reduzir as dívidas de curto prazo e um menor comprometimento das receitas com dívidas de longo prazo, visando-se um equilíbrio das contas públicas, conforme o que sugere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, baseado nos estudos expostos sobre a lei de responsabilidade fiscal, assume-se para presente pesquisa como variáveis para designar a ação planejada e transparente, o consequente equilíbrio das contas públicas e os limites e condições estabelecidos para fins de controle, o Índice de Gasto com Pessoal, a Dívida Consolidada e a Inscrição de Restos a Pagar, conforme definições apresentadas no Artigo 1º da referida lei.

Conhecidos os pressupostos legais e os pilares da gestão fiscal nos governos locais, os quais impactam diretamente a oferta de bens e serviços públicos, é relevante analisar a promoção do bem-estar social pelos governos subnacionais.

## 2.4 Bem-estar social

Num modelo de federalismo onde opera as características de descentralização fiscal, a proposição central inerente à ideia é de que governos locais possuam melhores condições de alocar recursos públicos, considerando as necessidades e particularidades de suas jurisdições (Oates, 1999). Assim a provisão descentralizada tende a promover o bem-estar econômico e social a partir da variação da oferta de bens e serviços públicos de acordo com preferências e particularidades locais (Oates, 1999; Brueckner, 2005).

Ao pensar na premissa de planejador benevolente, oriunda dos primórdios das discussões do federalismo fiscal, presume-se que a descentralização fiscal não seria necessária para maximizar o bem-estar social (Oates, 1999). Contudo, segundo o autor dois fatores essenciais devem ser considerados neste aspecto: a assimetria informacional, uma vez que os gestores locais possuem melhores condições de conhecerem as particularidades locais, do que os governos federais e os fatores políticos, que poderiam fazer com que governos federais colocassem mais recursos em algumas regiões em detrimento a outras.

A teoria do federalismo fiscal contempla a discussão sobre a promoção do bem-estar social, especialmente na abordagem da primeira geração, onde a suposição era de que a arrecadação e gastos de recursos tinham como objetivo a maximização do bem-estar (Weingast, 2007). Contudo, de acordo com o estudo supracitado, a segunda geração apresenta uma outra variante que tende a impactar diretamente na composição do bem-estar, uma vez que o gestor deixa de ser visto como um ator genuinamente benevolente e passa a considerar-se os interesses políticos inerente a suas escolhas na alocação dos recursos, as quais nem sempre convergem para o bem-estar.

Assim, pressupõe-se que os governantes locais forneçam bens e serviços com o intuito de atender aos interesses daqueles dentro de uma limitada jurisdição, ou seja, seu eleitorado, e que ambientes onde o padrão de consumo é inferior aos cenários nacionais à descentralização possibilita relevantes ganhos de bem-estar social no cenário local (Oates, 2005). Os governos nacionais conhecem as necessidades para a provisão de bens públicos gerais, mas não as particularidades dos governos locais (Oates, 2005).

Estudos além dos supracitados, como os de Keen (1998), Gong e Zou (2002) e os mais recentes como os de Grisorio e Prota (2015) e Garcia-Milà, McGuire, e Oates (2018) relacionam o federalismo fiscal a promoção do bem-estar social, a partir da oferta de bens e serviços públicos, especialmente em contextos de descentralização. Assim sendo, pode-se

notar que a capacidade e autonomia arrecadatária, a condição financeira e outras características relativas ao federalismo tendem a determinar o nível de alocação de recursos para a promoção do bem-estar.

Outros estudos, como os de Castro e Martins (2018), Bellido, et al. (2018) e Higuera-Molina et al. (2019), salientam a percepção de que a maximização dos interesses eleitores é determinante na alocação dos recursos públicos, nas áreas que tendem a serem visíveis ao eleitorado. Assim, com base nas constatações feitas nos estudos, observa-se que o bem-estar social é fruto, em essencial dos interesses políticos, e não de uma tendência a governos benevolentes.

Monteiro (1999) ressalta a importância da tributação para a promoção do bem-estar social, já que a arrecadação própria dos entes locais pode ser um meio de alocar recursos para determinados produtos ou serviços a serem oferecidos à população. Com base no estudo exposto, percebe-se a relevância dos fatores relacionados ao federalismo em conjunto com as escolhas dos gestores, movidas, muitas vezes, por interesses políticos, para a determinação da oferta de bens e serviços aos cidadãos locais.

Diante disso, uma consideração relevante acerca da alocação de recursos públicos para oferta de bens e serviços, é que estes são geralmente em áreas facilmente perceptíveis e de interesses dos eleitores (Cavalcante, 2016). As áreas de amplo interesse sociais, como saúde educação, emprego e renda e tantas outras que compõem os interesses dos eleitores (Cavalcante, 2016; Louzano et al., 2019; Silva & Crisóstomo, 2019) assim como os gastos com investimentos em infraestrutura (Gerigk & Ribeiro, 2018; Dias et al., 2018; Gonçalves et al., 2017) são fatores relacionados ao bem-estar da população é que podem ser diretamente afetados por interesses do gestor.

Além disso, no que se refere à responsabilidade na gestão fiscal, é válido ressaltar o relevante papel social dos entes públicos, já que a promoção do bem-estar social através da prestação de serviços e ofertas de bens públicos de forma estruturada fica a cargo dos entes públicos, entre eles os serviços nas áreas de interesse social, como saúde, educação e segurança (Beuren & Zonatto, 2014; Silva & Crisóstomo, 2019).

Diante do contexto narrado nesta e nas seções antecedentes, a próxima seção é destinada a apresentação dos estudos que suportam as variáveis admitidas na pesquisa e a formulação de hipóteses norteadoras.

## 2.5 Definição das variáveis e formulação de hipóteses

Como visto nas seções anteriores é possível observar a evolução da literatura no que se refere ao federalismo fiscal e aos ciclos políticos, agregando diversas variáveis e considerações a respeito dos assuntos. Nos últimos anos, alguns estudos nacionais e internacionais discutiram as temáticas relacionadas a diversos fatores da gestão dos entes públicos.

As variáveis admitidas para medir a gestão fiscal municipal e que potencialmente são afetadas pelo federalismo fiscal e por fatores políticos seguem os pilares da responsabilidade na gestão fiscal expostos por Cruz e Afonso (2018), representando os limites impostos pela LRF para equilíbrio das contas públicas. Assim, determinou-se para a pesquisa, os índices de despesa com pessoal (IGP) (Macedo & Corbari, 2009; Linhares, Penna & Borges, 2013) e o índice da dívida consolidada líquida (IDCL) (Lazarin, Mello & Bezerra, 2014; Correia & Neduziak, 2017).

O índice de despesa com pessoal determina a responsabilidade dos gastos públicos com pessoal, de acordo com os pressupostos da lei de responsabilidade fiscal, evidenciando o quanto da RCL é comprometido para despesas com pessoal (Macedo & Corbari, 2009, Linhares et al., 2013).

Outro índice utilizado nesta pesquisa é o da dívida consolidada líquida, já que regras e limites para coibir o endividamento desordenado, são importantes para melhorar a gestão dos recursos públicos (Carvalho et al., 2010). Estudos como os de Lazarin, et al. (2014) e Correia e Neduziak (2017), destacam a importância de investigar essa variável representativa da gestão fiscal responsável.

Vale ressaltar ainda, que o índice de gastos com investimentos, os gastos com saúde e educação podem estar associados à responsabilidade na gestão fiscal, mas para fins desse estudo serão tratadas como variáveis representativas do bem-estar social.

Uma das formas de avaliar o desempenho da gestão fiscal e a adequada alocação dos recursos públicos (Cavalcante, 2016), já que a responsabilidade na gestão fiscal pode impactar na oferta de bens e serviços em alguns municípios, o que pode interferir nas políticas sociais e no desenvolvimento (Louzano et al., 2019). A boa gestão dos recursos públicos impacta o bem-estar da sociedade (Silva & Crisóstomo, 2019).

Desta forma, o bem-estar social pode ser observado pela alocação dos recursos públicos nas diferentes áreas, tais como os investimentos em infraestrutura para atendimento da população e a alocação de recursos para as principais áreas de interesse social como na

saúde, educação, emprego e renda e para o desenvolvimento socioeconômico (Cavalcante, 2016; Louzano et al., 2019). Assim, admitiu-se as variáveis representativas dos gastos com investimento em infraestrutura e os gastos sociais, representativos dos gastos relacionados à saúde e educação.

A Maximização do bem-estar social é umas das premissas observadas na ideia do federalismo fiscal (Oates, 1999). Desta forma, de acordo com Segatto e Abrucio (2018) o federalismo fiscal tem ganhado destaque nas políticas sociais, já que a literatura apresenta que os governos podem reduzir as desigualdades entre regiões e que o federalismo pode impactar na variação dos gastos sociais em alguns países.

Contudo, o aumento dos gastos sociais pode agravar a situação financeira dos municípios, em decorrência de certo desequilíbrio entre a oferta e demanda de bens e serviços públicos, nos governos locais (Bovo, 2001). Para tanto, há de se observar a realidade quanto à arrecadação de recursos públicos já que este é o principal meio pelo qual se viabiliza a oferta de bens e serviços públicos (Monteiro, 1999).

Inicialmente, baseado no que pressupõe a LRF e os estudos citados sobre o tema, no qual observa-se a busca pelo equilíbrio nos indicadores de finanças públicas para a manutenção de bons resultados de gestão fiscal, com alocação planejada, transparente e controlada dos recursos, assim como nos estudos que tratam das variáveis representativas dos gastos nas áreas de interesse, a hipótese H1, em observância ao primeiro objetivo específico, trata da possível relação entre as variáveis:

*H1: Existe relação positiva entre as variáveis de gestão fiscal e do bem-estar social.*

Como variável capaz de determinar as condições municipais em termos de federalismo fiscal é possível descrever as relacionadas à autonomia arrecadatória, à condição financeira e ao estresse fiscal. Dos estudos nacionais, extrai-se algumas variáveis que serão utilizadas na pesquisa, tais como o grau de dependência, o esforço fiscal, a necessidade de recursos e índice de estresse fiscal.

O grau de dependência evidencia o quanto os governos locais dependem das transferências intergovernamentais para a execução das suas atividades (Macedo & Corbari, 2009). A autonomia dos governos locais pode ser medida pelos esforços empregados para a arrecadação tributária própria, a fim de financiar suas atividades (Araújo & Paes, 2015; Caetano, Avila & Tavares, 2017)

Estudos internacionais como os de Sobel, Dutta e Roy (2012), Grisorio e Prota (2015), Terman e Feiock (2016), Park (2017), Fan, Wu, Wu e Wang (2018), Vidoli e Fusco (2018) e Garcia-Milà et al. (2018) destacaram fatores orçamentários, especialmente relacionados à arrecadação tributária como aspectos centrais da discussão teórica do federalismo fiscal. Pelos estudos é possível observar a influência da descentralização e autonomia arrecadatória na gestão pública nos governos locais.

A necessidade de recursos financeiros mede quanto da receita corrente líquida é comprometida para cumprir com as obrigações financeiras de curto prazo, desconsiderados os recursos financeiros, também de curto prazo (Souza, Andrade & Silva, 2015). Além disso, os fatores orçamentários devem ser observados para representar a condição financeira, em especial, no que se refere à realização da receita e execução das despesas.

Estudos internacionais como os de Hendrick (2004), Cabaleiro et al. (2013), Stone (2015); Winarna et al. (2017) Lopés-Hernandez et al. (2018) e Zawora (2018), elencam a condição financeira governamental como preponderante na execução e manutenção da gestão pública, em especial de governos locais.

No que se refere à teoria dos ciclos políticos, Sáez (2014) destaca que variáveis como os ciclos de orçamentos políticos e a ideologia partidária, alternância de poder e proximidade ideológica entre os governos locais e nacionais impactam diretamente nos gastos com as dívidas subnacionais da nação. No contexto brasileiro, estudos como os de Vicente e Nascimento (2012), Gonçalves et al. (2017) e Louzano et al. (2019), relacionaram indicadores de gestão fiscal com fatores políticos.

A proposta de discussão de Roggof e Silbert (1988) e Roggof (1990), no que se refere aos ciclos políticos, auxilia na compreensão sobre as decisões da gestão para alcançar bons resultados eleitorais. Outros estudos internacionais como os de Castro e Martins (2018); Sidorkin e Vorobyev (2018); Simón, Sacchi e Lago-Penãs (2018) evidenciam que fatores políticos, especialmente os interesses eleitoreiros dos gestores, tendem a impactar diversos fatores da gestão dos entes públicos, especialmente nos governos locais.

Além disso, fatores políticos são capazes de impactar nas variáveis de bem-estar social. O estudo de Castro e Martins (2018) apresenta uma relação entre os ciclos políticos e as políticas fiscais, orientado nas despesas governamentais. Como contribuição, o estudo apresenta que os gastos de interesses sociais como saúde, educação e proteção social tendem a gerar resultados mais visíveis aos eleitores, tendendo para um comportamento oportunístico.

O estudo de Cavalcante (2016) abordou a relação do desempenho fiscal e fatores eleitorais. Entre as variáveis levantadas no estudo como métrica para o desempenho fiscal tem-se os investimentos e os gastos sociais e apresenta como achado principal que o eleitorado premia o gestor que mais investe.

Ainda neste contexto, Dias et al. (2018) elencam que o aumento nos investimentos públicos é um dos principais meios utilizados pelos gestores a fim de ganhar popularidade em períodos eleitorais, uma vez que tais gastos impactam diretamente no bem-estar do eleitor.

Além dos estudos citados, estudos como os de Pinto (2014), Diniz, Lima e Martins (2017) e Pereira (2018) tratam da temática dos gastos com educação. Já estudos como os de Lima (2007), Varela e Pacheco (2012) e Diniz, Macedo e Corrar (2012) tratam sobre os gastos com educação. Além disso, estudos como os de Gonçalves et al. (2017), Gerigk e Ribeiro (2018) e outros tratam da temática de gastos com investimentos, demonstrando uma tendência de impacto de variáveis do federalismo e ciclos políticos sobre os gastos de interesse social. Diante disso, baseado no segundo objetivo específico da pesquisa e nos estudos citados, definiu-se a segunda hipótese da pesquisa (H2).

*H2: As variáveis do federalismo fiscal e de ciclos políticos influenciam as variáveis de bem-estar social.*

Além do bem-estar social, os fatores relacionados a gestão fiscal também podem ser impactados pelos aspectos de federalismo fiscal, conforme pode ser observado nos estudos anteriores tais como Mora e Giambiagi (2007), Azevedo et al. (2015), Costa, Raupp e Tezza (2017), Suzart et al. (2018), Segatto e Abrucio (2018) entre outros. Assim, baseado no terceiro objetivo específico e nos estudos citados, destaca-se a terceira hipótese da pesquisa (H3):

*H3: As variáveis de federalismo fiscal e ciclos políticos influenciam os índices gestão fiscal municipal.*

Complementarmente ao exposto, observa-se nos estudos anteriores tais como os de Besley e Coate (2003), Macedo e Corbari (2009), Linhares et al. (2013), Calsamiglia et al. (2013), Schuster e Zonatto (2017) e Cruz e Affonso (2018) que o porte dos entes públicos, em especial medidos pela sua representatividade populacional, tende a interferir nos

indicadores de gestão e gastos, uma vez que possuem diferentes políticas e condições para arrecadação e alocação dos recursos. Neste contexto, observado o quarto objetivo específico e os estudos sobre o tema, elaborou-se a hipótese H4, relacionado às variáveis de gestão fiscal e bem-estar social:

*H4: Existe diferença média nas variáveis entre os diferentes estratos populacionais.*

O sinal esperado em todas as hipóteses da pesquisa varia de acordo com as características de cada uma das variáveis, tendo em vista que boas condições de federalismo, relacionados à autonomia arrecadatória e à condição financeira governamental, igualmente a busca por conquistar a confiança do eleitorado para satisfação de interesses políticos tendem a impactar nos índices de gestão fiscal dos entes locais e na alocação de recursos para o bem-estar social. Cabe destacar que nas variáveis de grau de dependência e de condição financeira espera-se influência negativa e as demais variáveis espera relação positiva.

Na análise das diferenças de acordo com o porte populacional é esperado que os municípios de maior porte invistam mais nas diferentes áreas de governos, uma vez que os mesmos tendem a possuírem mais recursos e uma menor dependências das transferências intergovernamentais. No que se refere às dívidas, espera que estas sejam mais representativas nos governos locais de menor porte, já que se sugere que estes tendem a ter mais dificuldades para manutenção das atividades.

Discutidos os principais assuntos desta pesquisa, com base na literatura nacional e internacional, a seção a seguir é destinada a definição dos métodos e procedimentos da pesquisa.

### **3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA**

Nesta etapa foram definidos os procedimentos metodológicos que nortearão a construção da pesquisa. Para tanto, destaca-se o delineamento da pesquisa, a unidade de análise, população e amostra, as variáveis que compõem o estudo, os procedimentos de coleta dos dados, os procedimentos de análise dos dados e as limitações dos métodos e técnicas de pesquisa.

#### **3.1 Delineamento da pesquisa**

A tipologia da pesquisa a ser empregada no estudo foi desenvolvida utilizando os conceitos propostos por Raupp e Beuren (2009), ficando assim o delineamento definido quanto aos objetivos, aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Inicialmente, quanto aos objetivos, à tipologia de pesquisa mais adequada para a solução do problema exposto é a descritiva. Segundo Raupp e Beuren (2009) as pesquisas descritivas são utilizadas para descrever aspectos ou comportamentos de determinada população. Diante disso, tendo em vista que o objetivo da pesquisa é descrever a realidade dos entes analisados, por meio da relação e influência das variáveis, emprega-se o método de pesquisa descritiva.

No que se refere aos procedimentos, à pesquisa será classificada como documental. Raupp e Beuren (2009) salientam que os documentos podem ser primários ou secundários, sendo que se busca analisar as informações brutas, e dar-lhe algum sentido. Para tanto, no estudo serão trabalhados com dados secundários, obtidos em meios eletrônicos.

Por fim, o delineamento da pesquisa quanto à abordagem do problema será quantitativo. De acordo com Raupp e Beuren (2009) as pesquisas quantitativas são caracterizadas pelos empregos de técnicas estatísticas na coleta e análise de dados. Assim, os empregos de ferramentas estatísticas de análise da pesquisa direcionam para a abordagem quantitativa.

Definido o delineamento de pesquisa, elenca-se a seguir a unidade de análise, população e amostra.

### 3.2 Unidade de análise, população e amostra

O estado do Paraná possui um total de 399 municípios, os quais fizeram parte em sua totalidade nesta pesquisa. Assim, a unidade de análise caracteriza-se pelos entes executivos municipais, situados no estado do Paraná, os quais, conseqüentemente compõem a população e amostra do estudo, descartados ao final, aqueles que em decorrência da ausência de dados poderão comprometer a confiabilidade e robustez do estudo.

A amostragem foi selecionada em decorrência do teor da pesquisa, tendo em vista que os governos locais, conforme se observa na literatura, tais como estudos de Oates (1999), Brueckner (2005) e Weingast (2009), são os principais responsáveis pela oferta de bens e serviços públicos, sendo presumível que os mesmos sentirão maiores efeitos de fatores políticos e da estrutura fiscal federativa.

Destarte, optou-se por analisar os entes executivos municipais de apenas uma unidade da federação, para ter maior aprofundamento na realidade de bem-estar social e gestão fiscal, diante da realidade política e fiscal. Ademais, os municípios da unidade da federação possibilitam observar diferentes realidades, aos termos do que foi proposto.

Além disso, na análise complementar, os municípios foram separados em estratos de acordo com sua população, tomando como base o censo realizado em 2010, a fim de equiparar a análise para unidades similares. A segregação dos estratos seguiu o padrão de classes utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para divulgação do perfil dos municípios brasileiros a partir dos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, adaptando apenas os municípios das três últimas classes em apenas um estrato, devido ao baixo número de municípios que compõem cada classe (IBGE, 2017).

Para tanto, os 399 municípios foram divididos em cinco grupos sendo o primeiro os municípios que possuem até 5 mil habitantes, o segundo os municípios entre 5 e 10 mil habitantes, o terceiro os municípios que possuem entre 10 e 20 mil habitantes, o quarto os municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes, e por fim, os maiores municípios com população superior a 50 mil habitantes.

Definida a população e amostra da pesquisa, procedeu-se com a descrição das principais variáveis que permitem buscar resolver o problema proposto para a pesquisa em execução.

### **3.3 Constructo da pesquisa**

As variáveis que compõem a pesquisa foram definidas com base nos estudos anteriores a respeito do tema. Inicialmente tem-se que as variáveis dependentes a serem utilizadas no modelo econométrico, são as representativas da gestão fiscal municipal e as variáveis de bem-estar social.

No que se refere ao federalismo fiscal, foram utilizadas variáveis relacionadas à autonomia arrecadatória e relacionadas à condição financeira governamental. Para os indicadores de ciclos políticos foram utilizadas variáveis relacionadas aos fatores de ciclos orçamentários e eleitorais. As variáveis descritas nos referidos grupos são apresentadas no Quadro 01, que traz um constructo e operacionalização das variáveis da pesquisa.

Tabela 1

**Variáveis da Pesquisa**

<b>Grupo</b>	<b>Variável</b>		<b>Descrição</b>	<b>Autor</b>
Bem-Estar Social	G_Soc.	GE	<b>Gastos Sociais:</b> valor referente aos limites de gastos com Saúde (GS) e Educação (GE).	Cavalcante (2016); Brasil (1988)
		GS		
	IGI		<b>Gastos com Investimento:</b> relação entre os investimentos realizados e a Receita Corrente Líquida (RCL).	
Gestão Fiscal Municipal	IGP		<b>Índice de Gastos pessoal:</b> relação entre os gastos com pessoal e a RCL.	Macedo e Corbari (2009);
	IDCL		<b>Dívida Consolidada Líquida:</b> percentual da dívida consolidada líquida em relação à RCL.	Carvalho et al. (2010), Brasil (2000)
Federalismo Fiscal (Autonomia Arrecadatória)	GD	FPM	<b>Grau de Dependência:</b> indica a dependência dos municípios das transferências intergovernamentais. <b>Para efeitos desse estudo utilizou-se a subdivisão das transferências de acordo com a sua procedência (União, Estado ou Outras).</b>	Adaptado de Araújo e Paes (2015) e Caetano et al. (2017). Macedo e Corbari (2009)
		Trans_Est		
		D_Trans		
	IRT		<b>Índice da Receita Tributária própria:</b> indica o quanto da receita corrente é oriunda de receitas tributárias próprias.	
Federalismo Fiscal (Condição Financeira)	NR		<b>Necessidade de Recursos:</b> relação entre a diferença do passivo financeiro e o ativo financeiro, com a receita corrente líquida.	Souza et al. (2015). Winarna et al. (2017)
	RR		<b>Realização da Receita:</b> indica a relação existente entre as receitas totais orçadas e arrecadadas.	Lopés-Hernandez et al. (2018)
	EDC		<b>Execução da despesa corrente:</b> indica a relação entre as despesas e as receitas correntes. Demonstrando o excesso de arrecadação corrente.	
Ciclos Políticos	IdPart.		<b>Ideologia Partidária:</b> apresenta a ideologia partidária do gestor eleito.	Sáez, (2014). Cavalcante
	ProxId.		<b>Proximidade Ideológica:</b> apresenta se o gestor é ou não da mesma ideologia partidária do governador e do presidente da república	(2016).
	Elei		<b>Ano eleitoral:</b> variáveis Dummy que representam as eleições municipais e eleições gerais.	
Variáveis de Controle	Porte		População e Receita total	
	ISE		Indicadores Socioeconômicos (PIB; IDHM, Gini, Theill)	

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os gastos sociais foram subdivididos em duas variáveis, sendo uma representativa das despesas com saúde e outra para as despesas com educação, correspondentes ao valor do Limite de Gastos para as respectivas áreas e obtidas através de Relatórios Resumido da Execução Orçamentária para cálculos dos respectivos gastos (Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde).

No que se refere às variáveis de Índice de Gastos com investimentos, o valor dos gastos com investimento foi extraído do Balanço Orçamentário e o valor da Receita Corrente Líquida do seu demonstrativo correspondente, ambos integrantes do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. As variáveis de gestão fiscal municipal foram extraídas do relatório simplificado da gestão fiscal.

Para a variável representativa à realização das receitas e execução das despesas, os dados relativos às receitas orçadas e executadas foram obtidos no Balanço Orçamentário. No que se refere à receita tributária, utilizada para o cálculo do esforço fiscal e nos dados das transferências correntes da união e do estado, para o cálculo do Esforço Fiscal e do Grau de Dependência, foram extraídas do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Para as variáveis representativas de condição financeira, os dados de ativo e passivo financeiro, utilizados no cálculo da necessidade de recursos e no cálculo do superávit financeiro, que compõe a fórmula do estresse fiscal, foram obtidos no Balanço Patrimonial. As despesas correntes municipais foram obtidas através do Balanço Orçamentário.

Com o objetivo de definir a ideologia partidária dos gestores utilizou-se a classificação proposta por Codato, Berlatto e Bolognesi (2018) na qual, dividido em três grandes grupos pode-se classificar os partidos políticos brasileiros como de esquerda, direita e centro. Baseado nos autores as classificações podem ser feitas da seguinte forma:

- a) Esquerda: PC do B, PCB, PCO, PDT, PPL, PSB, PSOL, PSTU, PT;
- b) Direita: PAN, PEN, PFL/DEM, PGT, PL, PR, PPB/PP, PRB, PRN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSDC, PSL, PSN, PST, PT do B, PTB, PTC, PTN, SD
- c) Centro PMDB, PMN, PPS, PROS, PSDB, PV, PHS

Definidas as variáveis da pesquisa, baseado na literatura, procedeu-se com a definição dos procedimentos utilizados para a coleta dos dados necessários para o cálculo das referidas variáveis.

### 3.4 Procedimentos de coleta dos dados

Os dados necessários para a operacionalização da pesquisa serão coletados por meio eletrônicos, a partir de sites de acesso público que disponibilizam as referidas informações. A opção pelo procedimento descrito se deve à acessibilidade e confiabilidade na obtenção das informações, tendo em vista que serão utilizados os meios eletrônicos significativamente utilizados para este tipo de coleta.

A coleta dos dados necessários para cálculo das variáveis dispostas no Quadro 1, foi realizada em etapas distintas. Os demonstrativos contábeis (Balanço patrimonial e Balanço orçamentário) e demonstrativo da Receita corrente líquida para o período de 2013 a 2016 já haviam sido coletados no ano de 2017 para outras finalidades, sendo atualizados até o exercício de 2017 no início de 2019.

A atualização dos demonstrativos supracitados para o período de 2018 e 2019, assim como a coleta do Demonstrativo Simplificado da Gestão Fiscal, Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde para o período de 2013 a 2019 foi realizada no segundo bimestre de 2020, todas no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

As demais variáveis, políticas e socioeconômicas, relativas ao período dos dados da pesquisa foram coletados nos respectivos sites ou base de dados, no primeiro quadrimestre de 2020. As variáveis socioeconômicas foram obtidas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o período em análise ou para o período mais recente de realização das pesquisas pelo instituto.

As variáveis políticas, relacionadas ao período eleitoral e a ideologia partidária dos gestores, foram coletadas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referentes às eleições municipais de 2012 e 2016 e as eleições gerais de 2010, 2014 e 2018, assim como as eleições suplementares que ocorreram no período de 2013 a 2019, para troca de gestão. As substituições temporárias ou permanentes na gestão municipal, que não ocasionaram novas eleições foram desconsideradas para efeitos da pesquisa, sendo considerado os dados relativos ao último gestor eleito, o que justifica-se que tais substituições ocorrem, normalmente pelos respectivos vices, cuja tendência é não divergirem em termos de ideologia partidária.

A transcrição, tabulação dos dados e cálculos de todas as variáveis necessárias para a consecução do objetivo proposto na pesquisa se deu, através da utilização de planilhas

eletrônicas, obedecendo à natureza dos dados e as fórmulas expostas. Cabe destacar que algumas variáveis, como os índices de gastos com pessoal, gastos com educação e gasto com saúde, embora oriundas de fórmulas, foram coletadas já calculados nos próprios demonstrativos.

As variáveis que eventualmente não possuem informações para todos os municípios em um ou mais anos do período analisado, serão tratadas matematicamente, de acordo com a realidade dos índices, considerando as informações obtidas para outros períodos, de modo a não comprometerem a construção do trabalho. No caso das variáveis eleitorais, em caso de ausência de informação para um ou mais anos da pesquisa optou-se por utilizar os dados conhecidos mais recentes.

Observados os procedimentos de coleta dos dados, é pertinente observar as etapas e procedimentos utilizados para análise dos dados coletados, e conseqüentemente para testar as hipóteses de pesquisa formulada.

### **3.5 Procedimentos e análise de dados**

Os dados foram tratados na coleta, tabulação e análise dos dados a partir da utilização de diferentes softwares estatísticos e planilhas eletrônicas capazes de auxiliar na construção de pesquisas quantitativas. Assim, os dados obtidos a partir dos softwares serão analisados de acordo com os objetivos e hipóteses da pesquisa.

A análise dos dados se deu a partir de modelagens estatísticas, sendo que a apresentação dos dados, visando conhecer um pouco da realidade local dos entes analisados, a partir das características dos seus índices. No que se refere à relação entre os índices de gestão fiscal municipal e o bem estar social, optou-se por realizar uma Correlação de Pearson, em caso de obedecidos os pressupostos para testagem, ou Sperman, caso os pressupostos não sejam atendidos, seguindo os padrões descritos por Wagner, Motta e Dornelles (2004) e Hair Jr, Anderson, Tathan e Black (2005).

Os objetivos relacionados à influência na gestão fiscal e do bem-estar social foram analisados a partir de regressões múltiplas com dados em painel, cuja modelagem se baseia no modelo utilizado por Macedo e Corbari (2009) e Baldissera, Costa, Dall Asta e Fiirst (2019), e segue os pressupostos de regressão linear múltipla, descritos por Maroco (2003), Hair Jr et al. (2005) e Greene (2008), conforme modelo apresentado a seguir.

Equação 01:

$$GF_{it} = \beta_0 + Fed_{it} + CP_{it} + ISE_{it} + \varepsilon_{it}$$

Equação 02:

$$BES_{it} = \beta_0 + Fed_{it} + CP_{it} + ISE_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde: GF: representa os indicadores de gestão fiscal municipal; BES: representa as variáveis de bem-estar social; Fed: representa as variáveis de federalismo fiscal, CP: as variáveis de ciclos políticos e S\_Econ: variáveis explicativas de controle socioeconômicas. Vale lembrar que esta equação será utilizada para as diferentes variáveis de gestão fiscal e bem-estar social nos diferentes estratos admitidos.

Para avaliar as diferenças nos valores das variáveis entre os estratos, baseado nos estudos de Maroco (2003), Wagner, et al. (2004) e Hair Jr, et al. (2005), optou-se por realizar o Teste ANOVA para cada um dos conjuntos de variáveis, com o propósito de compreender a realidade dos municípios com características similares, quanto à gestão fiscal, bem-estar social e federalismo fiscal, acrescidos de Testes Post Hoc, de Tuckey em caso de assumidas igualdade das variâncias calculadas através do teste de Levene, caso contrário testes para variâncias iguais não presumidas

A seguir destacam-se as limitações dos métodos e técnicas da pesquisa.

### **3.6 Limitações dos métodos e técnicas de pesquisa**

É previsível que os métodos e técnicas da pesquisa a serem empregados apresentem limitações. Inicialmente, deve-se inferir a respeito das variáveis terem sido coletadas a partir de dados secundários, em meios eletrônicos. Assim, a confiabilidade dos resultados da pesquisa estará condicionada a disponibilidade, veracidade e exatidão das informações disponibilizadas.

Além disso, como expressado anteriormente, optou-se por explorar os municípios de apenas uma unidade da federação, com um recorte temporal de seis anos, sendo assim, a análise restrita a esta unidade da federação. As inferências a respeito de anos anteriores ao período analisado, também não é possível, uma vez que a realidade tende a ser distinta em termos de gestão para estes períodos.

Outro fator diz respeito às variáveis empregadas, tendo em vista que estas não devem ser as únicas utilizadas para medir a gestão fiscal, bem-estar, federalismo ou ciclos políticos.

O emprego de outras variáveis poderia ocasionar resultados diversos dos que serão encontrados no estudo. Para mitigar o problema exposto, as variáveis foram extraídas da literatura, sendo utilizadas aquelas que apresentaram maior relevância para a solução do problema exposto.

Os métodos utilizados para análise dos dados foram obtidos a partir da literatura e julgados os mais adequados para responder à questão da pesquisa e por consequência atingir os objetivos do estudo. Contudo, é possível que o emprego de métodos alternativos permita igualmente atingir os objetivos e realizar análises similares ou distintas para a pesquisa, obtendo resultados diversos aos encontrados nesta pesquisa.

Por fim, cabe destacar que a estratificação dos municípios segundo a população visou comparar municípios com características similares e diferenciar municípios distintos. Contudo, utilizou-se como métrica para estratificar os entes, sua respectiva população, que representa o porte, assim a estratificação por outras métricas poderia adequar-se igualmente ao estudo e resultar em outras análises distintas.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Nesta seção foram apresentados os principais aspectos relacionados à análise, interpretação e discussão dos resultados da pesquisa, baseados nos pressupostos teóricos e métodos definidos, para a consecução dos objetivos, resolução do problema de pesquisa e testagem das hipóteses.

Assim, divide-se esta seção em algumas subseções sendo elas: as considerações iniciais sobre as variáveis e os achados da pesquisa, análise das estatísticas descritivas dos dados, análise da regressão, análise e discussão das hipóteses, análise da correlação entre as variáveis e teste de diferença de média das variáveis baseada no porte populacional.

A seguir, destacam-se algumas considerações pertinentes à análise dos dados que podem contribuir para a compreensão das etapas posteriores.

### **4.1 Considerações iniciais sobre dados e análises**

A análise dos dados foi desenvolvida nos 399 municípios do estado do Paraná para o período de 2013 e 2019, sendo estes os últimos dados disponíveis nas bases de dados para a coleta, justificando-se assim o recorte temporal. Cabe ressaltar, que dois municípios não tinham dados contábeis, financeiros e orçamentários no período de 2019, os quais foram substituídos pelas respectivas medianas observadas nos períodos anteriores, para balancear os dados e não comprometer o total de observações a serem analisadas. Além disso, os dados socioeconômicos (IDHM e Índice de Gini) coletados são relativos ao último censo realizado pelo IBGE no ano de 2010, sendo os valores repetidos para todos os anos.

Para análise das regressões as variáveis de controle representativas do logaritmo da receita total e a variável de emprego e renda medidas pelo índice Theill foram excluídas da análise dos dados por demonstrarem relação com outras variáveis admitidas na pesquisa. Contudo, a exclusão destas variáveis não comprometem o resultado e as análises dos dados tendo em vista que outras variáveis representativas do porte municipal (população) e também variáveis socioeconômicas (IDHM e GINI) foram mantidas e possibilitam a análise do impacto destes fatores nos índices de gastos sociais, gastos com investimento e nos indicadores de responsabilidade na gestão fiscal.

Além das variáveis de controle citadas, as variáveis representativas da ideologia partidária dos gestores municipais também foram excluídas, uma vez que não apresentaram-se relevantes para a explicação das variáveis dependentes e conseqüentemente, sua

manutenção não é viável para os modelos expostos, devido à presença de outras variáveis explicativas relacionadas aos ciclos políticos e que demonstraram-se mais significativas para os modelos propostos. Contudo, para a discussão dos ciclos políticos, além das variáveis representativas do período eleitoral, têm-se as variáveis relacionadas ao alinhamento partidário entre gestor municipal e os gestores estadual e federal.

As variáveis dos ciclos políticos foram selecionadas e mantidas no constructo da pesquisa, já que há uma tendência de associação com as variáveis de federalismo fiscal, assumidas para a execução do trabalho. Assim, a autonomia arrecadatória ou os níveis de transferências intergovernamentais aos diferentes entes da federação, possuem relação com fatores políticos. Igualmente as variáveis de controles assumidas também possuem a mesma relação, já que porte populacional e as questões socioeconômicas são determinantes para as variáveis relativas à autonomia arrecadatória e das transferências intergovernamentais.

Baseadas nas informações descritas foram realizadas algumas análises introdutórias a respeito das variáveis políticas assumidas na pesquisa que possibilitam a compreensão da realidade dos entes analisados.

#### ***4.1.1 Características políticas/eleitorais***

O início da análise coincide com o início do mandato dos prefeitos eleitos para a gestão 2013/2016. Além disso, no período de análise ocorreram duas eleições gerais para os cargos de presidente e governador, e uma eleição municipal. Outros fatores políticos que puderam ser evidenciados foram as trocas de comando ao longo do mandato como a troca presidencial (2015) e a realização de 20 eleições suplementares em municípios analisados.

Do período de 2013 a 2018 o estado do Paraná foi governado por um gestor cujo partido possui ideologia de centro, baseado nas definições admitidas na pesquisa, ocorrendo a mudança no ano de 2019 para um gestor cuja ideologia partidária é de direita. No cenário federal, houve períodos de governo de esquerda (2013 a 2016); Centro (2016 a 2018) e Direita (2019).

Nos municípios as três ideologias partidárias tiveram representantes a frente da gestão dos entes municipais ao longo dos anos. A Figura 1 apresentada a seguir possui informações a respeito da representatividade de cada ideologia partidária na gestão do executivo municipal no período de análise 2013 a 2019, com base nas informações obtidas sobre as eleições municipais (2012 e 2016) e eleições suplementares realizadas no período:

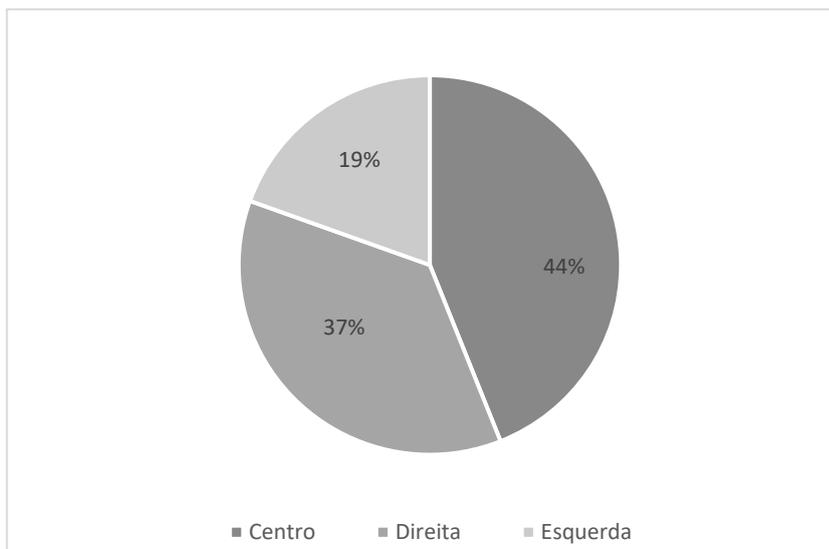


Figura 1. Ideologia Partidária dos Gestores Municipais.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Com base nos dados apresentados na figura pode-se perceber que a maioria dos municípios paranaenses foram governados, ao longo dos sete anos, por gestores filiados a partidos cuja ideologia partidária é de centro com 44% do total de observações, seguidos dos gestores alinhados à direita (37%) e esquerda (19%).

Além disso, realizou-se a análise a respeito do alinhamento partidário dos governos municipais com a gestão estadual e federal. Assim, as Figura 2 e 3 demonstram o percentual de municípios cujos gestores são alinhados ideologicamente com o Governador e o Presidente da república, baseado nas informações eleitorais obtidas:

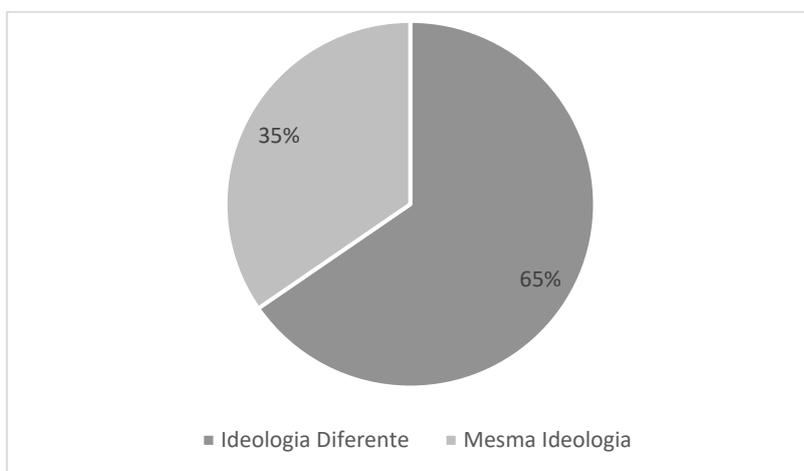


Figura 2. Alinhamento Ideológico/Partidário com o Governo Federal.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Com base nos dados da figura anterior é possível notar que em torno de 65% dos gestores municipais não eram alinhados ideologicamente com o governo federal, ao passo que apenas 35% era da mesma ideologia ao longo dos anos. Neste contexto, percebe-se que a maioria dos municípios são geridos por representantes de ideologias distintas dos governantes federais.

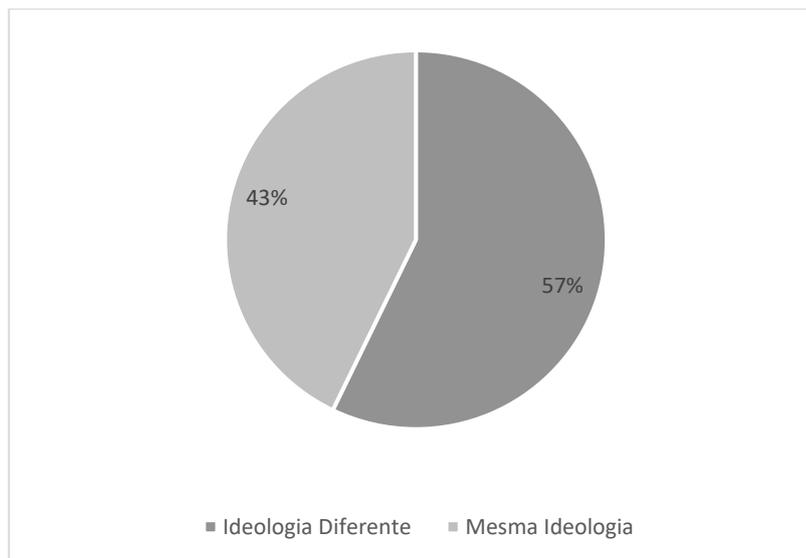


Figura 3. Alinhamento Ideológico/Partidário com o Governo Estadual.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No que se refere ao alinhamento partidário com o governo estadual é possível novamente observar, que ao longo dos anos analisados, a maioria dos gestores municipais (57%) não eram alinhados ideologicamente com o governo do estado, tendendo para a menor aproximação entre os entes. Destarte, observa-se um número representativo de entes com aproximação ideológica do governo estadual, podendo impactar nos resultados da gestão.

Tal perspectiva apresenta instrumentos relevantes de análise, pois de acordo com o que pressupõe a teoria dos ciclos políticos, conforme destacado em estudos como os de Vicente e Nascimento (2012), Sáez (2014), Castro e Martins (2018), Gerigk e Ribeiro (2018) a ideologia partidária ou alinhamento ideológico dos gestores locais com gestores estaduais e federais, tendem a impactar nos resultados da gestão, seja na esfera de arrecadação ou alocação dos recursos públicos.

Narrados os principais fatores associados à análise dos fatores políticos dos municípios paranaenses no período de análise, faz-se necessário também discutir a respeito das demais variáveis admitidas na pesquisa.

#### 4.1.2 Análise descritiva das variáveis

Para compreensão das principais características dos dados contábeis, financeiros, fiscais e orçamentários, representativos dos indicadores do federalismo fiscal, bem-estar social e gestão fiscal municipal, além dos dados representativos das características socioeconômicas, realizou-se a análise das estatísticas descritivas dos dados, com informações a respeito de mínimo, máximo, média, desvio padrão e número de observações para todas as variáveis da pesquisa. As informações relacionadas à estatística descritiva das variáveis foram apresentadas na Tabela 2:

Tabela 2

#### Análise descritiva das variáveis dependentes do estudo

	Variável	Média	Desv. Padrão	Mínimo	Máximo	Nº Obs
Dependente	GE	0,2831	0,0373	0,1806	0,8236	2793
	GS	0,2381	0,0497	-0,047	0,7742	2793
	IGI	0,1182	0,0703	0,0084	1,0275	2793
	IDCL	0,0364	0,134	-0,9047	0,8265	2793
	IGP	0,4906	0,0462	0,1393	0,6386	2793

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

A análise pode ser iniciada pelas variáveis dependentes que compõem a pesquisa e visam representar indicativos de bem-estar social e gestão fiscal municipal, pautadas nos princípios de planejamento, transparência, controle e responsabilidade na arrecadação e alocação dos recursos públicos. As variáveis de bem-estar social são os gastos sociais, medido pelo Índice de Gasto com Educação e o Índice de Gasto com Saúde, e os gastos com investimentos em infraestrutura, ao passo que a gestão fiscal é representada pelas variáveis de gastos com pessoal e dívida consolidada. Cabe destacar que, embora definida a distinção das variáveis em dois grupos, os índices representativos de bem-estar social, também se associam à gestão fiscal responsável.

No que se refere aos índices de gasto com educação, medido pelo limite mínimo constitucional de gastos na área, percebe-se, em média os municípios estão destinando cerca de 28% dos recursos para gastos na área de educação, ficando assim acima do limite mínimo estabelecido pela constituição (25%) (Brasil, 1988). Outro fator importante refere-se ao baixo desvio padrão observado (0,0373) demonstram que os índices variam próximo à média

observada, comprovando que a vinculação dos recursos é determinante nos resultados deste indicador (Fernandes & Wilson, 2013; Queiroz et al., 2015).

Cabe destacar ainda, que, embora os municípios sejam obrigados a destinar um percentual mínimo de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, alguns entes deixaram de cumprir o limite no período analisado, como pode ser visto no valor mínimo que é de aproximadamente 18%. Assim, a Figura 4 a seguir apresenta uma análise sobre o cumprimento do Limite mínimo de gastos com educação.

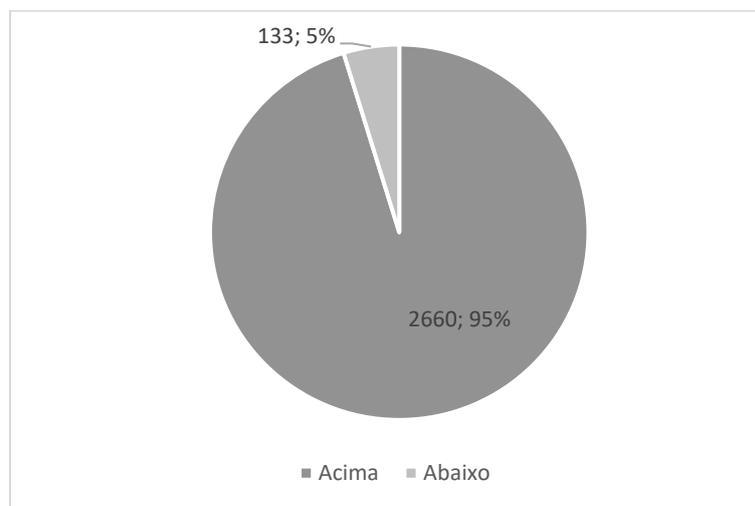


Figura 4. Índice constitucional de gastos com educação.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Conforme se observa na figura, das 2793 observações, apenas em 133 (5%) destas não foram cumpridos os limites impostos constitucionalmente para destinação de recursos na área da educação. Tal indicativo é positivo tendo em vista que em 95% dos casos analisados os municípios conseguiram atingir o limite mínimo, destinando assim recursos para a área de ensino, que representa um ganho em termos de bem-estar social.

Igualmente ao índice de gasto na área de educação, os gastos na área de saúde também foram, em média, superiores aos limites mínimos estabelecidos na constituição (15%) (Brasil, 1988). Os dados revelam que os municípios paranaenses possuem um índice médio de 23,31% em gastos na área de saúde, com desvio padrão de 0,0497, representando uma baixa variação dos dados em torno da média observada. Igualmente aos gastos com educação, a destinação de recursos para área de saúde tende a estar relacionado à vinculação constitucional dos gastos (Fernandes & Wilson, 2013; Queiroz et al., 2015).

Contudo, como pode ser observado nos valores de mínimo e máximo existem observações cujo índice foi inferior ao limite mínimo estabelecido, demonstrando que pelo menos um ente em um determinado período deixou de observar a norma em questão. Neste cenário, elaborou-se a Figura 5, com dados relativos à análise do cumprimento do limite constitucional de gastos na área de saúde.

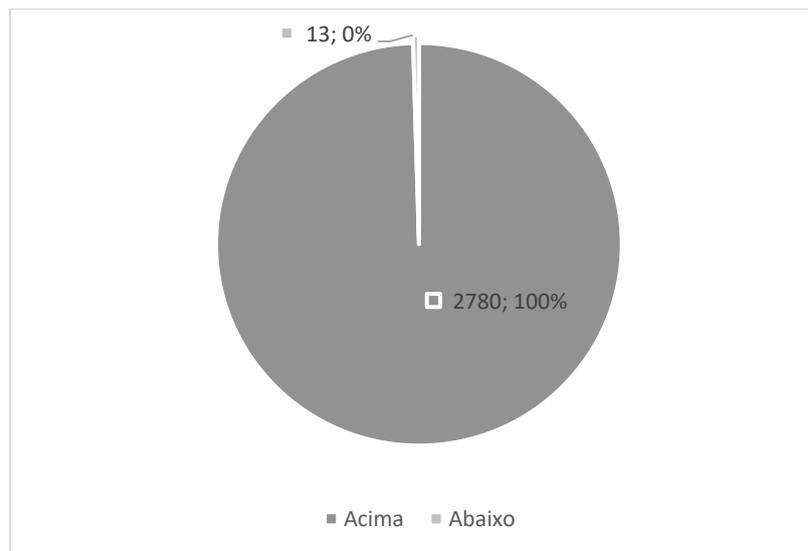


Figura 5. Índice constitucional de gastos com saúde.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Com base na figura anterior é possível perceber que menos de 1% das observações (13) não cumpriram com o que determina a norma a respeito do limite mínimo de gastos com saúde. Assim, o resultado apresentado é positivo para o ente e para a sociedade como um todo, demonstrando que os gestores buscam cumprir a lei e destinar recursos para as áreas de interesse geral.

O terceiro fator que pode ser utilizado tanto para representar o bem-estar social, já que se refere aos gastos com infraestrutura realizados no período destinados a atender as necessidades da população, assim como representam a responsabilidade na gestão e alocação dos recursos públicos e o indicador de gastos com investimentos. Pela Tabela 2 é possível observar que um índice representativo de pouco mais de 11% da receita corrente líquida municipal é destinado a gastos com investimentos.

O tema gasto com investimentos foi objeto de estudos como os de Diniz et al. (2012), Dias et al. (2018), a partir deles pode-se observar uma tendência para baixa destinação de recursos, proporcional para gastos com investimentos e infraestrutura. Esse fato pode ser um

dos problemas do modelo de federalismo mundialista brasileiro, já a interdependência dos governos locais por transferências de outras esferas de governo e a vinculação de alguns gastos impossibilita os investimentos.

No que se refere aos gastos com pessoal, com base nos dados da Tabela 2, percebe-se que em média os municípios gastam 49% da sua receita corrente líquida ajustada em gastos com folha de pagamento e encargos. O baixo desvio padrão (0,0462) sugere que os indicadores analisados estão se comportando próximo da média, o que está associado aos limites impostos da Lei da Responsabilidade Fiscal para gastos com pessoal.

Contudo se observados os indicadores do mínimo e máximo de gasto, observa-se que houve extrapolação dos gastos com pessoal, chegando a ser percebido em uma observação o índice de 63,86% da receita corrente líquida. A Figura 6, a seguir, apresenta o comportamento do índice de gasto com pessoal nos municípios observados, os limites alerta, prudencial e máximo.

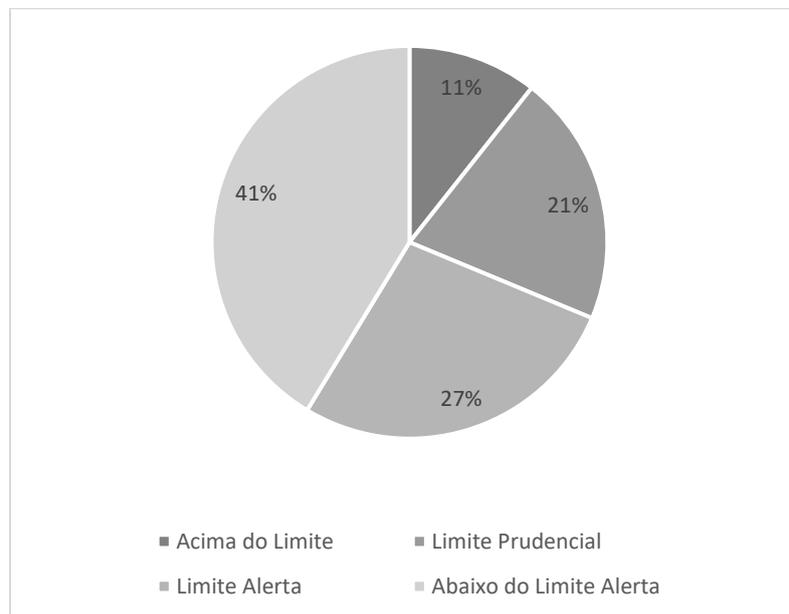


Figura 6. Índice de gastos com pessoal.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Conforme observado na Figura 6, observa-se que em aproximadamente 41% das observações cumpriram com os índices de gastos com pessoal, com resultados abaixo do limite alerta. Além disso, em 48% das observações observa-se que os resultados estão abaixo

do limite máximo, mas na faixa do limite alerta ou prudencial, que já requer que medidas sejam tomadas pelos entes relacionados a despesas com pessoal. Nas demais observações pode-se verificar que o teto de índice de gasto com pessoal foi extrapolado, podendo os gestores responder de acordo com o que pressupõe a lei de responsabilidade fiscal.

No que se refere ao indicador da dívida pública, percebe-se que, das variáveis dependentes observadas, foi a que teve um maior desvio padrão, já que os parâmetros do demonstrativo analisado permite a existência de resultados negativos, conforme se observa no índice mínimo. Além disso, pelo índice máximo é possível identificar que nenhum município extrapolou o limite de 120% da RCL, previsto na LRF para tal indicador.

O estudo de Diniz et al. (2012) ressalta que há uma tendência de os entes públicos cumprirem os limites de gasto com pessoal após a promulgação da Lei de responsabilidade fiscal, embora alguns entes acabam descumprindo esses limites, em especial no que se refere aos gastos com pessoal. No caso do índice da DCL, Costa, Raupp e Tezza (2017), no contexto catarinense, demonstraram a tendência a todos os entes cumprirem o limite.

Além das variáveis dependentes, foram analisadas as variáveis explicativas utilizadas no modelo, com base nas suas estatísticas descritivas. Assim, a Tabela 3, apresenta os principais resultados estatísticos para o conjunto de dados e as variáveis representativas da autonomia arrecadatória e condição financeira.

Tabela 3

**Análise descritiva das variáveis explicativas do estudo**

	Variável	Média	Desv. Padrão	Mínimo	Máximo	Nº Obs
Explicativas	FPM	0,3905	0,133	0,0395	0,7879	2793
	Trasnf_EST	0,299	0,0894	0,0582	0,9668	2793
	D_trasnf	0,2996	0,0583	0,0675	0,5477	2793
	IRT	0,1019	0,0729	0,0127	0,4733	2793
	NR	-0,6847	0,2377	-8,6681	0,7359	2793
	RR	0,9971	0,1492	0,2805	21,481	2793
	EDC	0,9005	0,0649	0,1852	1,1146	2793

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Com relação às variáveis representativas do grau de dependência das transferências intergovenamentais, percebe-se que em médias 39% da Receita corrente líquida municipal são relativas ao FPM, ou seja, os municípios possuem um grau de dependência médio de 39%, dos recursos oriundos dos repasses da união, demonstrando que sem essa receita os

municípios teriam dificuldades para manter o equilíbrio de suas contas. Cabe destacar que, as deduções da Receita Corrente Líquida não foram consideradas para fins de cálculo dos índices de grau de dependência, assim o total da variável poderá ser superior a 100%, nos cenários em que haja elevadas deduções na RCL.

Com relação às transferências estaduais, observa-se que em média 30% da RCL dos entes analisados são oriundas de transferências estaduais, relativas à cota, parte do ICMS e IPVA. Cabe destacar que, embora seja representativo do grau de dependência, as transferências oriundas destes tributos representam os esforços adotados pela gestão local em termos de políticas públicas na arrecadação tributária, uma vez que no cenário paranaense a distribuição desses recursos ocorre com base na arrecadação por município.

A análise descritiva observada permite comprovar o que estudos anteriores como os Soares e Melo (2016), Segatto e Abrucio, (2018) e Suzart et al. (2018), que trataram da questão da descentralização fiscal do modelo de federalismo brasileiro, nos quais percebe-se que grande parte dos municípios possuem um grande nível de dependência das transferências intergovernamentais para a manutenção das ações e políticas públicas.

Por fim, analisadas as principais variáveis da pesquisa, realizou-se a análise descritiva das variáveis socioeconômicas relativas aos entes analisados. Cabe destacar que neste caso as variáveis observadas são do ano de 2010, último período cujos dados estão disponíveis. A Tabela 4 apresenta os resultados para as variáveis socioeconômicas.

Tabela 4

**Análise descritiva das variáveis socioeconômicas do estudo**

	Variável	Média	Desv. Padrão	Mínimo	Máximo	Nº Obs
Socioeconômicas	Log_pop	9,312	1,0852	7,1937	14,4746	2793
	IDHM	0,72	0,0385	0,546	0,823	2793
	Gini	0,4657	0,057	0,33	0,66	2793

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os indicadores de Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Gini produzem informações relevantes para o cenário socioeconômico do município. Em média o IDHM dos municípios paranaenses é de 0,72, variando de 0,546 e 0,823, com um desvio padrão de 0,0385, sugerindo pouca variação de um município para o outro. O Índice de Gini possui comportamento similar, variando de 0,33 a 0,66, com média de 0,4657 para os municípios paranaenses com desvio padrão de 0,057, confirmando a similaridade nos índices municipais.

No que se refere ao porte populacional, para efeito de análises utilizou-se o logaritmo natural da população municipal, portanto, os resultados foram apresentados desta forma na Tabela 4. Para melhor compreensão do contexto populacional sobre as variáveis explicativas do modelo, segregou-se os municípios em estratos de acordo com seus tamanhos, para fins de análises suplementares, que serão detalhadas no capítulo 4.6.

Realizadas as análises introdutórias a respeito das variáveis da pesquisa, na seção a seguir foram destacados os resultados da relação existente entre as variáveis dependentes do modelo, com vista a identificar as relações entre os indicadores de bem-estar social e os de gestão fiscal.

## 4.2 Bem-estar social x gestão fiscal municipal

As variáveis de bem-estar social admitidas nesta pesquisa podem também ser observadas conforme os pressupostos legais impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Constituição Federal. As suposições básicas de normalidade e linearidade não foram observadas para o conjunto de dados das variáveis, desta forma com base nos estudos citados na seção de metodologia optou-se pela correlação de Spearman, a qual é mais adequada nestes cenários. Assim, a Tabela 5 apresenta a relação existente entre as variáveis dependentes da pesquisa representativas do bem-estar social e da gestão fiscal.

Tabela 5

### Relação entre as variáveis de bem-estar social e de gestão fiscal

Correlação		GE	GS	IGI	IDCL	IGP
GE	Cor.	1,0000	<i>-0,148</i>	<i>-0,038</i>	<i>-0,062</i>	<i>0,070</i>
	Sig	-	<i>0,000</i>	<i>0,042</i>	<i>0,001</i>	<i>0,000</i>
GS	Cor.	<i>-0,148</i>	1,0000	<i>-0,070</i>	<i>-0,037</i>	<i>0,147</i>
	Sig	<i>0,000</i>	-	<i>0,000</i>	<i>0,053</i>	<i>0,000</i>
IGI	Cor.	<i>-0,038</i>	<i>-0,070</i>	1,0000	<i>-0,132</i>	<i>-0,206</i>
	Sig	<i>0,042</i>	<i>0,000</i>	-	<i>0,000</i>	<i>0,000</i>
IDCL	Cor.	<i>-0,062</i>	<i>-0,037</i>	<i>-0,132</i>	1,0000	<i>0,167</i>
	Sig	<i>0,001</i>	<i>0,053</i>	<i>0,000</i>	-	<i>0,000</i>
IGP	Cor.	<i>0,070</i>	<i>0,147</i>	<i>-0,206</i>	<i>0,167</i>	1,0000
	Sig	<i>0,000</i>	<i>0,000</i>	<i>0,000</i>	<i>0,000</i>	-

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Como pode ser observado na Tabela 5 a variável de Gastos com Educação possui relação positiva e significativa a 1%, com o indicador de gastos com pessoal (0,070) e negativa, também significativa ao nível de 1%, com os indicadores de dívida pública e gastos na área de saúde (-0,062 e -0,148 respectivamente) e ao nível de 5% de significância com os índices de gastos com investimentos (-0,038). Assim, pode-se observar que os entes que tendem a investir mais na área de educação reduzem os gastos na área de saúde, com investimentos e os índices da dívida consolidada, ao passo que possuem indicadores mais elevados de gastos com pessoal.

No que se refere aos gastos na área de saúde, pode-se observar, com forme citado anteriormente, uma relação significativa e negativa com o indicador de gasto com educação. No que se refere as demais variáveis, percebe-se a relação negativa e significativa a 1% e 10%, para as variáveis de gastos com investimento e dívida consolidada, e positiva e significativa a 1% para a variável de gastos com pessoal.

Os resultados demonstram que os municípios que mais gastam na área de saúde, assim como nos gastos com educação, tendem também a ter um maior gasto com pessoal, demonstrando que as despesas correntes são mais elevadas nestes entes, tendo em vista que os resultados dos indicadores de gasto com investimentos e dívida consolidada apresentam relação negativa. Tal fato pode associar-se a alta demanda por profissionais de saúde e educação em determinados entes, o que requer maiores gastos nas áreas específicas e, por consequência a redução de gastos proporcionais em outras áreas.

No que se refere aos gastos com investimentos, observa-se sua relação significativa (1%) e negativa com as variáveis de gastos com saúde, dívida consolidada e gastos com pessoal (-0,057; 0,124 e 0,212 respectivamente) e ao nível de 5%, também negativa com os gastos na área de educação. Assim, percebe-se que os municípios com maiores tendências a gastos com investimentos tendem a gastar menos nas demais áreas, representando que elevados índices de despesas correntes tendem a comprometer os investimentos em infraestrutura municipal.

Além disso, como já apresentado, a variável de dívida consolidada possui relação significativa e negativa com as variáveis já discriminadas, demonstrando que a manutenção de indicadores elevados de dívida, tendem a refletir em menor destinação de recursos para as diferentes áreas de interesse social, resultado divergente do obtido no indicador de gasto com pessoal, já que a relação observada é positiva, o que tende a estar relacionado ao fato de que municípios com indicadores de gastos mais próximos do limite, também possuem os maiores

resultados em termos de dívida consolidada, variáveis estas representativas da gestão fiscal municipal.

Por fim, como já observados nos resultados descritos anteriormente, a manutenção de elevados índices de gastos com pessoal tendem a associar-se positivamente com os gastos nas áreas de saúde e educação de forma positiva, já que boa parte destes gastos é destinada à essas áreas, que requer um elevado número de pessoal. Contudo, no que se refere aos gastos com investimentos, representativo das despesas de capital, percebe-se uma tendência de redução deste tipo de gastos quando se compromete maior parcela de recursos para gastos com pessoal.

A evidência pode ser confirmada, baseada nos achados de Queiroz et al. (2015), que ressaltam que quanto maior as receitas de Fundeb (educação) e SUS (saúde) há uma tendência de aumento de gastos com pessoal, em decorrência da transferência de responsabilidades na oferta de serviços públicos, ou seja, há uma expectativa de aumento nos gastos. Destarte, o estudo de Louzano et al. (2019) resalta que a vinculação constitucional de gastos como nas áreas de saúde e educação, pode impactar no nível de eficiência da alocação dos recursos públicos, e conseqüentemente, a gestão fiscal responsável.

No que se refere aos gastos com investimentos, que apresentou relação negativa com as demais variáveis, o comprometimento dos recursos em gastos correntes, em especial a vinculação e os limites da legislação no que se refere aos índices de gastos fazem com que o aumento de gastos correntes, reduza os investimentos em infraestrutura (Fernandes & Wilson, 2013). Gonçalves et al. (2017) destaca que ao prever limites para gastos com pessoal e os limites para endividamento podem limitar os investimentos.

Correia e Neduziak (2017), investigando os estados, demonstram que mais gastos com pessoal, em detrimento dos investimentos produzem relação fiscal crescente para a DCL, igualmente as relações discutidas encontradas para os municípios paranaenses. Além disso, Lazarin, et al. (2014) destacam que o endividamento pode ser aumentado por fatores como urbanismo e gestão ambiental, elementos não contemplados isoladamente neste estudo, o que pode justificar os resultados negativos com as demais variáveis de gastos.

Com base nos resultados apresentados, pode-se então confirmar a hipótese H1 formulada, na qual presumia-se a existência de relação entre as variáveis de gestão fiscal e bem estar social, já que as relações foram observadas com significância estatísticas entres todas as variáveis se considerados os grupos distintos. Além disso, dentro dos grupos também foi possível observar relação significativa entre as variáveis.

Analisar as relações existentes entre os grupos de variáveis dependentes, e consequentemente testada e comprovada a hipótese H1, na seção a seguir será apresentada a relação de influência dos fatores de federalismo fiscal e ciclos políticos sobre as variáveis representativas do bem-estar social, conforme as definições propostas nesta pesquisa.

### **4.3 Análise e discussão das regressões**

Nesta seção serão discutidos os resultados das regressões com dados em painel realizados, apresentando os resultados para definição da modelagem mais adequada para cada regressão realizada, os respectivos pressupostos, significação e poder explicativo de cada um dos modelos propostos para as variáveis dependentes, associados às variáveis explicativas utilizadas na pesquisa.

Além disso, apresenta-se a discussão dos resultados obtidos nas regressões para testar a influência das variáveis explicativas, de federalismo fiscal e ciclos políticos, sobre os indicadores de bem-estar social e gestão fiscal municipal. Nas respectivas subseções, através dos achados e análises realizadas, serão discutidas as hipóteses da pesquisa (H2 e H3).

Como citados na seção 4.1 nos testes iniciais foi possível observar que algumas variáveis estavam comprometendo os modelos propostos, por apresentarem alto índice de correlação entre si. Desta forma, tais variáveis foram de excluídas da análise, já que apresentavam finalidades similares a outras variáveis observadas, e assim, sua ausência não influenciará na consecução dos objetivos e na testagem das hipóteses.

A seguir destaca-se os pressupostos dos modelos das regressões analisadas, para fins de testagem da viabilidade, e relevância para a discussão do problema da pesquisa e testagem das hipóteses formuladas.

#### **4.3.1 Pressupostos do modelo**

Para verificar o modelo mais adequado a ser empregado testou-se os efeitos fixos, aleatórios e *Pooled*, através do *F test*, Teste *Breusch e Pagan* e Teste *Hausman*, conforme pode ser observado na Tabela 6 a seguir, para todos os modelos propostos na pesquisa. Igualmente aos testes para verificar o modelo adequado, também é evidenciado na tabela a seguir os resultados dos pressupostos do modelo para heterocedasticidade, autocorrelação e multicolinearidade.

Tabela 6

**Análise da Regressão**

Variável dependente da regressão	Teste Efeitos fixos, aleatório e <i>Pooled</i>			Pressupostos			Relevância do modelo		
	<i>Breusch/Pagan/Hausman</i>			<i>White Test</i>	<i>Mean VIF</i>	<i>Durbin-Watson</i>	<i>Prob &gt; F</i>	<i>R2</i>	<i>Obs.</i>
	<i>F test</i>	<i>Pagan</i>	<i>Hausman</i>						
GE	0.0000	0.0000	0.0000	1.e-303	2.10	1,944	0.0000	0.2858	2793
GS	0.0000	0.0000	0.0000	2.e-234	2.10	1,944	0.0000	0.2550	2793
IGI	0.0000	0.0000	0.0000	1.8e-50	2.10	1,951	0.0000	0.1406	2793
IDCL	0.0000	0.0000	0.0000	5.5e-59	2.10	1,954	0.0000	0.1021	2793
IGP	0.0000	0.0000	0.0000	1.2e-77	2.10	1,846	0.0000	0.2235	2793

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Com base nos dados, observa-se que para as cinco regressões realizadas, relativas às variáveis dependentes, em todos os casos os *F Test*, *Breusch e Pagan*, e *Hausman*, apresentaram P-value de 0,000, sugerindo a rejeição da hipótese nula. Assim, baseado nos conceitos propostos por Greene (2008), pode-se afirmar que para todos os casos o modelo mais adequado é o utilizado para efeitos fixos, já que na comparação entre efeitos fixos e *Pooled (F Test)*, os resultados sugerem que os efeitos fixos são apropriados e na comparação entre efeitos fixos e efeitos aleatórios (*Hausman Test*), os resultados também sugerem que os efeitos fixos devem ser utilizados.

Os pressupostos do modelo também foram testados, conforme apresentado na Tabela 6. Inicialmente realizou-se o *Teste White* para testar a heterocedasticidade dos modelos propostos, os quais apresentaram problemas para todos os modelos testados. Assim, com vistas a realizar a correção e mitigar dos problemas na heterocedasticidade utilizou-se para fins de análise os modelos de regressão com a correção robusta de *White*.

Para testar a autocorrelação, utilizou-se o Teste de *Durbin-Watson*, cujos resultados, como esperado, foram similares em todos os modelos e próximo de dois, indicando níveis aceitáveis para determinar que não há correlação entre os resíduos. Por fim, o teste *Mean VIF*, para multicolinearidade das variáveis explicativas apresentou resultado de 2,10, indicando a ausência de multicolineariedade.

No que se refere à relevância dos modelos de regressão, percebe-se que, admitidas as mesmas variáveis explicativas para cada uma das regressões propostas baseado nas variáveis dependentes representativas do bem-estar social e gestão fiscal municipal, todos os modelos

foram significantes ao nível de 1%. Assim, pode-se realizar a análise acerca dos parâmetros observados.

No que se refere ao poder explicativo de cada modelo, é válido ressaltar que as características de cada uma das variáveis impactam no valor observado, já que associado aos resultados numéricos dos indicadores é perceptível, no cenário de finanças públicas que as decisões da gestão podem surtir efeitos nos resultados das variáveis. Assim, diante do expressivo número de observações e das características das variáveis, a relevância do modelo, medida pelo  $R^2$ , em todos os cenários é aceitável para a análise dos resultados.

No que se refere às regressões para testar a influência das variáveis do federalismo fiscal e ciclos políticos sobre as variáveis representativas do bem-estar social, percebe-se que os poderes explicativos dos modelos para as variáveis de Gastos com educação, Gastos com saúde e Gastos com Investimentos, foram de 0.2858, 0.2550 e 0.1406 respectivamente.

Quanto às regressões realizadas para testar a influência das variáveis do federalismo fiscal e ciclos políticos sobre os índices de gestão fiscal, pode-se observar que o poder explicativo do modelo para as variáveis de dívida consolidada líquida e índice de gastos com pessoal foi de 0.1021 e 0.2235 respectivamente.

Com isso, se comparados as Tabelas 2 e 6, percebe-se que os melhores resultados do  $R^2$ , são para as variáveis com menor desvio padrão entre as observações, ao passo que os menores resultados, estão associados às variáveis com maior desvio padrão, reafirmando a ideia de que as decisões da gestão impactam nos resultados do poder explicativo do modelo.

Uma vez testados a modelagem e os pressupostos da regressão, pode-se então realizar a análise acerca da influência dos indicadores de federalismo fiscal e ciclos políticos sobre as variáveis dependentes da pesquisa, iniciando pelos indicadores representativos do bem-estar social.

#### ***4.3.2 Discussão dos resultados da regressão com indicadores do bem-estar social***

Nesta seção serão discutidos os principais resultados associados à influência dos indicadores de federalismo fiscal e dos ciclos políticos nos índices de gastos nas áreas de interesses sociais, representativos do bem-estar social. A Tabela 7 apresenta os resultados da regressão com o modelo destinado a variável dependente de Índice de Gastos com Educação

Tabela 7

**Influência das variáveis explicativas no índice de gasto com educação**

GE	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
FPM	<b>-0.2545664</b>	<b>0.031618</b>	<b>-8.05</b>	<b>0.000</b>	<b>-0.3165636</b>	<b>-0.1925692</b>
T_Est	<b>-0.1945331</b>	<b>0.0307591</b>	<b>-6.32</b>	<b>0.000</b>	<b>-0.2548461</b>	<b>-0.1342201</b>
D_Transf.	<b>-0.2500202</b>	<b>0.037835</b>	<b>-6.61</b>	<b>0.000</b>	<b>-0.3242077</b>	<b>-0.1758326</b>
IRT	<b>-0.4002601</b>	<b>0.0448671</b>	<b>-8.92</b>	<b>0.000</b>	<b>-0.4882362</b>	<b>-0.312284</b>
NR	-0.0005764	0.0032224	-0.18	0.858	-0.006895	0.0057422
RR	-0.0001085	0.0036207	-0.03	0.976	-0.007208	0.006991
EDC	<b>0.0501151</b>	<b>0.0116433</b>	<b>4.30</b>	<b>0.000</b>	<b>0.0272848</b>	<b>0.0729454</b>
Elei	0.0000624	0.0017828	0.04	0.972	-0.0034332	0.0035581
Elei_G	-0.0002345	0.0014015	-0.17	0.867	-0.0029826	0.0025137
AP_Est	-0.0012071	0.0011889	-1.02	0.310	-0.0035383	0.0011241
AP_Fed	0.0010234	0.0012596	0.81	0.417	-0.0014465	0.0034933
IDHM	-0.0283017	0.0177575	-1.59	0.111	-0.063121	0.0065176
Gini	<b>0.083252</b>	<b>0.0151079</b>	<b>5.51</b>	<b>0.000</b>	<b>0.0536282</b>	<b>0.1128758</b>
Log_POP	<b>-0.003787</b>	<b>0.0013205</b>	<b>-2.87</b>	<b>0.004</b>	<b>-0.0063762</b>	<b>-0.0011978</b>
Cons	<b>0.5258981</b>	<b>0.456296</b>	<b>11.53</b>	<b>0.000</b>	<b>0.4364268</b>	<b>0.6153694</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Com base nos dados da tabela é possível perceber que todas as variáveis representativas do grau de dependência e arrecadação tributária apresentaram coeficientes negativos e significativos a 1% de significância para explicar o índice de gastos na área de educação. As variáveis testadas foram o FPM (-0.2545664), transferências estaduais (-0.1945331) e demais transferências (-0.2500202), assim como os índices de receita tributária (-0.4002601).

Os achados podem ser explicados pelo fato de que municípios com maiores índices de dependência de transferências intergovernamentais, independente da sua origem, tendem a ter maiores dificuldades para manutenção das atividades do ente público, resultando em índices mais próximos possíveis do limite mínimo estabelecido por lei para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Além disso, no que se refere ao índice de receita tributária, contrariamente ao que era esperado, os indicadores foram negativos, demonstrando que este tipo de receita possui relação inversa com os gastos na área de educação, o que pode estar associado à baixa capacidade arrecadatória na maioria dos municípios. É possível que em cenários com maior autonomia arrecadatória tributária, os gestores optem por investir em outras áreas, trabalhando com índices mais próximos do limite mínimo exigido.

No que se refere às variáveis utilizadas para medir a condição financeira e orçamentária dos governos locais, percebe-se através dos achados da pesquisa que apenas a variável representativa da relação entre despesas e receitas correntes foi significativa aos níveis aceitáveis (1%) e com coeficiente associados aos parâmetros do modelo positivo (0.0501151). Assim, é possível afirmar que à medida que os entes apresentam maiores gastos em despesas correntes, conseqüentemente há uma tendência de aumento no índice de gasto na área de educação.

Tal fato está relacionado à característica das variáveis em questão, uma vez que as decisões dos gestores por alavancarem os gastos em despesas correntes em detrimento aos gastos de capital ou a manutenção de superávits orçamentários, resultam em destinação dos recursos nas diferentes áreas da gestão pública. Para tanto, nestes cenários os gastos com educação possivelmente são superiores aos limites mínimos, possibilitando o aumento nos índices de despesas correntes.

Os resultados se associam aos conceitos do federalismo fiscal, já que de acordo com estudos como os de Oates (2005), Brueckner (2005) e Weingast (2007), pode-se perceber que os gestores locais tem maiores condições de conhecer as necessidades da população local, e conseqüentemente alocam os recursos para essas áreas específicas. Por fim, as limitações impostas constitucionalmente para gastos com educação, destacado por estudos como de Queiroz et al. (2015) e Louzano et al. (2018) pode justificar também a relação negativa das variáveis do federalismo fiscal, já que os municípios ficam restritos a índices mínimos de gastos. Soares e Melo (2016), destacam que a obrigatoriedade de destinação de recursos para áreas como a educação e saúde tende a alavancar as transferências intergovernamentais.

O estudo de Pinto (2014), tratando do modelo de federalismo brasileiro, evidencia que nos municípios do interior dependem basicamente das transferências do Fundeb para financiamento da educação, não possuindo uma alta capacidade de financiamento, além disso, ressalta a sobrecarga para garantir bons resultados e qualidade na educação, sendo que a ausência de um bom planejamento impossibilita a melhora de eficiência na utilização de recursos nesta área. Dantas Junior et al (2019) destaca que as transferências obrigatórias são utilizadas em menor grau do que as voluntárias para fins de gastos na educação.

Desta forma, os resultados negativos das variáveis, de grau de dependência e arrecadação tributária e positivo na variável orçamentária, tende a relacionar-se às características da utilização de recursos e gestão na área educação nos municípios brasileiros, num contexto de federalismo fiscal e descentralização, conforme destacado no estudo citado.

Além disso, Pereira (2018) demonstra que os gastos com educação municipal no Brasil são heterogêneos, sendo os recursos do FUNDEB insuficientes para garantir a equidade entre os entes federados, e assim, inequidades persistem no financiamento da educação básica municipal. Além disso, Diniz, et al. (2017) destacam que a estrutura das transferências condicionais definida para a educação fundamental apresenta uma relação negativa quanto à eficiência dos gastos públicos, justificando as evidências encontradas na presente pesquisa.

A condição financeira e a eficiência na alocação dos recursos na área de educação foram objeto de estudo de Souza et al. (2015), os quais evidenciaram que os indicadores de condição financeira não tiveram forte poder de explicação para a eficiência de gasto em educação. Contudo é válido destacar que a relação com os índices relacionados às despesas orçamentárias foram evidenciadas no referido estudo, se assemelhando aos achados da presente pesquisa.

Já, as variáveis dos ciclos políticos testadas no modelo da pesquisa não foram significativas para explicar o indicador de gastos com educação. Desta forma, infere-se a partir dos achados que os gestores não demonstram interesses em manter maiores níveis de gastos nos períodos eleitorais, tão pouco o alinhamento ideológico/partidário com as demais esferas de governo influencia nos gastos na área de educação, possivelmente devido à alta representatividade do limite mínimo estabelecido legalmente para esse fim.

O estudo de Cavalcante (2016) já previa baixa relação das variáveis políticas sobre os gastos sociais dos municípios (incluído os gastos na área de educação), demonstrando baixo interesse de alocar recursos nessas áreas com o intuito de manutenção do poder. Contudo, os achados da pesquisa contrariam o que pressupunha Turyna, et al. (2016) e Sidorkin e Vorobyev (2018) de que os governos oportunisticamente tendem a aumentar os gastos, inclusive nas perspectivas sociais, para passar uma boa imagem para o eleitorado.

Por fim, percebe-se que as variáveis socioeconômicas do logaritmo natural da população (porte dos municípios) e do índice de Gini, foram significativas a 1% com coeficientes negativo (-0.003787) e positivo (0.083252), respectivamente para as variáveis descritas. No que se refere ao índice de desenvolvimento humano, o mesmo não foi significativo para explicar os índices de gasto na área de educação.

Igualmente a análise dos fatores que influenciam a alocação dos recursos para áreas de interesse da população, com vista à promoção bem-estar social, baseado nos pressupostos do federalismo fiscal e dos ciclos políticos, na seção a seguir será observada a influência dos

mesmos fatores nos indicadores de gestão fiscal municipal, com enfoque nas metas de gestão estabelecidas pela lei de responsabilidade fiscal.

Tabela 8

**Influência das variáveis explicativas no índice de gasto com saúde**

GS	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
FPM	<b>-0.3069395</b>	<b>0.0339781</b>	<b>-9.03</b>	<b>0.000</b>	<b>-0.3735644</b>	<b>-0.2403146</b>
T_Est	<b>-0.3158602</b>	<b>0.0325505</b>	<b>-9.70</b>	<b>0.000</b>	<b>-0.3796858</b>	<b>-0.2520345</b>
D_Transf.	<b>-0.2440949</b>	<b>0.0408547</b>	<b>-5.97</b>	<b>0.000</b>	<b>-0.3242036</b>	<b>-0.1639862</b>
IRT	<b>-0.3763023</b>	<b>0.0488196</b>	<b>-7.71</b>	<b>0.000</b>	<b>-0.4720287</b>	<b>-0.2805759</b>
NR	<b>-0.0046737</b>	<b>0.0022167</b>	<b>-2.11</b>	<b>0.035</b>	<b>-0.0090202</b>	<b>-0.0003273</b>
RR	<b>0.0203149</b>	<b>0.0056794</b>	<b>3.58</b>	<b>0.000</b>	<b>0.0091787</b>	<b>0.031451</b>
EDC	<b>0.0926948</b>	<b>0.0135132</b>	<b>6.86</b>	<b>0.000</b>	<b>0.0661979</b>	<b>0.1191917</b>
Elei	-0.0021634	0.002479	-0.87	0.383	-0.0070242	0.0026974
Elei_G	-0.0023742	0.0018821	-1.26	0.207	-0.0060647	0.0013163
AP_Est	<b>0.0038269</b>	<b>0.0017415</b>	<b>2.20</b>	<b>0.028</b>	<b>0.0004121</b>	<b>0.0072417</b>
AP_Fed	-0.0013225	0.0018835	-0.70	0.483	-0.0050156	0.0023707
IDHM	<b>0.0764137</b>	<b>0.0254778</b>	<b>3.00</b>	<b>0.003</b>	<b>0.0264562</b>	<b>0.1263711</b>
Gini	<b>-0.0612544</b>	<b>0.0176225</b>	<b>-3.48</b>	<b>0.001</b>	<b>-0.0958089</b>	<b>-0.0266998</b>
Log_POP	0.0025224	0.0018581	1.36	0.175	-0.001121	0.0061658
<b>Cons</b>	<b>0.4078627</b>	<b>0.0517812</b>	<b>7.88</b>	<b>0.000</b>	<b>0.3063292</b>	<b>0.5093963</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Observados as variáveis representativas do grau de dependência e autonomia arrecadatória, percebe-se que igualmente nos resultados obtidos para os gastos na área de educação, os coeficientes associados aos parâmetros das variáveis foram significativos a 1% e negativos. Assim, os resultados dão conta de que municípios com maior indicativo de grau de dependência e com maior arrecadação de tributos tendem a destinar menos recursos para a área de saúde.

Igualmente às considerações apresentadas para o gasto com educação, o gasto na área de saúde possui um limite mínimo a ser observado, o que faz com que gestores de municípios com maior grau de dependência optem por utilizar esses recursos para manutenção de outras atividades. Com isso, municípios com maiores índices de dependências investem menos recursos nas áreas de maior interesse social, o que pode comprometer o bem-estar social.

Similarmente aos achados desta pesquisa, destaca-se os estudos de Lima (2007), já que estes apontam que a tendência à redistribuição tributária de recursos no Brasil, não

favorecem a obtenção de indicadores igualitários nos gastos públicos com saúde, decorrentes dos desequilíbrios orçamentários em governos subnacionais. Outro fator importante que tende a justificar os achados pode ser encontrado nos estudos de Varela e Pacheco (2012), os quais evidenciam que a atenção básica é vista como parte de uma rede regionalizada de assistência à saúde e, assim os recursos orçamentários passam a ser vistos como comuns ao sistema de saúde como um todo.

Quanto à condição financeira e orçamentária dos governos locais é possível verificar que todas as variáveis foram significativas a níveis aceitáveis para explicar os índices de gastos com saúde. Ao passo que a necessidade de recursos apresentou resultado negativo (-0.0046737) a 5% de significância, as variáveis orçamentárias das receitas orçamentárias (0.0203149) e da execução da despesa corrente (0.0926948) apresentam coeficientes positivos e significativos a 1%.

Assim, a manutenção de valores elevados de passivos no período tende a fazer com os municípios direcionem menos recursos para a área de saúde, aproximando-se assim dos limites mínimos exigidos, o que justificado pela busca pela manutenção do equilíbrio das finanças públicas, mas que pode surtir efeitos negativos quanto ao bem-estar social. Diniz, et al. (2012) destacam em seus achados que os gastos na área de saúde apresentam relação com a eficiência financeira dos entes públicos.

De outra forma, quanto mais próxima à receita orçada da realizada e quanto maior for o índice de despesas correntes se comparadas com as receitas de mesma natureza, percebe-se uma tendência de aumento nos índices de destinação de recursos para a área de saúde. Os efeitos podem ser interpretados igualmente aos expostos para os gastos com saúde, já que municípios com propensão a gastos correntes tendem a dispender mais recursos para a manutenção das atividades das diferentes áreas da administração local.

No que se refere às variáveis políticas/eleitorais é possível observar que apenas o alinhamento ideológico/partidário com os gestores dos governos estaduais foi significativo a 5% e com coeficiente positivo (0.0038269). Embora, apresente um resultado relativamente baixo, é possível observar que há uma tendência a maior destinação de recursos em saúde quando os gestores locais e estaduais são alinhados ideologicamente, possivelmente devido à destinação de maiores recursos de forma voluntária a serem gastos nestas áreas.

Contudo, as demais variáveis políticas/eleitorais, representativa das eleições locais ou gerais, assim como representativas do alinhamento ideológico/partidário com o governo federal, não foram significativas para explicar os índices de gastos na área de saúde. Assim, infere-se que os gastos sociais não são influenciados pelos fatores eleitorais, não

representando uma área de interesse dos gestores para alocação de recursos em períodos eleitorais, com vistas à manutenção do cargo, possivelmente pela baixa visibilidade das atividades executadas em um período específico.

O estudo de Bellindo et al. (2018) destaca que não há um comportamento oportunístico nos gastos com saúde no período eleitoral, mas que outros fatores da ideologia dos gestores tendem a impactar tais gastos, achado similares aos encontrados neste estudo. Destarte, baseado nas características dos ciclos políticos citadas por autores como Sáez (2014); Castro e Martins (2018) e Gerigk e Ribeiro (2018), possíveis aumentos nos níveis de gastos em períodos eleitorais não seriam facilmente perceptíveis para população, e assim, não seriam “úteis” para os objetivos de manutenção do poder, mas sim a manutenção de bons índices ao longo da gestão.

Já para as variáveis socioeconômicas foi possível perceber que tanto o IDHM, como o índice de GINI, apresentaram coeficientes associados aos parâmetros significativos a 1%, com resultados positivo (0.0764137) e negativo (-0.0612544) respectivamente. Assim sendo, municípios mais desenvolvidos tendem a investir mais na área de saúde, ao passo que os municípios com melhor resultado na distribuição da riqueza, apresenta menores gastos na área de saúde, possivelmente devido ao fato de que, nestes cenários as pessoas tenham melhores condições para buscar alternativas à saúde, demandando menores recursos.

Os achados do estudo de Nicholson-Crotty, Theobald e Wood (2006) sugerem que gastos com saúde em relação a outras categorias são um tanto imunes às pressões de demanda, o que pode permite aos gestores maior flexibilidade quanto aos níveis de elegibilidade e benefícios para esses programas. Contudo, essa evidência não pode ser comprovada na presente pesquisa, já que as variáveis socioeconômicas, conjuntamente com as demais variáveis explicativas impactam os níveis de gastos na área de educação.

Outra variável dependente analisada para representar o bem-estar social foi o índice de gastos com investimentos, relacionada à alocação de recursos para investimentos em obras e infraestrutura, que tende a representar a busca pelo bom atendimento das necessidades da população local. A Tabela 9 apresenta os resultados das influências das variáveis explicativas, relativas ao federalismo fiscal e ciclos políticos, além de indicadores socioeconômicos, sobre os índices de gastos com investimento.

Tabela 9

**Influência das variáveis explicativas no índice de gasto com investimento**

IGI	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
FPM	<b>-0.1007549</b>	<b>0.0231922</b>	<b>-4.34</b>	<b>0.000</b>	<b>-0.1462307</b>	<b>-0.0552792</b>
T_Est	-0.0141338	0.0204721	-0.69	0.490	-0.0542758	0.0260081
D_Transf.	-0.0384755	0.0299883	-1.28	0.200	-0.0972771	0.0203261
IRT	-0.0172247	0.0468119	-0.37	0.713	-0.1090144	0.074565
NR	0.0223825	0.0146067	1.53	0.126	-0.0062585	0.0510236
RR	<b>-0.0313312</b>	<b>0.0095902</b>	<b>-3.27</b>	<b>0.001</b>	<b>-0.0501358</b>	<b>-0.0125266</b>
EDC	<b>-0.0686655</b>	<b>0.0238386</b>	<b>-2.88</b>	<b>0.004</b>	<b>-0.1154086</b>	<b>-0.0219223</b>
Elei	<b>0.0108824</b>	<b>0.0033836</b>	<b>3.22</b>	<b>0.001</b>	<b>0.0042477</b>	<b>0.017517</b>
Elei_G	<b>0.0439489</b>	<b>0.0031674</b>	<b>13.88</b>	<b>0.000</b>	<b>0.0377383</b>	<b>0.0501595</b>
AP_Est	<b>0.00735</b>	<b>0.0030425</b>	<b>2.42</b>	<b>0.016</b>	<b>0.0013843</b>	<b>0.0133157</b>
AP_Fed	0.0018499	0.0032212	0.57	0.566	-0.0044662	0.008166
IDHM	0.0512597	0.0463598	1.11	0.269	-0.0396434	0.1421628
Gini	0.0264246	0.0248308	1.06	0.287	-0.022264	0.0751133
Log_POP	<b>-0.0217426</b>	<b>0.0031701</b>	<b>-6.86</b>	<b>0.000</b>	<b>-0.0279586</b>	<b>-0.0155266</b>
Cons	<b>0.4057643</b>	<b>0.0567586</b>	<b>7.15</b>	<b>0.000</b>	<b>0.2944709</b>	<b>0.5170577</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Pela análise da regressão é possível perceber que das variáveis representativas do grau de dependência e autonomia arrecadatória, apenas o indicativo de dependência das transferências oriundas do Fundo de Participação dos Municípios é que apresentou coeficiente positivo. Os indicadores das transferências intergovenamentais de recursos do estado e as demais transferências recebidas, assim como o índice de arrecadação tributária, não apresentaram resultado significativo para explicar o índice de gastos com investimentos.

No caso do FPM, o resultado do coeficiente associado aos parâmetros da variável foi significativo ao nível de 1% e negativo (-0.1007549). Assim, municípios mais dependentes das transferências oriundas do FPM tendem a apresentar menores índices de investimento, representando um resultado desvantajoso para a população local.

Os achados se relacionam ao fato de que essas transferências não dependem necessariamente dos esforços arrecadatórios empregados pelos municípios, já que as fórmulas de cálculo das transferências consideram outros fatores. Assim, um alto nível de dependência tende a representar um maior comprometimento da receita corrente líquida para

despesas correntes, reduzindo assim os níveis de investimentos em infraestrutura e obras públicas.

O estudo de Dantas Junior et al. (2019) apresenta evidências similares, já que segundo os autores de que há indícios de que os gestores municipais esperam por transferências voluntárias para realizar investimentos em infraestrutura, e que a destinação das transferências obrigatórias para as áreas de investimentos ocorrem em menor grau, para cobrir gastos com investimento. Essa evidência da pesquisa supracitada justifica o sinal negativo observado na variável de FPM.

No que se refere à condição financeira e orçamentária dos governos locais, percebe-se que a necessidade de recursos não foi significativa para explicar os índices de gastos com investimentos. As variáveis representativas da relação entre as receitas orçadas e arrecadadas e da execução da despesa corrente apresentaram coeficientes significativos ao nível de 1% e negativo (-0.0313312 e -0.0686655, respectivamente).

Os achados se referem ao fato de que quanto mais próxima à receita orçada da receita realizada, menores são os índices de gastos com investimento, já que a ausência de excesso de arrecadação significativa tende a propiciar menores investimentos em decorrência dos gastos com despesas correntes. Essa afirmação pode ser confirmada pelo resultado observado na execução orçamentária corrente, já que quanto maior for a representatividade da despesa corrente em comparação com a receita corrente, menor é a tendência de realização de gastos com investimentos.

Winarna, et al. (2017) evidenciam que a condição financeira dos governos locais, tende a beneficiar ou comprometer os resultados de alocação dos recursos, inclusive para as áreas de infraestrutura. Os estudos de Grisorio e Prota (2015) e Garcia-Milà et al. (2018) relacionam as características de arrecadação tributária e descentralização, com a alocação de bem e serviços para a promoção do bem estar.

Assim, os achados já discutidos, permitem comprovar essa associação das variáveis igualmente previstos nos estudos anteriores, desta forma, observa-se que o modelo do federalismo brasileiro, em especial nas transferências da união, que visam a justiça social (Suzart et al. 2018) e a condição financeira dos entes, são fatores capazes de impactar os gastos com investimento de infraestrutura.

Com relação às variáveis políticas observa-se que as representativas dos períodos eleitorais, seja das eleições locais ou de eleições gerais, assim como a variável representativa do alinhamento partidário com o governo estadual, apresentaram coeficientes positivos e significativos aos níveis admitidos nessa pesquisa. Contrariamente as demais variáveis, o

alinhamento quanto a ideologias partidárias com o governo federal, não é significativo para explicar os índices de gastos em investimento.

Com base nos achados da pesquisa é possível ressaltar que nos períodos eleitorais, sejam estes relativos à eleição local (0.0108824) ou nas eleições gerais (0.0439489), os municípios aumentam seus índices de gastos com investimentos em obras e infraestrutura. Com relação à eleição de aliados, nas eleições gerais, a tendência é que o objetivo maior seja aliado ideologicamente no cenário do governo estadual, já que este indicativo foi significativo ao nível de 5%, com coeficiente 0.00735.

Esse resultado pode ser explicado, igualmente aos achados de Vicente e Nascimento (2012); Gonçalves et al. (2017); Gerigk e Ribeiro (2018), e Dias et al. (2018), pelo fato de que, os investimentos tendem a passar uma imagem de boa gestão, já que o resultado final dos recursos alocados tende a ser facilmente identificado, visando a manutenção do cargo e ou para a obtenção de apoio para seus aliados, conforme pressupõe a teoria dos ciclos políticos.

Por fim, ao contrário do que era esperado, os indicadores socioeconômicos não apresentaram coeficiente significativo para explicar os índices de gastos com investimento. Já os dados relativos ao logaritmo populacional apresentaram-se significativo a 1% e com coeficiente negativo, indicando que quanto maior o município, menores são os indicadores de gastos com investimento. Essas evidências relativas ao porte serão discutidas em maior profundidade na seção 4.6.

No que se refere à constante do modelo, observa-se resultados similares entre as três regressões elaboradas. Para os três casos a constante do modelo foi significativa a 1%, representando que, desconsideram essas variáveis da pesquisa o índice, outros fatores não captados no modelo explicariam os índices de bem-estar social com coeficientes positivos de 0.5258981, 0.4078627 e 0.4057643, respectivamente para os índices de gastos com educação, saúde e investimentos.

Assim, pode-se afirmar que tanto as variáveis representativas do federalismo fiscal, em especial as relacionadas a grau de dependência e autonomia arrecadatória, são capazes de explicar os índices de gastos sociais que afetam o bem-estar da população local, com uma tendência para impactos negativos. No que se refere a ciclos políticos, percebe que a tendência é para influência positiva.

Como observado nos estudos tratados da teoria do federalismo social, como os de Oates (2005), Bloch e Zenginobuz (2015), Borger e Proost (2016), destacam a relação entre a descentralização e os fatores de autonomia arrecadatória e a alocação de bens e serviços

públicos para a promoção do bem estar social. Ademais, Dantas Junior et al. (2019) evidencia que o modelo federativo brasileiro exerce influência sobre as áreas de saúde, educação e investimentos e pode destinar aos municípios a estresse fiscal, comprometendo, sua condição financeira.

Estudos como os de Suzart et al. (2018), evidencia que os municípios possuem baixa autonomia arrecadatória no cenário brasileiro, mas que as transferências promovem a justiça social, já Segatto e Abrucio (2018), destacam que o modelo brasileiro está baseado num modelo de autonomia e interdependência. Como observados nos achados, o comportamento da autonomia arrecadatória tributária foi similar ao grau de dependência dos recursos de transferências, comprovando a ideia inerente ao modelo federativo brasileiro, de combinação entre fatores de autonomia e interdependência na arrecadação, contudo contrariando a ideia de justiça social, já que o impacto destas variáveis foi negativo.

Desta forma, é possível comprovar o que foi previsto na hipótese H2, a qual, baseada nos estudos discutidos na fundamentação teórica e observada na análise dos resultados, previa que os indicadores de federalismo fiscal e ciclos políticos eram capazes de auxiliar na explicação das variáveis de gastos representativas do bem-estar social nos governos locais.

#### ***4.3.3 Discussão dos resultados da regressão com índices da gestão fiscal***

Além dos indicadores representativos do bem-estar social municipal, voltados à representação dos principais gastos nas áreas de interesse da população, foram tratados indicadores da gestão fiscal municipal, em especial os indicadores de gasto com pessoal e a dívida consolidada, com base no que determina a LRF. Ambas as variáveis foram observadas sob a ótica do federalismo fiscal e do bem estar social.

A Tabela 10 apresenta os resultados da regressão para a variável dependente de dívida consolidada, tendo como variáveis explicativas as representativas do federalismo fiscal e dos ciclos políticos, além das variáveis socioeconômicas. Os resultados apresentados na tabela são pertinentes para a análise da relação entre a autonomia arrecadatória, condição financeira e fatores políticos/eleitorais sobre os níveis de dívida municipal.

Tabela 10

**Influência das variáveis explicativas no índice da dívida consolidada líquida**

IDCL	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
FPM	<b>0.2898588</b>	<b>0.0657078</b>	<b>4.41</b>	<b>0.000</b>	<b>0.1610177</b>	<b>0.4186999</b>
T_Est	0.0602548	0.0646052	0.93	0.351	-0.0664244	0.1869339
D_Transf.	<b>0.3391981</b>	<b>0.0870175</b>	<b>3.90</b>	<b>0.000</b>	<b>0.1685725</b>	<b>0.5098237</b>
IRT	0.1585559	0.1164742	1.36	0.174	-0.0698288	0.3869406
NR	0.0624711	0.0422376	1.48	0.139	-0.0203491	0.1452914
RR	-0.0197065	0.0150865	-1.31	0.192	-0.0492884	0.0098754
EDC	<b>0.2961056</b>	<b>0.0408096</b>	<b>7.26</b>	<b>0.000</b>	<b>0.2160854</b>	<b>0.3761259</b>
Elei	<b>0.0117911</b>	<b>0.0059529</b>	<b>1.98</b>	<b>0.048</b>	<b>0.0001185</b>	<b>0.0234638</b>
Elei_G	<b>-0.0260793</b>	<b>0.0059232</b>	<b>-4.40</b>	<b>0.000</b>	<b>-0.0376936</b>	<b>-0.0144649</b>
AP_Est	-0.0021575	0.0045784	-0.47	0.638	-0.011135	0.0068199
AP_Fed	-0.0041866	0.0048961	-0.86	0.393	-0.013787	0.0054138
IDHM	0.0287371	0.0976567	0.29	0.769	-0.1627499	0.2202241
Gini	<b>-0.0859911</b>	<b>0.0478145</b>	<b>-1.80</b>	<b>0.072</b>	<b>-0.1797466</b>	<b>0.0077645</b>
Log_POP	<b>0.0276946</b>	<b>0.0054375</b>	<b>5.09</b>	<b>0.000</b>	<b>0.0170326</b>	<b>0.0383565</b>
Cons	<b>-0.6845753</b>	<b>0.1280789</b>	<b>-5.34</b>	<b>0.000</b>	<b>-0.9357148</b>	<b>-0.4334357</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Das variáveis representativas das dependências de transferências intergovernamentais, percebe-se que as transferências oriundas do Fundo de Participação dos Municípios impactam significativamente (1%), e de forma positiva os indicadores da dívida consolidada municipal. Os resultados demonstram que o coeficiente da regressão associado aos parâmetros da variável é de 0.2898588, ou seja, quanto maior dependência das transferências do FPM maior é a tendência de manutenção de dívida consolidada pelos governos locais.

Igualmente às transferências oriundas do FPM, pode-se perceber que as demais transferências (exceto cotas partes dos impostos estaduais), também foram significativas (1%) e positivas, se comparada associadas aos indicadores da dívida consolidada. O coeficiente associado aos parâmetros da regressão para a referida variável é de 0.3391981, demonstrando que os aumentos na dependência de transferências intergovernamentais, tendem a aumentar a dívida consolidada líquida dos governos locais.

Com relação às transferências intergovernamentais, oriundas da cota-parte de tributos estaduais (ICMS e IPVA), observar-se que, diferentemente dos indicadores do grau de dependência, os parâmetros associados a essa variável não foram significativas aos níveis

aceitáveis nessa pesquisa. No que se refere ao índice da receita tributária, pode-se destacar que o mesmo não se apresentou significativo aos níveis aceitáveis nessa pesquisa para explicar o comportamento da dívida consolidada líquida.

Com base nos pressupostos do federalismo fiscal, pode-se inferir que um modelo descentralizado possui características e problemas que podem ser evidenciados em especial para alocação de recursos para fornecer níveis mínimos de bens e serviços, conforme destacado por Grisorio e Prota (2015) e Kuhlmeier e Hintermann (2019), o que pode ser agravado no modelo federativo brasileiro, já que, conforme pressupõe os estudos de Segatto e Abrucio (2018) e Suzart et al (2018), existe uma dependência de transferências intergovernamentais. Tais fatores tendem a representar uma propensão para alavancar o endividamento local, conforme visto nos achados do presente estudo.

Com relação às variáveis representativas da condição financeira municipal, percebe-se que as variáveis representativas da necessidade de recursos e do planejamento das receitas orçamentárias, não foram significativas para explicar a dívida consolidada líquida. Pode-se destacar que o fato de os elementos de condição financeira serem explorados no próprio período de análise, tenha impactado nos resultados obtidos, podendo divergir em caso de análises em períodos distintos, já que o endividamento tende a impactar no longo prazo.

Diferente das demais variáveis, os parâmetros associados aos indicadores de execução orçamentária impactam positivamente e significativo ao nível de 1% a dívida consolidada líquida dos entes analisados. Assim, percebe-se que o coeficiente associado aos parâmetros da variável, (0.2961056), demonstra que maiores níveis de despesas tendem a aumentar a necessidade de dívidas dos governos locais.

O estudo de Lazarin et al. (2014) destaca, com base em seus achados, que o endividamento municipal pode ser uma importante ferramenta para garantir a qualidade de vida da população. Contudo, Mora e Giambiagi (2007) destacam que o enquadramento em busca pelo equilíbrio das contas dependendo das imposições legais e Costa et al. (2017) destaca que, ainda que cumpram os limites, esse indicador não é suficiente para o equilíbrio das contas públicas, o que justifica os achados do presente estudo, já que municípios com maior grau de dependência das transferências e com maior representatividade das despesas sobre as receitas, tendem a apresentar valores mais elevados da dívida.

Das variáveis políticas/eleitorais observadas na pesquisa, apenas as representativas dos períodos eleitorais (eleições municipais e eleições gerais), apresentaram-se significativas para explicar os índices da dívida. O alinhamento partidário com os governos estaduais ou

federais não apresentaram coeficientes significativos, não impactando na dívida consolidada líquida municipal.

Com relação às eleições municipais, percebe-se que os indicadores foram significativos (5%) e positivos, demonstrando que os parâmetros associados à variável impactam de maneira positiva à dívida consolidada líquida municipal. Com base nesse resultado é possível evidenciar que no período eleitoral os gestores tendem a aumentar os índices da dívida consolidada líquida municipal, no montante representativo do coeficiente da regressão associada ao parâmetro da variável binária (0.0117911).

Diferente das eleições municipais, nos períodos das eleições gerais (majoritárias), há uma tendência para a redução da dívida consolidada líquida nos governos locais, já que os coeficientes associados aos parâmetros da variável binária representativa destes períodos foram de -0.0260793 (significativo a 1%). Assim, é possível verificar que os gestores busquem menores índices de dívida em períodos de eleições majoritárias, se comparadas aos demais períodos.

Percebe-se assim, que nos anos de eleições gerais não há maiores interesses em contratação de dívida consolidada, embora pudesse haver o interesse na eleição de algum correligionário político em níveis estaduais ou federais. Como o ano das eleições gerais representa um período intermediário do ciclo político local, observa-se que os gestores buscam manter menores índices de dívida consolidada aumentando-a nos períodos mais próximos das eleições locais.

Observados sob a ótica dos ciclos políticos pode-se ressaltar, igualmente à discussão proposta por Sáez (2014), que destaca a relação de fatores políticos com as dívidas subnacionais, assim como estudos nacionais como os Gonçalves et al. (2017) e Louzano et al. (2019), que evidenciaram a associação de fatores políticos à gestão fiscal, percebe-se que os municípios tendem a alavancar as dívidas nos períodos eleitorais local, para obter seus objetivos. Ressalva-se, porém, que no estudo de Sáez (2014) o impacto era evidenciado também pelo alinhamento partidário, diferente dos resultados aqui encontrados.

Igualmente a análise dos fatores que impactam os índices de dívida consolidada líquida municipal, a fim de se observar o impacto das variáveis de federalismo fiscal e ciclos políticos em indicadores da gestão fiscal, foi testada a influência das variáveis explicativas (federalismo e ciclos políticos) no índice de gasto com pessoal nos governos locais.

Os resultados da regressão representativos desta relação são apresentados na Tabela 11, a seguir. A tabela possui informações sobre a relevância do modelo, pressupostos da regressão e influência das variáveis de grau de dependência, condição financeira e ciclos

políticos, além das variáveis socioeconômicas, no gasto com pessoal, conforme apresentado a seguir.

Tabela 11

**Influência das variáveis explicativas no índice de gasto com pessoal**

<b>IGP</b>	<b>Coef.</b>	<b>Std. Err.</b>	<b>t</b>	<b>P&gt; t </b>	<b>[95% Conf. Interval]</b>	
FPM	<i>0.1547595</i>	<i>.0161727</i>	<i>9.57</i>	<i>0.000</i>	<i>.1230479</i>	<i>.1864712</i>
T_Est	<i>0.1271467</i>	<i>.0161997</i>	<i>7.85</i>	<i>0.000</i>	<i>.0953821</i>	<i>.1589112</i>
D_Transf.	<i>0.1528079</i>	<i>.0216175</i>	<i>7.07</i>	<i>0.000</i>	<i>.1104199</i>	<i>.195196</i>
IRT	<i>0.1945173</i>	<i>.0263183</i>	<i>7.39</i>	<i>0.000</i>	<i>.1429118</i>	<i>.2461228</i>
NR	<i>0.0115723</i>	<i>.0027574</i>	<i>4.20</i>	<i>0.000</i>	<i>.0061654</i>	<i>.0169791</i>
RR	<i>0.0205295</i>	<i>.0065724</i>	<i>3.12</i>	<i>0.002</i>	<i>.0076423</i>	<i>.0334167</i>
EDC	<i>0.2239793</i>	<i>.0180083</i>	<i>12.44</i>	<i>0.000</i>	<i>.1886682</i>	<i>.2592904</i>
Elei	<i>0.0065204</i>	<i>.0022382</i>	<i>2.91</i>	<i>0.004</i>	<i>.0021317</i>	<i>.0109091</i>
Elei_G	<i>-0.0034194</i>	<i>.0017963</i>	<i>-1.90</i>	<i>0.057</i>	<i>-.0069417</i>	<i>.0001028</i>
AP_Est	0.001459	.0018632	0.78	0.434	-.0021943	.0051123
AP_Fed	0.0013651	.0019472	0.70	0.483	-.002453	.0051832
IDHM	<i>-0.0792971</i>	<i>.0272674</i>	<i>-2.91</i>	<i>0.004</i>	<i>-.1327635</i>	<i>-.0258307</i>
Gini	<i>-0.0670187</i>	<i>.0147231</i>	<i>-4.55</i>	<i>0.000</i>	<i>-.0958879</i>	<i>-.0381494</i>
Log_POP	<i>0.008791</i>	<i>.0017965</i>	<i>4.89</i>	<i>0.000</i>	<i>.0052684</i>	<i>.0123136</i>
Cons	<i>0.1104187</i>	<i>.0374912</i>	<i>2.95</i>	<i>0.003</i>	<i>.0369054</i>	<i>.1839321</i>

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Com relação às variáveis testadas no modelo, observa-se que todas as variáveis representativas do grau de dependência e autonomia arrecadatória apresentaram coeficientes significativos e positivos para explicar o índice de gasto com pessoal. As variáveis testadas foram o grau de dependência de transferências do fundo de participação municipal, transferências estaduais (cota-parte ICMS e IPVA) e demais transferências intergovenamentais, além do índice de receita tributária.

O FPM foi significativo ao nível de 1%, com o coeficiente associado aos parâmetros da variável representativo de 0,1547595, demonstrando que quanto maior a representatividade do fundo de participação na receita corrente líquida, maior a tendência de gastos com pessoal.

Igualmente ao que foi observado para o FPM, no que se refere às transferências estaduais, relativas à soma da cota-parte do ICMS e IPVA, percebe-se que os parâmetros associados ao grau de dependência destas transferências, foi significativo a 1% e com

coeficiente positivo (0.1271467), assim sugere-se que o aumento na arrecadação dos tributos estaduais, e conseqüentemente o aumento no repasse, tende a aumentar a destinação de recursos para manutenção de gastos com pessoal.

Com relação às transferências intergovernamentais, não classificadas nos itens anteriores, pode-se perceber comportamento similar às demais, sendo significativas a 1% e com coeficiente positivo (0.1528079). Com isso, pode-se afirmar que o grau de dependência influencia positivamente o indicador de gasto com pessoa, independente da origem dos recursos e da forma de distribuição destas transferências.

Com relação à autonomia arrecadatória tributária, contrariamente ao esperado a mesma apresentou comportamento similar aos índices de grau de dependência, uma vez que o coeficiente foi significativo a 1% e apresentou relação positiva com o índice de gasto com pessoal. Assim, percebe-se que o aumento na autonomia arrecadatória de tributo tende a resultar em aumento nos índices de gastos com pessoal.

O comportamento similar aos indicadores de grau de dependência pode estar associado ao fato de que foram observadas apenas as receitas tributárias municipais, desconsiderando as demais receitas próprias dos entes. Assim, as políticas adotadas nos entes para arrecadação própria, tendem a serem as mesmas adotadas para estímulo à arrecadação de tributos estaduais e federais que retornaram, em partes, como transferências para esses entes.

Com isso, pode-se afirmar que maiores índices de receitas oriundas das receitas tributárias próprias e transferidas pelos demais entes da federação são significativas para explicar os indicadores de gasto com pessoal. Portanto, gestores tendem a comprometer mais seus recursos quando arrecadam mais destas fontes, tendo em vista a segurança e baixa variação quanto ao recebimento dos referidos recursos, em condições normais.

Os estudos associados ao federalismo fiscal como Oates (2005), Weingast (2007), Borger e Proost (2016) Grin et al. (2018) e Suzart et al. (2018) e à condição financeira governamental como Dantas Junior et al., (2019); López-Hernandez et al., (2018); Winarna et al., (2017), podem contribuir para a compreensão do comportamento das variáveis, já que as características arrecadatórias tendem a impactar a gestão fiscal municipal, em especial nos índices de gastos, podendo, nos casos de gastos excessivos ocasionar o estresse fiscal.

Além disso, os achados da presente pesquisa contrariam em partes os resultados do estudo de Azevedo et al. (2015), já que o mesmo concluiu que a variação dos limites de gastos como pessoal não foi causado pela variação das receitas, e as evidências do presente estudo demonstram que os fatores associados à arrecadação são determinantes para os níveis

de gastos. Contudo, o referido estudo destaca a relação com os próprios gastos, que pode ser comprovado pelo indicador de despesas (EO), além de ressaltar que as variações são decorrentes dos atos de gestão.

As variáveis representativas da condição financeira e orçamentária dos entes públicos também foram significativas para explicar o índice de gasto com pessoal, demonstrando que os níveis de necessidade de recursos, a relação entre a receita orçada e a receita arrecada e execução da despesa orçamentária em comparação com as respectivas receitas, tendem a impactar os indicadores de gasto com pessoal, ou seja, gastos com pessoal mais elevados tendem a comprometer mais as finanças municipais.

Com relação a variável financeira de necessidade de recursos observa-se que quanto maior a necessidade de recurso, maior o índice de gasto com pessoal, já que o coeficiente associado a variável NR, significativa a 1%, apresentou influência positiva sobre os gastos com pessoal (0.0115723). Assim, à medida que aumenta a necessidade de recursos para cobertura dos passivos financeiros, tende a observar-se maiores índices de gastos com pessoal nesses municípios.

Tal fato está associado às características e período das variáveis analisadas. Como ambas as variáveis foram analisadas no mesmo exercício financeiro, grandes índices de gastos com pessoal tendem a comprometer as receitas municipais e conseqüentemente o excesso de recursos financeiros tendem a serem menores, inclusive os oriundos de exercícios anteriores que poderão ser utilizados para outras finalidades, e assim os recursos correntes podem ser utilizados para fins de gasto com pessoal.

Das variáveis orçamentárias, percebe-se que quando a receita orçamentária é mais próxima do equilíbrio, se comparada à receita arrecadada, ou seja, quando há menos excesso de arrecadação a tendência é que os índices de gastos com pessoal também sejam maiores. Assim, percebe-se que os parâmetros associados ao índice representativo da relação entre receita orçada e arrecadada (RO/RR), sugere uma relação positiva (0.0205295) significativa a 1%.

Pode-se inferir, a partir desse resultado, que os municípios cuja representatividade da receita orçada seja maior sobre a receita total tendem a possuir maiores indicadores de gastos com pessoal, devido ao fato de que essas despesas são facilmente planejadas com certo grau de confiabilidade, e assim, quanto maior o excesso de arrecadação, maiores as chances de o município alocar recursos para outras áreas, ao passo que quando os valores orçados são maiores, tende a comprometer as finanças e a receita corrente líquida, e, conseqüentemente, ocasionar maiores índices de gasto com pessoal sobre a RCL.

Da mesma forma, no que se refere aos índices de execução orçamentária, dos recursos correntes, percebe-se que quanto maior a representatividade das despesas sobre as receitas correntes, maiores também são os índices de gastos com pessoal. Com base na Tabela 11, é possível perceber que o coeficiente foi de 0.2239793, significativo a 1%, demonstrando a influência positiva dos parâmetros associados à variável sobre os gastos com pessoal.

Os resultados estão de acordo com o esperado tendo em vista que, como os gastos com pessoal são caracterizados como despesas correntes, a tendência que os entes públicos que tenham maior representatividade desse tipo de gasto, em detrimento dos gastos de capital financiados por recursos correntes, também realizem maiores níveis de gastos com pessoal. Além disso, pode-se destacar que o aumento das despesas correntes pode ser impulsionado por maiores índices desses gastos.

Já com relação às variáveis dos ciclos políticos, pode-se perceber que apenas as representativas do período eleitoral municipal e das eleições gerais é que foram significativas para explicar os índices de gastos com pessoal. O alinhamento partidário com os governos estaduais e federais não apresentaram resultados significativos aos níveis admitidos nesta pesquisa, o que pode ser encarado como ausência de influência destas variáveis no índice de gasto com pessoal.

Contudo, quando observados os períodos eleitorais percebe-se que no ano eleitoral para escolha dos gestores municipais há uma tendência ao aumento dos índices gastos com pessoal nos entes analisados, independente das restrições impostas pela lei de responsabilidade fiscal. Percebe-se na Tabela 11 que o coeficiente foi de 0.0065204, significativo a 1%.

Embora o resultado do coeficiente associado ao parâmetro seja baixo, percebe-se uma tendência de os municípios alocarem mais recursos para gastos com pessoal nos anos em que ocorrem eleições municipais, com vistas possivelmente, em garantir apoio para a manutenção do poder para si ou aliado político, o que pode ser explicado com base nos pressupostos da teoria dos ciclos políticos conforme destacado por estudos como os de Castro e Martins, (2018), Sidorkin e Vorobyev (2018) e Higuera-Molina, et al. (2019).

Contudo, os resultados contrariam o que pressupõe o estudo de Cavalcante (2015) o qual ressalta que o comprometimento excessivo dos recursos financeiros para gastos com pessoal, embora comum na administração pública, tende a ser mal vistos pelo eleitorado, o que gera um impacto, além da responsabilidade na gestão fiscal prevista em lei, mas também para obtenção de bons resultados eleitorais.

Já a variável representativa do período eleitoral no cenário nacional, ou seja, as eleições relativas aos cargos de nível estadual e federal apresentou comportamento divergente do período de eleições locais. O coeficiente associado aos parâmetros da variável binária foi de -0034194, significativa ao nível de 10%, demonstrando que a influência deste período é negativa sobre o índice de gasto com pessoal.

Assim, observa-se que a tendência é que no período de eleições nos níveis federais e estaduais, por ser um ano intermediário no ciclo eleitoral municipal, os municípios apresentem menores índices de gastos com pessoal, aumentando nos períodos mais próximos das eleições gerais, igualmente ao que é observado no índice da dívida consolidada líquida. Com isso, infere-se que os aumentos de gasto com pessoal local não é uma variável de interesse, no que se refere aos efeitos nos resultados eleitorais obtidos em outros níveis de governo, o que é evidenciado pelos resultados desta e das variáveis de alinhamento partidário.

Diante dos dados observados seja para a variável de dívida consolidada ou para a variável de índice de gasto com pessoal, observa-se que as variáveis representativas do federalismo fiscal, em especial relacionadas a grau de dependência e autonomia arrecadatória, condição financeira e orçamentária dos governos locais e as representativas dos ciclos políticos impactam são capazes de explicar, pelo menos em parte, os indicadores de gestão fiscal municipal.

Na maioria das variáveis observadas, em ambas as variáveis dependentes representativas da gestão fiscal municipal, o impacto das variáveis explicativas significativas aos níveis admitidos nessa pesquisa, foi positivo. Com isso, pode-se confirmar a hipótese de pesquisa H3, a qual baseada nos estudos previamente pesquisados e descritos na fundamentação teórica e nesta análise, destacava que os indicadores do federalismo fiscal e de ciclos políticos influenciavam os índices de gestão fiscal dos governos locais.

Outrossim, esse resultado possibilita responder a questão de pesquisa e auxilia na consecução dos objetivos, em especial o segundo objetivo específico da pesquisa, tendo em vista que a medida em que há um aumento no grau de dependência e autonomia arrecadatária tributária, assim como aumento nos indicadores de necessidade de recursos e execução do orçamento no período corrente e nos anos de eleições locais, há uma tendência de que os municípios estejam mais próximos de extrapolar os limites estabelecidos na LRF.

Complementarmente, realizou-se a análise da influência dos indicadores socioeconômicos sobre o índice de gasto com pessoal. Como pode-se observar na Tabela 11, tanto as variáveis representativas do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Índice de Gini e o Logaritmo natural da população local foram significativos a 1%, com coeficientes

associados aos parâmetros, negativos no caso do IDHM (-0.0792971) e GINI (-0.0670187), e positivo no caso do Log\_POP (0.008791).

Desta feita, como quanto maior forem os índices socioeconômicos do IDHM e GINI, melhor para a gestão municipal, percebe-se que estes municípios com índices melhores destinam menos recursos para gastos com pessoal e possivelmente destinam mais recursos para outras áreas. Municípios com piores resultados socioeconômicos tendem a ter maiores indicadores de gasto com pessoal.

No que se refere a constante do modelo, observa-se resultados similares entre as duas regressões elaboradas. Para ambos os casos a constante do modelo foi significativa a 1%, representando que, desconsideradas as variáveis explicativas do modelo, outros fatores não captados explicariam os índices de gestão fiscal dos governos locais com coeficientes de -0.6845753 e 0.1104187, respectivamente para os índices da dívida consolidada líquida e gastos com pessoal respectivamente.

Para testar a existência de diferença média nas variâncias entre os diferentes grupos de municípios, divididos de acordo com o seu respectivo porte populacional, realizou-se a análise com Teste Anova, para esta e para as outras variáveis dependentes, representativas de bem estar social e gestão fiscal municipal utilizadas na análise desta pesquisa. Assim, na seção a seguir serão evidenciados os resultados da referida análise realizada.

#### **4.4 Análise das variáveis dependentes por estratos**

Para melhor compreensão da variável representativa do porte dos municípios analisados, fez uma subdivisão em cinco estratos baseado nas definições utilizadas pelo IBGE (2017). A Figura 7 apresenta um gráfico dos municípios de acordo com o seu porte populacional.

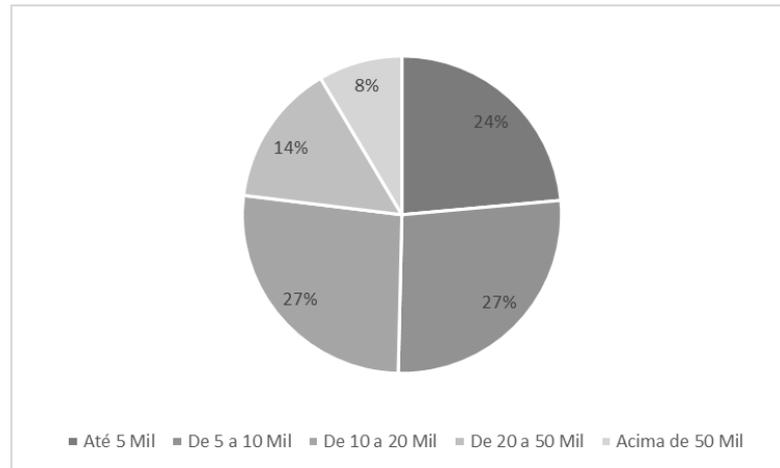


Figura 7. Análise do porte populacional.

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Observa-se pela Figura anterior, que os municípios paranaenses possuem menos de 20 mil habitantes, sendo que 24% possuem até 5 mil habitantes, 27% de 5 a 10 mil habitantes e outros 27% possuem entre 10 e 20 mil habitantes, demonstrando uma tendência de o estado possuir municípios menores. Municípios com mais de 50 mil habitantes são a minoria nesse cenário, sendo representados por apenas 8% do total de municípios do estado.

Para identificar as diferenças nos resultados das variáveis dependentes entre os municípios com base nos seus respectivos portes, foram realizados os Testes ANOVA entre os grupos de municípios com base no porte populacional. A Tabela 12 a seguir apresenta os dados relativos aos testes realizados, destacando a existência ou não de diferença entre os grupos.

Tabela 12

**Teste Anova para diferenças médias com base no porte populacional**

Variável	GE	GS	IGI	IDCL	IGP
Sig.	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0090

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Contudo, ao testar a normalidade dos dados, os testes Shapiro-Wilk apresentaram significância inferior a 5% sugerindo a distribuição não normal. No entanto, justifica-se a análise já que conforme Wagner et al. (2004) e Hair Jr et al. (2005) os testes para comparação de diferença de médias são robustos à suposição de normalidade, exceto em casos extremos.

Além disso, Hair Jr et al. (2005) sugere que os testes de normalidade são sensíveis para grandes amostras, especialmente acima de 1.000 observações, como é o caso da pesquisa.

Igualmente a normalidade, realizou-se o teste Levene para a identificação igualdade das variâncias (Hair Jr et al., 2005), no qual os resultados sugerem a que as variâncias não são iguais. Assim, conforme sugere Maroco (2003), deve-se utilizar um dos testes Post Hoc para variâncias iguais não assumidas. Como os resultados para todas as variáveis foram similares nos diferentes testes (Tamhane T2, Dunnett T3, Dunnett C e Games-Howell), optou-se por apresentar os resultados associados ao primeiro.

Observados os conjuntos de dados pode-se identificar que no caso dos gastos com educação a diferença média se concentra no grupo de municípios com mais de 50 mil habitantes, os quais apresentaram indicadores inferiores aos demais municípios, tendendo a apresentarem índices mais baixos de destinação de recursos que os demais entes. A Tabela 13 demonstra os resultados de comparativo de médias para o referido grupo:

Tabela 13

**Diferenças médias no gasto com educação**

Variável dependente			Diferença média (I-J)	Erro Padrão	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
GE	1	2	0,0013	0,0021	0,9995	-0,0046	0,0072
		3	0,0021	0,0015	0,8355	-0,0021	0,0063
		4	0,0014	0,0024	0,9997	-0,0054	0,0083
		5	<b>0,0130</b>	<b>0,0019</b>	<b>0,0000</b>	<b>0,0077</b>	<b>0,0184</b>
	2	1	-0,0013	0,0021	0,9995	-0,0072	0,0046
		3	0,0008	0,0021	1,0000	-0,0051	0,0066
		4	0,0001	0,0028	1,0000	-0,0078	0,0081
		5	<b>0,0117</b>	<b>0,0024</b>	<b>0,0000</b>	<b>0,0050</b>	<b>0,0184</b>
	3	1	-0,0021	0,0015	0,8355	-0,0063	0,0021
		2	-0,0008	0,0021	1,0000	-0,0066	0,0051
		4	-0,0006	0,0024	1,0000	-0,0075	0,0062
		5	<b>0,0109</b>	<b>0,0019</b>	<b>0,0000</b>	<b>0,0056</b>	<b>0,0163</b>
	4	1	-0,0014	0,0024	0,9997	-0,0083	0,0054
		2	-0,0001	0,0028	1,0000	-0,0081	0,0078
		3	0,0006	0,0024	1,0000	-0,0062	0,0075
		5	<b>0,0116</b>	<b>0,0027</b>	<b>0,0002</b>	<b>0,0040</b>	<b>0,0192</b>
	5	1	<b>-0,0130</b>	<b>0,0019</b>	<b>0,0000</b>	<b>-0,0184</b>	<b>-0,0077</b>
		2	<b>-0,0117</b>	<b>0,0024</b>	<b>0,0000</b>	<b>-0,0184</b>	<b>-0,0050</b>
		3	<b>-0,0109</b>	<b>0,0019</b>	<b>0,0000</b>	<b>-0,0163</b>	<b>-0,0056</b>
		4	<b>-0,0116</b>	<b>0,0027</b>	<b>0,0002</b>	<b>-0,0192</b>	<b>-0,0040</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os achados da pesquisa contrariam o que pressupunha o estudo de Cavalcante (2016), o qual elenca que os municípios mais populosos tendem a possuírem maiores gastos nas áreas sociais. Contudo cabe destacar que os modelos estimados observaram todos os gastos sociais conjuntamente, não separando entre as diferentes áreas, conforme apresentado nesta pesquisa, o que pode ser confirmado pelos indicativos de gastos com saúde, já que este apresentou resultados divergentes dos gastos com educação.

Além disso, Schuster e Zonatto (2017), investigando a eficiência de gastos públicos na alocação de recursos destinados ao ensino fundamental, identificaram que os municípios mais eficientes são relativamente pequenos, mesmo que apresentassem baixo nível de atividade econômica, ao passo que municípios maiores tendem a ser menor. Assim, percebe-

se nos achados desta pesquisa e no estudo supracitado que há uma tendência de melhores resultados na alocação de recursos na área de educação nos menores municípios.

Diferente do que ocorre com os gastos na área de educação, que são os maiores municípios que apresentam os menores índices de gasto médio, observa-se que, no caso dos gastos na área da saúde, há uma tendência para que os menores municípios possuam gastos inferiores aos demais grupos. Ao passo que vai aumentando o porte populacional dos municípios há uma tendência de aumento dos gastos com saúde, exceto para os municípios com mais de 50 mil habitantes, os quais apresentam diferenças significativas apenas se comparados aos municípios com menos de 5 mil habitantes, conforme pode ser observado na Tabela 14.

Tabela 14

**Diferenças médias no gasto com saúde**

Variável dependente			Diferença média (I-J)	Erro Padrão	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
GS	1	2	<i>-0,0208</i>	<i>0,0027</i>	<i>0,0000</i>	<i>-0,0284</i>	<i>-0,0131</i>
		3	<i>-0,0214</i>	<i>0,0022</i>	<i>0,0000</i>	<i>-0,0275</i>	<i>-0,0153</i>
		4	<i>-0,0333</i>	<i>0,0028</i>	<i>0,0000</i>	<i>-0,0412</i>	<i>-0,0254</i>
		5	<i>-0,0282</i>	<i>0,0033</i>	<i>0,0000</i>	<i>-0,0374</i>	<i>-0,0190</i>
	2	1	<i>0,0208</i>	<i>0,0027</i>	<i>0,0000</i>	<i>0,0131</i>	<i>0,0284</i>
		3	-0,0007	0,0027	1,0000	-0,0083	0,0070
		4	<i>-0,0125</i>	<i>0,0033</i>	<i>0,0012</i>	<i>-0,0217</i>	<i>-0,0034</i>
		5	-0,0075	0,0037	0,3522	-0,0178	0,0029
	3	1	<i>0,0214</i>	<i>0,0022</i>	<i>0,0000</i>	<i>0,0153</i>	<i>0,0275</i>
		2	0,0007	0,0027	1,0000	-0,0070	0,0083
		4	<i>-0,0119</i>	<i>0,0028</i>	<i>0,0003</i>	<i>-0,0197</i>	<i>-0,0040</i>
		5	-0,0068	0,0033	0,3279	-0,0160	0,0024
	4	1	<i>0,0333</i>	<i>0,0028</i>	<i>0,0000</i>	<i>0,0254</i>	<i>0,0412</i>
		2	<i>0,0125</i>	<i>0,0033</i>	<i>0,0012</i>	<i>0,0034</i>	<i>0,0217</i>
		3	<i>0,0119</i>	<i>0,0028</i>	<i>0,0003</i>	<i>0,0040</i>	<i>0,0197</i>
		5	0,0051	0,0037	0,8486	-0,0054	0,0156
	5	1	<i>0,0282</i>	<i>0,0033</i>	<i>0,0000</i>	<i>0,0190</i>	<i>0,0374</i>
		2	0,0075	0,0037	0,3522	-0,0029	0,0178
		3	0,0068	0,0033	0,3279	-0,0024	0,0160
		4	-0,0051	0,0037	0,8486	-0,0156	0,0054

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

O comportamento das referidas variáveis podem estar associadas ao fato de que há uma tendência dos alunos buscarem serviços públicos de educação nos municípios de menor porte, quase com exclusividade, ao passo que nos entes de maior porte há uma tendência de limitação das vagas ofertadas e uma divisão entre serviços públicos e privados na área de educação. Contudo, o mesmo comportamento não é observado na área de saúde já que alguns municípios de menor porte acabam não mantendo grandes centros de saúde e alguns municípios de maior porte (em especial os com população entre 20 e 50 mil habitantes) acabam sendo referências nessa área. Cabe destacar que, o fato de municípios de maior porte não apresentar diferenças significativas ao segundo, terceiro e quarto grupo, tende a estar relacionado de que alguns dos os grandes centros de saúde, nestes entes, são normalmente mantidos pelo estado.

Uma possível justificativa reside no fato de que, em modelos descentralizados de governo há uma tendência para maximização nos níveis de bens públicos, na qual a população local requer gastos mínimos nas diferentes áreas (Besley & Coate, 2003), assim nestes municípios de médio porte há uma procura maior na área de saúde, ao passo que a demanda maior dos pequenos municípios na área de educação.

Além disso, Calsamiglia et al. (2013) destaca que os governos locais tem certa autonomia para fornecer um nível mais alto de bens e serviços, de acordo com os interesses da população local, fato este que pode ser impactado pelo porte, conforme evidenciado no presente trabalho. Por fim, reforça-se a ideia de que alguns municípios de médio porte tem maior propensão a gastos com saúde, nas evidencias de Varela e Pacheco (2012), pois o fato de os recursos, aparentemente exclusivos do município serem vistos como comuns ao sistema único de saúde como um todo, tende a comprometer os gastos em algumas jurisdições.

As diferenças médias mais representativas encontradas se referem aos índices de gastos com investimentos. A exceção da comparação entre os municípios de menor porte (até 5 mil), com o grupo de municípios com população entre 5 e 10 mil habitantes, todas as demais comparações apresentaram diferenças médias significativas, com a propensão de que quanto maior o município, menores os índices de gastos com investimentos.

Tabela 15

**Diferenças médias no gasto com investimentos**

Variável dependente			Diferença média (I-J)	Erro Padrão	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
IGI	1	2	-0,0038	0,0042	0,9883	-0,0156	0,0079
		3	<b>0,0126</b>	<b>0,0038</b>	<b>0,0085</b>	<b>0,0020</b>	<b>0,0232</b>
		4	<b>0,0233</b>	<b>0,0041</b>	<b>0,0000</b>	<b>0,0119</b>	<b>0,0348</b>
		5	<b>0,0379</b>	<b>0,0042</b>	<b>0,0000</b>	<b>0,0261</b>	<b>0,0497</b>
	2	1	0,0038	0,0042	0,9883	-0,0079	0,0156
		3	<b>0,0164</b>	<b>0,0037</b>	<b>0,0001</b>	<b>0,0060</b>	<b>0,0269</b>
		4	<b>0,0271</b>	<b>0,0040</b>	<b>0,0000</b>	<b>0,0158</b>	<b>0,0385</b>
		5	<b>0,0418</b>	<b>0,0042</b>	<b>0,0000</b>	<b>0,0301</b>	<b>0,0534</b>
	3	1	<b>-0,0126</b>	<b>0,0038</b>	<b>0,0085</b>	<b>-0,0232</b>	<b>-0,0020</b>
		2	<b>-0,0164</b>	<b>0,0037</b>	<b>0,0001</b>	<b>-0,0269</b>	<b>-0,0060</b>
		4	<b>0,0107</b>	<b>0,0036</b>	<b>0,0303</b>	<b>0,0006</b>	<b>0,0208</b>
		5	<b>0,0253</b>	<b>0,0037</b>	<b>0,0000</b>	<b>0,0148</b>	<b>0,0359</b>
	4	1	<b>-0,0233</b>	<b>0,0041</b>	<b>0,0000</b>	<b>-0,0348</b>	<b>-0,0119</b>
		2	<b>-0,0271</b>	<b>0,0040</b>	<b>0,0000</b>	<b>-0,0385</b>	<b>-0,0158</b>
		3	<b>-0,0107</b>	<b>0,0036</b>	<b>0,0303</b>	<b>-0,0208</b>	<b>-0,0006</b>
		5	<b>0,0146</b>	<b>0,0041</b>	<b>0,0035</b>	<b>0,0032</b>	<b>0,0260</b>
	5	1	<b>-0,0379</b>	<b>0,0042</b>	<b>0,0000</b>	<b>-0,0497</b>	<b>-0,0261</b>
		2	<b>-0,0418</b>	<b>0,0042</b>	<b>0,0000</b>	<b>-0,0534</b>	<b>-0,0301</b>
		3	<b>-0,0253</b>	<b>0,0037</b>	<b>0,0000</b>	<b>-0,0359</b>	<b>-0,0148</b>
		4	<b>-0,0146</b>	<b>0,0041</b>	<b>0,0035</b>	<b>-0,0260</b>	<b>-0,0032</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Percebe-se assim, que os municípios de menor porte populacional tendem a destinar menos recursos da receita corrente líquida para gastos com investimentos do que os municípios de maior porte, sugerindo que quanto menor o município maior é a destinação proporcional de recursos para as áreas de investimentos em infraestrutura. Destarte, pode-se inferir que os achados estejam associados à necessidade de manutenção das atividades e ao atendimento do bem estar da população local, já que alguns serviços básicos que requerem investimentos na área de infraestrutura devem ser oferecidos por todos os entes igualmente, e desta forma, a representatividade destes gastos na receita tendem a serem maiores, naqueles com porte populacional (e possivelmente receitas) inferiores.

Os resultados do índice de gastos com investimentos observados na pesquisa comprovam os achados de Gerigk e Ribeiro (2018) que analisou os pequenos municípios e

todos os municípios do nordeste, e identificaram que quanto maior a população municipal, menor o volume destinado para despesas de investimentos públicos.

Na variável de dívida consolidada as diferenças foram observadas entre os municípios com população entre 10 mil e 20 mil habitantes e os municípios de menor porte, com até 20 mil habitantes. Neste caso, os municípios do referido grupo possuem indicadores maiores de dívida consolidada se comparados aos grupos de menor porte populacional.

Tabela 16

**Diferença média na dívida consolidada líquida**

Variável dependente			Diferença média (I-J)	Erro Padrão	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
IDCL	1	2	0,0023	0,0069	1,0000	-0,0169	0,0215
		3	<b>-0,0325</b>	<b>0,0070</b>	<b>0,0000</b>	<b>-0,0521</b>	<b>-0,0130</b>
		4	-0,0166	0,0085	0,4127	-0,0404	0,0073
		5	-0,0094	0,0097	0,9828	-0,0367	0,0179
		2	-0,0023	0,0069	1,0000	-0,0215	0,0169
	2	3	<b>-0,0348</b>	<b>0,0070</b>	<b>0,0000</b>	<b>-0,0546</b>	<b>-0,0151</b>
		4	-0,0189	0,0086	0,2463	-0,0429	0,0052
		5	-0,0117	0,0098	0,9282	-0,0391	0,0158
		1	<b>0,0325</b>	<b>0,0070</b>	<b>0,0000</b>	<b>0,0130</b>	<b>0,0521</b>
		2	<b>0,0348</b>	<b>0,0070</b>	<b>0,0000</b>	<b>0,0151</b>	<b>0,0546</b>
	3	4	0,0160	0,0087	0,4917	-0,0083	0,0403
		5	0,0232	0,0098	0,1747	-0,0045	0,0508
		1	0,0166	0,0085	0,4127	-0,0073	0,0404
		2	0,0189	0,0086	0,2463	-0,0052	0,0429
		3	-0,0160	0,0087	0,4917	-0,0403	0,0083
	4	5	0,0072	0,0110	0,9993	-0,0237	0,0380
		1	0,0094	0,0097	0,9828	-0,0179	0,0367
		2	0,0117	0,0098	0,9282	-0,0158	0,0391
		3	-0,0232	0,0098	0,1747	-0,0508	0,0045
		4	-0,0072	0,0110	0,9993	-0,0380	0,0237

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Um achado importante é que, no caso dos municípios com maior porte populacional, não há diferença média se comparados a qualquer um dos grupos, sugerindo que os municípios que possuem porte populacional entre 10 e 20 mil habitantes são os que

apresentam uma tendência a manter maiores índices de dívidas consolidada líquida para execução de suas atividades.

Por fim, no que se refere ao Gasto com Pessoal, apenas pode-se observar diferenças médias entre o primeiro grupo (municípios com até mil habitantes) e o terceiro (que é quinto grupo 10 a 20 mil habitantes) e quinto grupo (municípios com mais de 50 mil habitantes). Os grupos de menor porte populacional tendeu por apresentar menores índices se comparados com os dois grupos supracitados, conforme demonstrado na Tabela 17.

Tabela 17

**Diferença média no gasto com pessoal**

Variável dependente			Diferença média (I-J)	Erro Padrão	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
IGP	1	2	-0,0024	0,0026	0,9858	-0,0097	0,0048
		3	<b>-0,0074</b>	<b>0,0024</b>	<b>0,0193</b>	<b>-0,0140</b>	<b>-0,0007</b>
		4	-0,0059	0,0027	0,2523	-0,0136	0,0017
		5	<b>-0,0093</b>	<b>0,0032</b>	<b>0,0384</b>	<b>-0,0183</b>	<b>-0,0003</b>
	2	1	0,0024	0,0026	0,9858	-0,0048	0,0097
		3	-0,0049	0,0025	0,4022	-0,0120	0,0021
		4	-0,0035	0,0028	0,9140	-0,0114	0,0045
		5	-0,0068	0,0033	0,3283	-0,0161	0,0025
	3	1	<b>0,0074</b>	<b>0,0024</b>	<b>0,0193</b>	<b>0,0007</b>	<b>0,0140</b>
		2	0,0049	0,0025	0,4022	-0,0021	0,0120
		4	0,0014	0,0026	0,9999	-0,0060	0,0088
		5	-0,0019	0,0031	0,9996	-0,0107	0,0069
	4	1	0,0059	0,0027	0,2523	-0,0017	0,0136
		2	0,0035	0,0028	0,9140	-0,0045	0,0114
		3	-0,0014	0,0026	0,9999	-0,0088	0,0060
		5	-0,0033	0,0034	0,9804	-0,0129	0,0062
	5	1	<b>0,0093</b>	<b>0,0032</b>	<b>0,0384</b>	<b>0,0003</b>	<b>0,0183</b>
		2	0,0068	0,0033	0,3283	-0,0025	0,0161
		3	0,0019	0,0031	0,9996	-0,0069	0,0107
		4	0,0033	0,0034	0,9804	-0,0062	0,0129

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Assim percebe-se que os municípios de menor porte possuem uma leve tendência a manter menores índices de gastos com pessoal, em especial se comparados aos municípios de maior porte (acima de 50 mil habitantes), ou aos municípios que possuem entre 10 e 20

mil habitantes. Contudo, a baixa representatividade dos coeficientes de diferença média sugere um comportamento bastante similar entre os municípios quando se refere ao gasto com pessoal, independentemente do tamanho populacional.

Com base nos dados, percebe-se que o comportamento das variáveis representativas da gestão fiscal municipal é similar entre os grupos, apresentando diferenças médias pontuais entre alguns grupos. Esse cenário tende a estar associado às limitações legais impostas pela Lei de Responsabilidade para gastos com pessoal, fazendo com que a maioria dos municípios apresente indicadores próximos dos limites estabelecidos.

Da mesma forma, no caso dos indicadores de dívida consolidada, além dos limites legais estabelecidos a baixa média deste indicador nos municípios e período analisado tende a impactar os resultados obtidos. Com isso, no que se refere às variáveis de gestão contribuíram para comprovar a hipótese de que há diferença no comportamento das variáveis dependentes, baseado no porte populacional.

A não observância de uma tendência de gastos com pessoal e dívida consolidada líquida, representativas da gestão fiscal, no que se refere ao porte dos municípios pode ser justificado pelos próprios efeitos da lei de responsabilidade fiscal, já que a busca pelo equilíbrio nas contas públicas, conforme salientado nos estudos como os de Macedo e Corbari (2009), Linhares et al. (2013) e Cruz e Affonso (2018).

Percebe-se assim, que as diferenças médias entre os grupos de municípios divididos de acordo com o seu porte podem ser identificadas para todas as variáveis, em pelo menos uma relação entre grupos. Observa-se, com base nos achados que as evidências mais representativas quanto a diferença das médias é para os indicadores de Gastos com Saúde e Gastos com investimentos, já que esta foi percebida entre os diferentes grupos analisados.

Diante dos fatores citados é possível comprovar a hipótese H4, que destacava que havia diferença média entre os indicadores se observados seus respectivos portes populacionais. As diferenças observadas variam de acordo com os índices analisados, tendendo a se observar maiores diferenças significativas entre os extremos, ou seja, entre municípios de maior porte se comparados aos de menor porte.

Com base na testagem das hipóteses da pesquisa e nas análises e discussões apresentadas, na seção a seguir serão apresentadas as conclusões obtidas com a realização do estudo. Assim, pode-se concluir a respeito das implicações dos resultados da pesquisa, expondo as limitações e as possibilidades de continuidade das pesquisas associadas aos temas em discussão.

## 5 CONCLUSÃO

Para realização da pesquisa delineou-se como objetivo à busca por analisar os fatores que influenciam a gestão fiscal municipal e do bem-estar social sob a ótica da teoria do federalismo fiscal e da teoria dos ciclos políticos. Para tanto, analisou-se a influência de variáveis representativas do federalismo fiscal e ciclos políticos sobre os indicadores de bem-estar social e gestão fiscal municipal, e complementarmente elaborou-se análises comparativas da relação entre as variáveis dependentes, igualmente a sua análise de acordo com o porte populacional.

Para alcançar os objetivos descritos, solucionar o problema e testar as hipóteses da pesquisa, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa, tendo como análise principal a aplicação da regressão múltipla com dados em painel para um conjunto de 399 municípios do Paraná, num período de sete anos (2013 a 2019). Complementarmente, realizaram-se as análises de correlação de Sperman e Teste de ANOVA para diferenças médias, com as variáveis de bem-estar e gestão fiscal municipal.

Inicialmente é possível perceber que os fatores representativos do federalismo fiscal apresentaram influência sobre os índices representativos do bem-estar social, medidos pelos gastos nas áreas de interesse da população (saúde, educação e investimentos) demonstrando que as características arrecadatórias e a condição financeira de cada ente, decorrentes especialmente do modelo de federalismo, são determinantes para a alocação de recursos nas diferentes áreas do governo, em especial aquelas que possuem uma maior visibilidade e maior busca dos serviços nos governos locais.

Com base nisso testou-se também as variáveis representativas dos ciclos políticos, as quais também sugerem haver impacto sobre os gastos nas áreas de interesse social, mas nesse caso, em especial para investimentos em obras e infraestrutura. Desta forma, pode-se inferir que os gastos na área de investimentos são aqueles que proporcionam maiores ganhos em termos de repassar uma imagem de boa gestão para a população, em especial nos períodos eleitorais, reforçando os pressupostos dos ciclos políticos.

Os resultados são suficientes para comprovar os pressupostos da primeira hipótese da pesquisa (H2), a qual sugeria que os fatores representativos do federalismo fiscal e dos ciclos políticos influenciam os indicadores de bem-estar social, no que se refere à destinação de recursos para a promoção de boas condições de vida para a população local. Cabe destacar, que algumas variáveis comportaram-se de forma diferente na análise de diferentes variáveis, assim como apresentaram relação diferente daquelas inicialmente esperadas, o que pode ser

justificado pelo fato de que existem particularidades e limitações legais, conforme evidenciada nas discussões de estudos anteriores, relacionadas às variáveis utilizadas para fins de análise, resultando em comportamentos distintos, em especial nos resultados associados as variáveis de necessidades de recursos, já que os índices foram analisados no período, e ciclos políticos, demonstrando uma maior tendência a aumento de gastos de capital, para obtenção de vantagens políticas.

A segunda análise realizada para fins de atingir os objetivos da pesquisa se refere à testagem das mesmas variáveis explicativas como determinantes dos indicadores da gestão fiscal municipal, em especial os indicadores da dívida consolidada líquida e gastos com pessoal. Como pode-se observar, as condições arrecadatórias e financeiras dos governos locais ajudam a explicar os índices de gestão fiscal municipal, já que os resultados dos modelos aplicados sugerem a relação entre as variáveis.

No que se refere aos ciclos políticos, também foi possível observar a existência da relação de influência das variáveis eleitorais sobre os mesmos índices representativos da gestão fiscal. Desta forma, é perceptível que a busca pela manutenção do cargo ou a busca por benefícios a um aliado político pode representar impactos nos índices de gestão fiscal, tendendo a manter uma boa imagem frente à população local.

Com isso, os resultados remetem a comprovação da segunda hipótese da pesquisa, a qual pressupunha a existência de influência dos indicadores representativos do federalismo fiscal e ciclos políticos sobre os índices da gestão fiscal. Conclui-se assim, que entre outros fatores, a manutenção de uma gestão fiscal responsável com bons índices de dívida e alocação equilibrada dos recursos pode ser determinada pelas características arrecadatórias e de condição financeira dos governos locais, assim como dos interesses políticos/eleitorais das pessoas responsáveis pela gestão.

Pela análise estatística dos dados, assim como pelas análises complementares da correlação e do teste de diferenças médias das variáveis dependentes do estudo pode-se fazer relevantes inferências sobre os achados. Inicialmente é possível observar que todas as variáveis representativas do bem-estar social e gestão fiscal possuem relação uma com as outras e que esses índices se diferem de acordo com o porte populacional dos entes analisados.

No que se refere aos resultados da correlação que comprovam a hipótese de pesquisa H3, a qual previa a existência de relação entre as variáveis, chama a atenção, conforme esperado, os resultados dos índices de gastos com investimento e gastos com pessoal. Os índices de gastos com investimentos, por serem os únicos representativos de despesas de

capital, tendem a relacionar-se de forma negativa com as demais variáveis, já que altos índices desse tipo de gastos tendem a comprometer gastos em outras áreas. Contrariamente a isso, os gastos com pessoal, a exceção do próprio índice de gastos com investimentos, apresenta relação positiva com as demais variáveis, já que por se tratarem de gastos correntes, boa parte dos gastos para manutenção da educação e saúde são destinados a gastos com pessoal.

No que se refere às diferenças médias de variâncias, as quais são suficientes para comprovar a hipótese de que existem diferenças médias nos índices de acordo com o porte populacional (H4) percebe-se uma tendência para maior destinação de recursos na área de educação nos menores municípios, e uma maior centralidade de gastos com saúde, em especial nos municípios de porte médio (acima de 10 e até 50 mil habitantes). Além disso, como principal evidência pode-se observar os resultados dos índices de gastos com investimentos, os quais vão reduzindo ao passo que aumenta a população local, sugerindo que municípios de menor porte tem que destinar proporcionalmente mais recursos para manutenção dos investimentos a serem realizados.

Com base nos achados da pesquisa e as discussões teóricas propostas com base na literatura pode-se inferir que, para manutenção de bons resultados na gestão fiscal e para a promoção do bem-estar social, através da destinação de recursos para áreas de interesse para a população local, os fatores relacionados à arrecadação tributária e condição financeira, extraídas da abordagem do federalismo fiscal, assim como os aspectos políticos/eleitorais, oriundos das discussões da teoria dos ciclos políticos, devem ser observados.

Com isso, percebe-se as contribuições práticas da presente pesquisa, já que os resultados evidenciam o impacto das variáveis de arrecadação (dependência) e de necessidade de recursos, sobre a destinação de recursos nas áreas de interesse social e para manutenção de bons índices de gestão fiscal, o que permite aos gestores ponderarem sobre as melhores possibilidades de aplicação de políticas públicas seja para arrecadação ou distribuição dos recursos, dentro das limitações do modelo federativo brasileiro, discutidas na literatura para possibilitar melhores resultados de gestão nas diferentes áreas.

Além disso, aos órgãos de controle externo e à população local cabe a fiscalização quanto a correta destinação dos recursos arrecadados, condição financeira e se os interesses políticos dos gestores não estão sendo colocados como prioritários na gestão, já que as evidências deste estudo contribuem para a percepção de que estes fatores são determinantes para a manutenção de uma gestão fiscal responsável e da promoção do bem-estar para a população local. Assim, as contribuições deste estudo se expandem para o campo prático da

atuação do gestor, como também para o campo social de fiscal por parte dos diferentes interessados, destacando inclusive, as características arrecadatórias dos governos locais no modelo de federalismo brasileiro e os condicionantes políticos.

Cabe destacar ainda as contribuições para o campo científico, já que as evidências do presente estudo trazem significativas contribuições para a continuidade das pesquisas na área de federalismo fiscal, ao associar diferentes contextos de análise da teoria, tais como as questões arrecadatórias, financeiras, de bem-estar social e políticas, conforme discutidas em ambas as gerações da abordagem do federalismo. Destarte, outros fatores observados como a gestão fiscal e a teoria dos ciclos políticos, também permitem novos olhares sobre a construção de pesquisas futuras associadas aos temas.

Por fim, é pertinente relatar entre outros fatores que, a presente pesquisa se limita aos entes analisados, os quais são representativos dos poderes executivos municipais de uma mesma unidade da federação, não se expandindo para as demais unidades, poderes ou órgãos. Além disso, a fim de representar as áreas de interesse da população, baseado na literatura, destacou-se três tipos de gastos para determinar as condições de bem-estar social, contudo é de conhecimentos que outras áreas como emprego e renda, assistência social, segurança e outras, podem igualmente ser consideradas para fins de determinar as condições do bem-estar social.

Da mesma forma, no que se refere às variáveis representativas da gestão fiscal municipal, optou-se por duas variáveis mais conhecidas e utilizadas, que se encaixam nos quatro pilares básicos da gestão fiscal responsável, devidamente apresentados neste estudo. Entretanto, a utilização de outros indicadores, seja representativo de todos os pilares conjuntamente, ou para cada um dos pilares de forma isolada poderiam ser aplicados e apresentar achados relevantes para a proposta da pesquisa. As limitações expostas se expandem para as demais variáveis e modelos empregados na pesquisa.

Assim, diante das contribuições desta pesquisa para os avanços das pesquisas na área, e consideradas as suas limitações é pertinente que estudos futuros busquem compreender com maior profundidade a influência da dependência de recursos das diferentes esferas de governos com a alocação dos mesmos nas diferentes áreas de atuação do governo local, inclusive considerando os aspectos específicos de destinação de recursos que variam em cada unidade da federação. Outro aspecto refere às evidências dos resultados de diferenças de médias, em especial nas áreas de saúde e educação, uma vez que se percebe uma tendência à centralização de alguns serviços, que poderiam ser melhores investigados com a aplicação de modelos para esse fim.

Além disso, no que se refere aos aspectos dos ciclos políticos e o bem-estar social, caberia aplicação de pesquisas com entrevistas e/ou observações dos cenários locais em específico, a fim de identificar a percepção dos envolvidos neste processo, sejam os gestores locais, órgãos de controle externo ou até mesmo a população, em comparação com a realidade observada em termos de aplicação destes recursos. Mudanças nas legislações tributárias e administrativas também podem ser frutos de observação em futuros trabalhos.

## REFERÊNCIAS

- Akhmedov, A., & Zhuravskaya, E. (2004). Opportunistic political cycles: test in a young democracy setting. *The quarterly journal of economics*, 119(4), 1301-1338.
- Aquino, A. C. B. D., & Azevedo, R. R. D. (2017). Restos a pagar e a perda da credibilidade orçamentária. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 580-595.
- Araújo, J. M., & Paes, N. L. (2015). Os Determinantes Institucionais do Esforço Fiscal nos Estados Brasileiros. *Planejamento e Políticas Públicas*, (45).
- Azevedo, R. R., Gatsios, R. C., da Silva, J. M., & Lima, F. G. (2015). Determinantes da variação do limite de gastos com pessoal em municípios paulistas. *Revista Ambiente Contábil*. ISSN 2176-9036, 7(1), 216-232.
- Baldissera, J. F., Costa, R. F. S., Dall'Asta, D., & Fiirst, C. (2019). Influência das Características Políticas e Eleitorais Sobre a Abertura de Créditos Adicionais. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 22(1), 101-117.
- Besley, T., & Coate, S. (2003). Centralized versus decentralized provision of local public goods: a political economy approach. *Journal of public economics*, 87(12), 2611-2637.
- Bellido, H., Olmos, L., & Román-Aso, J. A. (2018). Do political factors influence public health expenditures? Evidence pre-and post-great recession. *The European Journal of Health Economics*, 20(3), 455-474.
- Beuren, I. M., & Zonatto, V. C. D. S. (2014). Perfil dos artigos sobre controle interno no setor público em periódicos nacionais e internacionais. *Revista de Administração Pública*, 48(5), 1135-1163.
- Bloch, F., & Zenginobuz, Ü. (2015). Oates' decentralization theorem with imperfect household mobility. *International Tax and Public Finance*, 22(3), 353-375.
- Borger, B., & Proost, S. (2016). The political economy of pricing and capacity decisions for congestible local public goods in a federal state. *International Tax and Public Finance*, 23(5), 934-959.

- Bovo, J. M. (2001). Gastos sociais dos municípios e desequilíbrio financeiro. *Revista de Administração Pública*, 35(1), 93-117.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil (2000). *Lei de Responsabilidade Fiscal: lei complementar n° 101 de 4 de maio de 2000*. Brasília: Senado Federal.
- Brueckner, J. K. (1999). Fiscal federalism and capital accumulation. *Journal of Public Economic Theory*, 1(2), 205-224.
- Brueckner, J. K. (2005). Fiscal federalism and economic growth. *Journal of Public Economics, CESifo Working Paper*, 90(10-11), 2107-2120.
- Cabaleiro, R., Buch, E., & Vaamonde, A. (2013). Developing a method to assessing the municipal financial health. *The American Review of Public Administration*, 43(6), 729-751.
- Caetano, C. C. R., Ávila, L. A. C. D., & Tavares, M. (2017). A relação entre as transferências governamentais, a arrecadação tributária própria e o índice de educação dos municípios do estado de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, 51(5), 897-916.
- Caldeira, A. A., Wilbert, M. D., Moreira, T. B. S., & Serrano, A. L. M. (2016). Sustentabilidade da dívida estadual brasileira: uma análise da relação dívida líquida e resultado primário. *Revista de Administração Pública*, 50(2), 285-306.
- Calsamiglia, X., Garcia-Milà, T., & McGuire, T. J. (2013). Tobin meets Oates: solidarity and the optimal fiscal federal structure. *International Tax and Public Finance*, 20(3), 450-473.
- Carroll, D. A. (2005). Are state governments prepared for fiscal crises? A look at revenue diversification during the 1990s. *Public Finance Review*, 33(5), 603-633.
- Carvalho, J. R. M., de Oliveira, G. F., & Santiago, J. S. (2010). Dívida pública: um estudo de indicadores dos estados nordestinos. *Revista Universo Contábil*, 6(2), 82-100.
- Castro, V., & Martins, R. (2018). Politically driven cycles in fiscal policy: In depth analysis of the functional components of government expenditures. *European Journal of Political Economy*, 55, 44-64.

- Cavalcante, P. (2016). Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. *Revista de Administração Pública-RAP*, 50(2), 307-330.
- Cavalcante, P. (2015). Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. *Opinião Pública*, 21(1), 87-104.
- Codato, A., Berlatto, F., & Bolognesi, B. (2018). Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social*, (229), 870-897.
- Coelho, M. C., Cruz, F., & Platt Neto, O. A. (2011). A informação contábil como ferramenta de auxílio no exercício do controle social. *Contabilidade Vista & Revista*, 22(3), 163-184.
- Conti, J. M. (2004). *Federalismo fiscal*. Editora Manole Ltda.
- Correia, F. M., & Neduziak, L. C. R. (2017). Impacto dos gastos em investimento na dívida dos estados brasileiros: uma análise Threshold. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 11(2), 193-209.
- Costa, C. B., Raupp, F. M., & Tezza, R. (2017). Endividamento Público: uma Análise da Dívida Consolidada e dos Resultados Nominal e Primário dos Municípios Catarinenses. *Revista Conhecimento Contábil*, 5(2).
- Cruz, C. F., & Afonso, L. E. (2018). Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios. *Revista de Administração Pública*, 52(1), 126-148.
- Dantas Junior, A. F., Diniz, J. A., & Lima, S. C. (2019). A Influência do Federalismo Fiscal sobre o Estresse Fiscal dos Municípios Brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 12(3), 62-78.
- Dias, B. P., Nossa, V., & Monte-Mor, D. S. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *RAP: Revista Brasileira de Administração Pública*, 52(5).
- Diniz, J. A., de Lima, R. H., & Martins, V. G. (2017). O Efeito Flypaper no Financiamento da Educação Fundamental dos Municípios Paraibanos. *Administração Pública e Gestão Social*, 9(2).

- Diniz, J. A., Macedo, M. A. S., & Corrar, L. J. (2012). Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo. *Gestão & Regionalidade*, 28(83).
- Dubois, E. (2016). Political business cycles 40 years after Nordhaus. *Public Choice*, 166(1-2), 235-259.
- Fan, Y., Wu, Y., Wu, A. M., & Wang, W. (2018). Decentralised governance and empowerment of county governments in China: betting on the weak or the strong? *Local Government Studies*, 44(5), 670-696.
- Feld, L. P., Kirchgässner, G., & Schaltegger, C. A. (2004). Fiscal federalism and economic performance: evidence from Swiss cantons. *Marburger volkswirtschaftliche Beiträge*. 2004, 20.
- Fernandes, A. S. A., & Wilson, R. H. (2013). Mudança institucional e gestão metropolitana no Brasil: o municipalismo autárquico e as finanças municipais metropolitanas. *Revista de Administração Pública*, 47(3), 777-800.
- Garcia-Milà, T., McGuire, T. J., & Oates, W. E. (2018). Strength in diversity? Fiscal federalism among the fifty US states. *International Tax and Public Finance*, 25(4), 1071-1091.
- Gerigk, W., & Ribeiro, F. (2018). Investimentos públicos e fatores políticos nos pequenos municípios brasileiros: o que é relevante? *Revista Universo Contábil*, 14(4), 68-92.
- Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra Filho, J. E. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 462-481.
- Gong, L., & Zou, H. F. (2002). Fiscal federalism, public capital formation, and endogenous growth. *Annals of Economics and Finance*, 4, 471-490.
- Gordon, R. H. (1982). An optimal taxation approach to fiscal federalism. *The Quarterly Journal of Economics*, 98(4), 567-586.
- Greene, W. H. (2008). The econometric approach to efficiency analysis. *The measurement of productive efficiency and productivity growth*, 1(1), 92-250.

- Grin, E. J., do Nascimento, A. B., Abrucio, F. L., & Fernandes, A. S. (2018). Sobre desconexões e hiatos: uma análise de capacidades estatais e finanças públicas em municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(76).
- Grisorio, M. J., & Prota, F. (2015). The short and the long run relationship between fiscal decentralization and public expenditure composition in Italy. *Economics Letters*, 130, 113-116.
- Hair Jr, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L. & Black, W. C. (2005). *Análise multivariada de dados*. 5.ed. Porto Alegre: Bookman editora.
- Hendrick, R. (2004). Assessing and measuring the fiscal health of local governments: Focus on Chicago suburban municipalities. *Urban Affairs Review*, 40(1), 78-114.
- Higuera-Molina, E. J., Plata-Díaz, A. M., López-Hernández, A. M., & Zafra-Gómez, J. L. (2019). Dynamic-opportunistic behaviour in local government contracting-out decisions during the electoral cycle. *Local Government Studies*, 45(2), 175-195.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) Pesquisa de Informações Básicas Mensais: perfil dos municípios brasileiros. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101595.pdf>.
- Keen, M. (1998). Vertical tax externalities in the theory of fiscal federalism. *Staff Papers*, 45(3), 454-485.
- Kuhlmeier, F., & Hintermann, B. (2019). The welfare costs of Tiebout sorting with true public goods. *International Tax and Public Finance*, 26(5), 1166-1210.
- Lazarin, M. F., Mello, G. R., & Bezerra, F. M. (2014). A relação entre a dívida pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses: evidências para o período de 2002 a 2010. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 13(2), 719-736.
- Leite Filho, G. A., Colares, A. F. V., & Andrade, I. C. F. (2015). Transparência da Gestão Fiscal Pública: um Estudo a Partir dos Portais Eletrônicos dos Maiores Municípios do Estado de Minas Gerais. *Contabilidade Vista & Revista*, 26(2), 114-136.
- Lima, L. D. D. (2007). Conexões entre o federalismo fiscal e o financiamento da política de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12, 511-522.

- Linhares, F., Penna, C., & Borges, G. (2013). Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. *Revista de Administração Pública*, 47(6), 1359-1374.
- López-Hernández, A. M., Zafra-Gómez, J. L., Plata-Díaz, A. M., & de la Higuera-Molina, E. J. (2018). Modeling fiscal stress and contracting out in local government: The influence of time, financial condition, and the great recession. *The American Review of Public Administration*, 48(6), 565-583.
- Louzano, J. P. D. O., Abrantes, L. A., Ferreira, M. A. M., & Zuccolotto, R. (2019). Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 53(3), 610-627.
- Macedo, J. J., & Corbari, E. C. (2009). Efeitos da lei de responsabilidade fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(51), 44-60.
- Machado, J. A. (2014). Federalismo, poder de veto e coordenação de políticas sociais no Brasil pós-1988. *Organizações & Sociedade*, 21(69), 335-350.
- Maroco, J. (2003). *Análise Estatística: com utilização do SPSS*. 2.ed. Edições Silabo, Lda.
- Melo, E. A. D., Monteiro, A. D. O., & Fadul, É. (2007). Controle do gasto público e responsabilidade fiscal: o caso da Administração Municipal de Salvador. *Organizações & Sociedade*, 14(41), 161-175.
- Monteiro, J. V. (1999). A conjuntura das escolhas públicas. *Revista de Administração Pública*, 33(5), 171-176.
- Mora, M., & Giambiagi, F. (2007). Federalismo e endividamento subnacional: uma discussão sobre a sustentabilidade da dívida estadual. *Brazilian Journal of Political Economy*, 27(3), 472-494.
- Nicholson-Crotty, S., Theobald, N. A., & Wood, B. D. (2006). Fiscal federalism and budgetary tradeoffs in the American states. *Political Research Quarterly*, 59(2), 313-321.
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *The review of economic studies*, 42(2), 169-190.

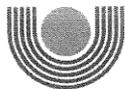
- Oates, W. E. (1999). An essay on fiscal federalism. *Journal of economic literature*, 37(3), 1120-1149.
- Oates, W. E. (2005). Toward a second-generation theory of fiscal federalism. *International tax and public finance*, 12(4), 349-373.
- Oliveira, K. V., & de Carvalho, F. A. A. (2009). A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no período 1998-2006. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 3(5), 121-141.
- Park, S. (2017). Local revenue structure under economic hardship: reliance on alternative revenue sources in California counties. *Local Government Studies*, 43(4), 645-667.
- Peppe, A. M., Pereira, E. S., Britto, F. R. C. D., & Macedo, M. E. (1997). Reflexões sobre a federação brasileira. *Revista de Administração Pública*, 31(4), 157-182.
- Pereira, J. M. V. (2018). Federalismo e financiamento da educação pública: uma análise da equidade fiscal na educação infantil e ensino fundamental nos municípios brasileiros. *Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas*.
- Pinto, J. M. R. (2014). Federalismo, descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios. *Cadernos de pesquisa*, 44(153), 624-644.
- Queiroz, D. B., Araujo, A. O., Morais, L. M. F., & Martins, V. G. (2015). Previsão da despesa total com pessoal e encargos sociais a partir das receitas do FUNDEB e do SUS: um estudo nos municípios paraibanos. *Revista Universo Contábil*, 11(4), 128-146.
- Raupp, F. M; Beuren, I. M. (2009) Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: Beuren, Ilse M. (org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Rodden, J. (2001). The dilemma of fiscal federalism: Grants and fiscal performance around the world. *American Journal of Political Science*, 670-687.
- Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*. 80(1), 21-36.

- Roggof, K., Silbert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *Review of Economic Studies*, 55(1), 1-16.
- Sáez, L. (2014). The political budget cycle and subnational debt expenditures in federations: panel data evidence from India. *Governance*, 29(1), 47-65.
- Schuster, H. A., & Zonatto, V. C. D. S. (2017). Evidências da eficiência de gastos públicos na alocação dos recursos destinados ao ensino fundamental nos estados brasileiros. *CONTEXTUS Revista Contemporânea de Economia e Gestão*. 15 (2), 8-33.
- Segatto, C. I., & Abrucio, F. L. (2018). Os múltiplos papéis dos governos estaduais na política educacional brasileira: os casos do Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Pará. *Revista de Administração Pública*, 52(6), 1179-1193.
- Sidorkin, O., & Vorobyev, D. (2018). Political cycles and corruption in Russian regions. *European Journal of Political Economy*, 52, 55-74.
- Silva, C. R. M. D., & Crisóstomo, V. L. (2019). Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. *Revista de Administração Pública*, 53(4), 791-801.
- Silva, G. A. B., & Passador, J. L. (2016). Redistribuição fiscal para o desenvolvimento turístico local e regional. *Revista de Administração Pública*, 50(4), 587-610.
- Simón, P., Sacchi, A., & Lago-Peñas, S. (2018). Who honours the rules of federalism? Party system nationalisation and fiscal performance. *Political Studies*, 66(2), 265-286.
- Soares, M. M., & Melo, B. G. D. (2016). Condicionantes políticos e técnicos das transferências voluntárias da União aos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 50(4), 539-561.
- Sobel, R. S., Dutta, N., & Roy, S. (2012). Does Fiscal Decentralization Result in a Better Business Climate? *Applied Economics Letters*, 20, 84-91.
- Souza, F., Andrade, A., & Silva, M. (2015). Eficiência na Alocação de Recursos Públicos destinados ao Ensino Fundamental: um Estudo da sua relação com a condição financeira de Municípios Brasileiros. *ConTexto, Porto Alegre*, 15(31), 81-99.

- Stone, S. B. (2015). The effect of fiscal decentralization on the financial condition of municipal Government. *International Journal of Public Administration*, 38(6), 453-460.
- Suzart, J. A. S., Zuccolotto, R., & Rocha, D. G. (2018). Federalismo Fiscal e as Transferências Intergovernamentais: Um Estudo Exploratório Com Os Municípios Brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11(1), 127-145.
- Terman, J. N., & Feiock, R. C. (2016). The effect of formal and informal contracting mechanisms on implementation performance in the US federalist system. *Local Government Studies*, 42(2), 309-331.
- Tiebout, C. M. (1956). A pure theory of local expenditures. *Journal of political economy*, 64(5), 416-424.
- Turyna, M. K., Kula, G., Balmas, A., & Waclawska, K. (2016). The effects of fiscal decentralisation on the strength of political budget cycles in local expenditure. *Local Government Studies*, 42(5), 785-820.
- Varela, P. S., & Pacheco, R. S. V. M. (2012). Federalismo e gastos em saúde: competição e cooperação nos municípios da região metropolitana de São Paulo. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(59), 116-127.
- Vicente, E. F. R., & Nascimento, L. S. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(14), 106-126.
- Vidoli, F., & Fusco, E. (2018). Level of services, spatial dependence and allocative efficiency in local governments. *Local Government Studies*, 44(6), 848-873.
- Vieira, M. A., Abrantes, L. A., Ferreira, M. A. M., & Lopes, J. D. V. S. (2017). Implicações do esforço de arrecadação no desempenho socioeconômico dos municípios de minas gerais. *Gestão & Regionalidade*, 33(99).
- Wagner, M.B., Motta, V. T., & Dornelles, C. (2004). *SPSS passo a passo: statistical package for the social sciences*. Caxias do Sul: Educs.
- Weingast, B. R. (2007). Second generation fiscal federalism: implications for decentralized democratic governance and economic development. Available at SSRN 1153440.

- Weingast, B. R. (2009). Second generation fiscal federalism: *The implications of fiscal incentives*. *Journal of Urban Economics*, 65(3), 279-293.
- Winarna, J., Widagdo, A. K., & Setiawan, D. (2017). Financial distress of local government: A study on local government characteristics, infrastructure, and financial condition. *Global Business and Finance Review*, 22, 34-47.
- Zafra-Gomez, J. L., Lopez-Hernandez, A. M., & Hernandez-Bastida, A. (2009). Evaluating Service Quality and Minimizing the Effects of the Socioeconomic Environment: An Application to Spanish Municipalities. *The American Review of Public Administration*, 39(4), 425-449.
- Zawora, J. (2018). Synthetic Assessment of Financial Situation of Local Governments in Podkarpackie Voivodeship Compared with other Polish Provinces. *Lex localis-journal of local self-government*, 16(2).
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2014). As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(66), 242-254.

## ANEXO – DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS E NORMAS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ / CAMPUS DE CASCAVEL  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM CONTABILIDADE- PPGC



### DECLARAÇÃO DO REVISOR DE PORTUGUÊS OU LÍNGUA ESTRANGEIRA DISSERTAÇÃO (X)

#### 1. IDENTIFICAÇÃO:

Nome do Discente: <b>TOMAS MATHEUS GIACOMEL DE OLIVEIRA</b>	Ano de ingresso no PPGC: <b>2018</b>
Nome do Revisor de Português: <i>Ilza Ribeiro Gonçalves</i>	

#### 2. DISSERTAÇÃO:

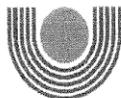
TÍTULO: GESTÃO FISCAL E BEM-ESTAR SOCIAL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO FEDERALISMO FISCAL E DOS CICLOS POLÍTICOS NOS GOVERNOS LOCAIS

#### 3. DECLARAÇÃO:

Declaro para os devidos fins que realizei revisão final, referente à redação de português da dissertação intitulada conforme item 2 desse formulário. Autorizo ainda divulgação de meu nome e data de revisão junto a ficha catalográfica da dissertação.

#### 4. ASSINATURA:

Assinatura do revisor <i>Ilza Ribeiro Gonçalves</i>	Cascavel, <i>29</i> de <i>setembro</i> de <i>2020</i>
--	---



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ / CAMPUS DE CASCAVEL  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM CONTABILIDADE - PPGC



**DECLARAÇÃO DO REVISOR DE NORMAS DE ELABORAÇÃO DISSERTAÇÃO ( X )**

**1. IDENTIFICAÇÃO:**

Nome do Discente: <b>TOMAS MATHEUS GIACOMEL DE OLIVEIRA</b>	Ano de ingresso no PPGC: <b>2018</b>
Nome do Revisor de Normas: <i>Ilza Ribeiro Gonçalves</i>	

**2. DISSERTAÇÃO:**

TÍTULO: **GESTÃO FISCAL E BEM-ESTAR SOCIAL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO FEDERALISMO FISCAL E DOS CICLOS POLÍTICOS NOS GOVERNOS LOCAIS**

**3. DECLARAÇÃO:**

Declaro para os devidos fins que realizei revisão final, referente à formatação da dissertação ou tese intitulada conforme item 2 desse formulário. Autorizo ainda divulgação de meu nome e data de revisão junto a ficha catalográfica da dissertação.

**4. ASSINATURA:**

Assinatura do revisor de normas: *[Assinatura]* Cascavel, *29 de setembro* de 20*20*.